



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024 - CELICC/PMSJR**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230/2023 - SEMOSP**

REGIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.408, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023; LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO 2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014, E PELA LEI COMPLEMENTAR 155, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016, REGULAMENTADA PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 046, DE 11 DE MAIO DE 2017; E SUBSIDIARIAMENTE, NO QUE COUBER, A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E DEMAIS NORMAS PERTINENTES À ESPÉCIE, E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

**INTERESSADO:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO, SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANISMO – SEMOSP

**ÓRGÃO GERENCIADOR:**

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, HABITAÇÃO, SERVIÇOS PÚBLICOS E URBANISMO – SEMOSP

**TIPO DE LICITAÇÃO:**

MENOR PREÇO GLOBAL

**FORMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA:**

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

**MODE DE DISPUTA: FECHADO E ABERTO**

**OBJETO:** Contratação de Empresa para Execução da Praça e Apoio Turístico no Bairro Campina, do Município de São José de Ribamar - Ma.

A Concorrência será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site [www.licitasaojosederibamar.ma.gov.br](http://www.licitasaojosederibamar.ma.gov.br) (PLATAFORMA CENTRAL DE COMPRAS).

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:**

Início: 01/08/2024. Término: 04/09/2024, às 08:59hs (Horário de Brasília)

**SESSÃO PÚBLICA:** 04/09/2024, às 09:00h (Horário de Brasília)

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto “Horário Local”.

**14. DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL**

**DIA:** Segunda a Sexta-feira

**HORÁRIO:** das 08:00hs às 13.30hs (horário local).

**LOCAL:** Comissão Permanente de Licitação da Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC da Prefeitura Municipal de São José de Ribamar, localizada na Praça da Matriz, nº. 142, Centro, CEP: 65.110-000, nesta Cidade. E-mail: [cplceliccsjr@gmail.com](mailto:cplceliccsjr@gmail.com)

O edital poderá ser retirado gratuitamente nos sítios: <https://transparencia.saojosederibamar.ma.gov.br/licitacoes> ou [www.licitasaojosederibamar.ma.gov.br](http://www.licitasaojosederibamar.ma.gov.br)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**Sumário**

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	10
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DOS RECURSOS	20
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	21
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	23
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	23



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**EDITAL**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024 -CELICC/PMSJR**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230/2023 - SEMOSP**

**PREÂMBULO**

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR**, com sede à **Rua Arthur Azevedo, nº 48, Centro, CEP: 65.110-000 - São José de Ribamar/MA**, inscrito no CNPJ sob o nº **06.351.514/0001-78**, por meio da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo e do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 06/2024 de **09 de julho de 2024**, realizará licitação às 09:00 do dia 04 de setembro de 2024, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Lei Municipal nº 1.408, de 12 de dezembro de 2023, Decreto Municipal nº 6.034, de 08 de janeiro de 2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresa para Execução de Obras e Serviços de Engenharia de Construção da Praça e Apoio Turístico da Campina**, mediante o regime empreitada por preço unitário conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação compõe-se de item único, conforme planilha orçamentária e especificações técnicas constantes do Projeto Básico de Engenharia anexo a este Edital.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema [www.licitasaojosederibamarma.com.br](http://www.licitasaojosederibamarma.com.br) (**PLATAFORMA CENTRAL DE COMPRAS**).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**

### **Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação antecede as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme especificações contidas na Planilha Orçamentária e modelo anexo a este Edital.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante:

- a. proposta, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local e data, bem como a assinatura do respectivo representante legal;
- b. planilha orçamentária, em formato .xlsx, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário, preço total, conforme Planilha Orçamentária da Administração (Anexo do Projeto Básico);
- c. composição de custos unitários de todos os serviços presentes na planilha orçamentária, demonstrando todos os consumos e índices de produtividades dos insumos envolvidos em cada atividade a ser executada;
- d. cronograma físico-financeiro, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;
- e. composição de BDI, detalhando todos os seus componentes, em forma percentual, conforme modelos do Anexo do Projeto Básico. Ressalta-se que as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária a qual a empresa é optante;
- f. composição de Encargos Sociais; e
- g. curva ABC de Serviços com BDI.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos, por unidade, de cada item, estabelecidos no Projeto Básico, anexo a este Edital.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

### Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC

fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (um por cento)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. **Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA**

6.1. O Agente de Contratação solicitará à arrematante que envie, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, quando for o caso, acompanhada dos documentos abaixo:

- a) proposta, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local e data, bem como a assinatura do respectivo representante legal;
- b) planilha orçamentária, em formato .xlsx, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual à planilha da Administração), preço unitário, preço total, conforme Planilha Orçamentária da Administração (Anexo do Projeto Básico);
- c) composição de custos unitários de todos os serviços presentes na planilha orçamentária, demonstrando todos os consumos e índices de produtividades dos insumos envolvidos em cada atividade a ser executada;
- d) cronograma físico-financeiro, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos mensais;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- e) composição de BDI, detalhando todos os seus componentes, em forma percentual, conforme modelos do Anexo do Projeto Básico. Ressalta-se que as alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária a qual a empresa é optante;
- f) composição de Encargos Sociais; e
- g) curva ABC de Serviços com BDI.

6.2. O envio deverá ser feito, exclusivamente, mediante convocação de anexo no sistema [www.licitasaosederibamarma.com.br](http://www.licitasaosederibamarma.com.br) (**PLATAFORMA CENTRAL DE COMPRAS**).

6.3. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

6.4. Caso a empresa não encaminhe no prazo estabelecido, ou encaminhe documento em desacordo com as condições deste Edital e do Projeto Básico, a proposta será RECUSADA.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>)

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.4. Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA - CNJ ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.6 deste edital.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. ultrapassar o valor global estimado na licitação;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

7.6.1.1. no tocante aos custos unitários, como tentativa de coibir o chamado “jogo de planilhas”, e ao mesmo tempo evitar a desclassificação de uma proposta com o menor preço global, o valor ofertado no preço global deverá ser aplicado de forma linear em todos os itens da planilha. O preço global já deve ter o valor do BDI incluído;

7.6.2. conter vícios insanáveis;

7.6.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.6.4. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

### Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC

global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para habilitação do licitante é necessária a documentação de:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade fiscal, social e trabalhista;
- c) Qualificação econômica-financeira;
- d) Qualificação técnica.

8.2. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores; ou
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou ainda
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3. Documentos relativos às **habilitações fiscal, social e trabalhista**:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC);
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- e) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- f) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- g) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

**8.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

- a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do certame;
  - a.1) caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso; e
  - a.2) se o licitante não for sediado no Estado do Maranhão, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências, de recuperação judicial ou de execução patrimonial;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta;
  - b.1) o balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade; e
  - b.2) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- c) Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, de acordo com o art. 1º do Decreto nº 21.040/2005, para empresários e sociedades empresariais do Estado do Maranhão, referente a este ano. No caso de que a sede da Licitante seja em outra Unidade da Federação, terá que apresentar Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado, sede da empresa.
- d) declaração expedida por profissional contábil que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;
- e) comprovação que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação;
- f) as empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- g) o Balanço Patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- h) relação de compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas as parcelas dos contratos já firmados, conforme Anexo.
- i) Garantia de proposta de preços no valor de 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação, nas mesmas modalidades e critérios previstos no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.
- j) As empresas licitantes que não forem enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI, deverão subcontratar 10% a 30% (dez a trinta por cento) dos serviços, considerando o valor total estimado da licitação, devendo prestar declaração em atendimento ao disposto no art. 8º, incisos I a VII, da Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- k) No momento da Habilitação, a empresa licitante deverá apresentar, juntamente com a sua documentação, a regularidade da Microempresa - ME, Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual - MEI exigida no edital, consistente na habilitação jurídica, fiscal e trabalhista.
- l) A licitante deverá apresentar ainda, junto a documentação de habilitação da subcontratada, os documentos exigidos nos itens: item 3, letras “g” e “h”, item 4, letras “a” e “c” e, sob pena de inabilitação.

8.4.1. A comprovação de habilitação econômico-financeira para licitantes em consórcio será acrescida de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, ressalvada a hipótese do § 2º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

8.5. Documentos relativos à **qualificação técnica**:

- a) Apresentação do Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) expedida pelo referido Conselho da região da sede da empresa, que deve apresentar rigorosamente a situação atualizada da empresa;

8.5.1. Documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**:

- a) deverá ser comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem a prévia execução de obras/serviços de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra/serviço, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados; o prazo de execução e a vigência;
- b) os atestados devem corresponder a quantidade exigida relacionada às **parcelas de maior relevância**, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.
8.1	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MAÇARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK APOIO	M	192,90
17.6	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MAÇARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK PRAÇA	M	187,50
3.1	ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, DIÂMETRO DE 35 CM, INCLUSO CONCRETO FCK=30MPA E ARMADURA MÍNIMA (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E BOMBEAMENTO). AF_12/2019	M	221,00
14.1	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020	M	155,00
16.2	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M²	1.037,53

- c) as parcelas exigidas nos atestados foram definidas por critérios técnicos e/ou grande relevância para execução do objeto;
- d) os atestados devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante;
- e) será permitido o somatório de atestados para o atendimento aos quantitativos mínimos na qualificação técnico-operacional, entretanto deverá ser comprovada a experiência e a complexidade de executar serviços semelhantes ou superiores aos exigidos;
- f) serão aceitos como comprovantes de capacidade técnico-operacional, a CAT (acompanhada das respectivas ART's), que faça menção ao próprio licitante como prestador de serviços, desde que as informações constantes desses documentos permitam aferir a similaridade/compatibilidade dos serviços com os parâmetros mínimos fixados.
- g) Não será de responsabilidade da SEMOSP o fornecimento de áreas para instalações do canteiro de



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

obras da proponente, bem como água e energia elétrica, devendo ser declarado pelo licitante.

- h) Não será de responsabilidade da SEMOSP a exploração, uso e retirada de materiais em propriedades de terceiros, devendo ser declarado pelo licitante.
- i) É de exclusiva responsabilidade da Empresa vencedora, quando necessário, solicitar, AUTORIZAÇÃO, CONCESSÃO OU LICENÇA ao Órgão Ambiental competente para instalação e operação de usinas de asfalto, devendo ser declarado pelo licitante.
- j) É de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, quando necessário, solicitar, ALVARÁ PARA INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO/FUNCIONAMENTO do Canteiro de Obras, assim como a LICENÇA AMBIENTAL OU DISPENSA e HABITE-SE junto aos órgãos competentes. AUTORIZAÇÃO DE SUPRESSÃO VEGETAL OU AUTORIZAÇÃO DE LIMPEZA DE ÁREA quando necessário a retirada da camada vegetal para a implantação do canteiro de obras, devendo ser declarado pelo licitante.

**8.6. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:**

- a) o licitante deverá apresentar o REGISTRO ou INSCRIÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICO(S) indicado(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), conforme legislação profissional dos respectivos conselhos vigentes;
- b) apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnico Profissional, - em nome do profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), suficientes para a comprovação do acompanhamento e/ou execução de serviços com características semelhantes, compatíveis com o objeto desta licitação e com o conselho profissional de origem. O(s) Atestados devem conter, no mínimo, as informações do objeto do contrato, nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra/serviços, quantificação principal, local, data de emissão do atestado, período de execução, além do nome e assinatura do signatário, contemplando os seguintes serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.
8.1	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MAÇARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK APOIO	M	192,90
17.6	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MAÇARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK PRAÇA	M	187,50
3.1	ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, DIÂMETRO DE 35 CM, INCLUSO CONCRETO FCK=30MPA E ARMADURA MÍNIMA (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E BOMBEAMENTO). AF 12/2019	M	221,00
14.1	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF 05/2020	M	155,00
16.2	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF 05/2021	M <sup>2</sup>	1.037,53

- c) o licitante deverá comprovar a qualificação do(s) profissional(is) de nível superior, ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor(es) do(s) Acervo(s) de Responsabilidade Técnica, dispostos no quadro acima, com a comprovação de pertencer ao quadro permanente do licitante;
- d) a comprovação do profissional pertencer ao quadro permanente da empresa deverá ser feita mediante a apresentação da Carteira de Trabalho, ou Certidão do CREA, ou Certidão do CAU, ou Contrato Social, ou Contrato de prestação de serviços, ou Contrato de Trabalho registrado na DRT, ou Termo, por meio do qual o(s) profissional(is) assumam(m) a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar(em) o quadro técnico da empresa, no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.
- e) O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto da licitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- f) Deverá ser apresentado, no mínimo, um acervo técnico do(s) profissional(is), devidamente averbado pelo CREA e/ou pelo CAU, conforme conselho de origem, com a comprovação da execução dos serviços de forma clara e legível.
- g) Apresentar a(s) Certidão(ões) de Registro de Pessoa Física com a regularidade do(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade.

8.6.1. Para fins de verificação dos atestados, serão observadas as datas de aberturas da ART ou RRT, data de emissão da CAT, prazos de execução, entre outros. Os atestados deverão ser acompanhados pela planilha de serviços, devidamente averbados no CREA ou CAU, fazendo parte integrante do Acervo.

8.6.2. Em casos de dúvidas, a Administração poderá solicitar ao licitante cópia do Contrato, cópia da ART/RRT, e/ou originais, para fins de esclarecimentos.

8.6.3. Os atestados solicitados visam qualificar o procedimento e resguardar este Município com a participação de empresas que possuam infraestrutura adequada em razão das características dos trabalhos.

8.7. Declaração formal do licitante, indicando o responsável técnico – Engenheiro Civil ou Arquiteto - para execução e acompanhamento dos serviços da obra. O responsável técnico pelo objeto da licitação deverá ser o mesmo da comprovação de atestado técnico-profissional.

8.8. Declaração Formal informando a disponibilidade de máquinas/ferramentas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, juntamente com declaração da proponente de que os equipamentos se encontram em condições de produção plena, obrigando-se, imediatamente, caso vencedora, substituir qualquer equipamento que, a juízo da Comissão, não apresente rendimento satisfatório, sem que tal substituição represente qualquer ônus para a Contratante.

8.9. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

8.10. Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico relativo aos profissionais constantes dos documentos de comprovação da capacidade técnico-profissional da CONTRATADA, bem como do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento, indicados para a realização do objeto da licitação, bem como de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

8.11. São DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

- a) Declaração de que cumpre os requisitos de Sustentabilidade, conforme Anexo do Edital
- b) Declaração de que, se contratada, absorverá, na execução do contrato, pessoas egressas do sistema prisional no mercado de trabalho em percentual não inferior a 5% (cinco por cento) das vagas, em cumprimento ao Ato da Presidência -GP Nº 72, de 10 de outubro de 2022 e Lei Estadual nº. 10.182/ 2014, acompanhada de declaração expedida pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP, responsável pela execução penal de que dispõe de pessoas presas ou egressos aptos à execução de trabalho externo.
- c) Declaração de que, se contratada, absorverá, na execução do contrato, Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Familiar na proporção de 5% (cinco por cento) das vagas, nos termos do art. 1º do Ato da Presidência - GP Nº 48, de 8 de julho de 2022.
- d) Declaração de que atenderá o disposto no art. 1º da Lei Estadual nº 10.789, publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão no dia 26 de janeiro de 2018.
- e) Declaração de que conhece, tem ciência e atende aos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que atente contra o patrimônio público nacional, contra os princípios da administração pública ou viole as disposições das regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

e agentes, assim como por qualquer sócio que venha a agir em seu nome.

8.12. No caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado devendo, cada empresa integrante, apresentar os documentos relacionados no item **8.3**.

8.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou cópia previamente autenticada, por Cartório ou pela Comissão ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

8.14. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.15. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.16. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.17. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.18. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.18.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado na Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo, situada à Rua Glécero Martins, nº 43, Outeiro, São José de Ribamar-MA, ou através do e-mail [semosp@sjr.ma.gov.br](mailto:semosp@sjr.ma.gov.br), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.18.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.19. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf ou outro registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, nos documentos por ele abrangidos.

8.19.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.20. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais conforme item 8.19 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.20.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.21. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.21.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

8.21.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.22. A verificação no Sicaf ou outro registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.22.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.22.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [\(Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º\)](#):

8.23.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.23.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.24. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.25. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.27. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.28. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema [www.licitasaosederibamar.ma.com.br](http://www.licitasaosederibamar.ma.com.br) (**PLATAFORMA CENTRAL DE COMPRAS**) para a participação do certame.

8.29. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

8.30. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 60 (sessenta) dias a partir da sua expedição.

8.31. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o agente de contratação a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- 9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Central de Licitações, Contratos e Convênios - CELICC.

**10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
  - 10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
    - 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
    - 10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 10.1.5. fraudar a licitação





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

imediata perda

10.10. da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, para o e-mail: [cplceliccsjr@gmail.com](mailto:cplceliccsjr@gmail.com)

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.saojosederibamar.ma.gov.br](http://www.saojosederibamar.ma.gov.br).

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

12.11.2. ANEXO II – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA À OBRA

12.11.3. ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

12.11.4. ANEXO IV – MODELO DE CARTA DE FIANÇA

12.11.5. ANEXO V – MODELO DE RESUMO DA PROPOSTA

12.11.6. ANEXO VI – COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS

12.11.7. ANEXO VII – PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

12.11.8. ANEXO VIII – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

12.11.9. ANEXO IX – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

12.11.10. ANEXO X – PROJETO BÁSICO

12.11.11. ANEXO XI – PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

12.11.12. ANEXO XII – ETP

São José de Ribamar-MA, 29 de julho de 2024.

**Roberto Murad Mouchrek**

Secretário Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**ANEXO I DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

[PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

A (nome da empresa), CNPJ nº (número de inscrição), sediada (endereço), DECLARA para fins de participação na Concorrência nº (número do certame), que cumpre todos os requisitos de sustentabilidade elencados no Projeto Básico e neste Edital.

(Local), (dia) de (mês) de (ano).

---

Assinatura do Representante Legal devidamente identificada



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**ANEXO II DO EDITAL**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA OU DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA**

**DECLARAÇÃO DE VISITA**

A (nome da empresa), por seu(s) Responsável Técnico infra-assinado(s), DECLARA que recebeu da SEMOSP toda documentação relativa à CONCORRÊNCIA N.º XX/202X, composta do Edital e seus elementos constitutivos, e que visitou o local onde se realizará a execução dos serviços objeto desta licitação, tendo tomado conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução dos serviços, como mão-de-obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, trânsito, condições geológicas, morfológicas, edafológicas e climatológicas.

(Local e data)

(Nome e assinatura do Responsável Técnico)

OU

**DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA**

A (nome da empresa), por seu(s) Sócio (s) Diretor (es) ou equivalente, DECLARA que recebeu da SEMOSP toda documentação relativa à CONCORRÊNCIA N.º XX/202X, composta do Edital e seus elementos constitutivos, e que, por liberalidade própria, NÃO VISITOU O LOCAL DA OBRA, mas tem conhecimento de todas as condições e eventuais dificuldades para a boa execução dos serviços, como mão-de-obra, materiais de construção, equipamentos, localização, condições do terreno e acessos, trânsito, condições geológicas, morfológicas, edafológicas e climatológicas, assumindo assim todos os riscos dele advindo e que, na hipótese de vencedora, não poderá utilizar esta como justificativa para possíveis pedidos de aditivos contratuais.

(Local e data)

(Nome e assinatura do representante legal)

**(Identificação e Assinatura dos seu(s) Sócio (s) Diretor (es) ou equivalente da Empresa)**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**ANEXO III DO EDITAL**

**DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO**

**REF.: CONCORRÊNCIA Nº .../20xx**

Autorizo a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ Nº \_\_\_\_\_ a incluir meu nome na PROPOSTA referente à CONCORRÊNCIA Nº .../20xx, cujo objeto é

\_\_\_\_\_ a ser realizada pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo, bem como me comprometo a participar da equipe permanente, caso esta venha a ser contratada.

Local e data

Nome e

assinatura





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**ANEXO IV DO EDITAL**

**MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA**

Pela presente Carta de Fiança, o Banco \_\_\_\_\_ com sede na Rua da \_\_\_\_\_ cidade \_\_\_\_\_ do Estado \_\_\_\_\_ CNPJ/MF Nº \_\_\_\_\_, por si diretamente e seus sucessores, se obriga perante à SEMOSP, com sede em São José de Ribamar - MA, CNPJ/ME Nº \_\_\_\_\_, em caráter irrevogável e irretratável como fiador solidário e principal pagador, com expressa renúncia aos benefícios estatuídos nos artigos 1.491 e 1500 do Código Civil Brasileiro, da firma \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, CNPJ/ME Nº \_\_\_\_\_, da importância de R\$ \_\_\_\_\_, destinada à Garantia de Contrato para a CONCORRÊNCIA Nº 0X/202X, que tem por objeto \_\_\_\_\_.

Este Banco se obriga, obedecido o limite acima especificado, a atender dentro de 24 horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pela SEMOSP sem qualquer reclamação, retenção ou ainda embargo ou interposição de recurso administrativo ou judicial.

Esta Fiança vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos a contar de  / /  (data de abertura da licitação), de acordo com as disposições do Edital da CONCORRÊNCIA Nº XX/202X. Nenhuma objeção ou oposição da nossa Afiançada será admitida ou invocada por este Banco para o fim de escusar do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este Instrumento perante a SEMOSP.

Este Banco se obriga pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, bem como por honorários advocatícios, na hipótese da SEMOSP se ver compelida a ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Fiança.

Declara, ainda, este Banco fiador, que a presente fiança está dentro de seus limites operacionais, devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste Instrumento estão autorizados a prestar a presente Fiança. Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

A presente Fiança foi emitida em 01 (uma) única via.

(Local e data)

(Nome e assinatura do representante legal)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**ANEXO V DO EDITAL**

**RESUMO DA PROPOSTA**

**Ref.: CONCORRÊNCIA Nº. XX/202X**

Prezados Senhores,

Pela presente, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias a nossa proposta relativa a licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital.

**PROPONENTE:**

RAZÃO SOCIAL: (nome de identificação da empresa)

SEDE: (endereço da sede da empresa)

C.N.P.J: (número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica)

**PROPOSTA DE PREÇO GLOBAL:**

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: (valor numérico e por extenso da proposta)

MÊS BASE: (mês do orçamento)

**PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:** (preencher o prazo nos termos do Edital)

**PRAZO PROPOSTO PARA EXECUÇÃO DA OBRA:** (preencher conforme Edital)

Atenciosamente,

Local e data.

Nome e assinatura do representante legal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**ANEXO VI DO EDITAL**

**COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS**

Edital		Lote		Obra		Data		Folha de —
Nome da Empresa								
Item	Descrição do Serviço					Unidade		
Tipo	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	%	
Material								
Mão-de-Obra								
Equipamento								
Sub-Total								
Encargos Sociais								
Bonificação (BDI)								
Preço Unitário Total								
Observações								
Nome do Informante				Data  / /		A Cargo da Secretaria		

OBS: A empresa poderá usar modelo próprio.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**ANEXO VII DO EDITAL**

**PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO**

**MÃO DE OBRA**

ORDEM	CÓDIGO / REFERÊNCIA	MÃO DE OBRA	UND	COEFICIENTE	P.UNIT	P.TOTAL
1.00		FUNÇÃO + ENCARGOS COMPLEMENTARES	H/M			
CONVENÇÃO COLETI VA		FUNÇÃO	H/M			
COMPO SICAO		FERRAMENTAS (ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H/M			
COMPO SICAO		EPI (ENCARGOS COMPLEMENTARES)	H/M			
INSUM O		ALIMENTACAO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA*	H/M			
INSUM O		TRANSPORTE (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA*	H/M			
INSUM O		EXAMES (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA*	H/M			
INSUM O		SEGURO (ENCARGOS COMPLEMENTARES) *COLETADO CAIXA*	H/M			
				CUSTO DIRETO		
				Encargos Sociais (XX) %		
				TAXA DE BDI (XX) %		
				TOTAL		

\* Em (H) horas ou (M) mês conforme o caso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**ANEXO VIII DO EDITAL**

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

Dias Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês xx	Total Atividade
	Valor e m R\$				Total A R\$
Atividade A					Total B R\$
Atividade B		Valor em R\$	Valor e m R\$		
Total	Total Mês 01 R\$	Tot al Mê s 0 R\$	Total Mês 03 R\$	Total Mês xx R\$	Total R\$
% Parcial					
% Acumulad o				100	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**ANEXO IX DO EDITAL**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº XX/202X**  
**CONCORRÊNCIA Nº XX/202X**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/202X**

CONTRATO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXX E A EMPRESA XXXXXXXXXX, NA FORMA ABAIXO:

O Município de São José de Ribamar, através da Secretaria Municipal de XXXXXXXXX, neste ato denominado **CONTRATANTE**, com a sede localizada à Praça Artur Azevedo, s/n, Centro, CEP: 65.110-000, São José de Ribamar - MA, inscrito no CNPJ n.º xxxxxxxxxxxx, representada pelo Secretário, Sr. XXXXXXXXX, portador da Matrícula Funcional nº XXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa XXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXX sediada XXXXXXXXXX, em XXXXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr(a). XXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº XXX/XXXX e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Pública nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de engenharia de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Projeto Básico;
  - 1.2.2. O Edital da Licitação;
  - 1.2.3. A Proposta do contratado;
  - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de XX (meses) contados da data da assinatura do contrato.
- 2.2. O prazo de execução dos serviços será de XX (meses), contados a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, não podendo ultrapassar o prazo de vigência contratual.
- 2.3. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que haja autorização formal da autoridade competente, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de xx % (por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou dos itens de maior relevância discriminados no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

4.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5. Caso tenha sido formulada no Projeto Básico a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.5.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.5.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.5.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.5.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXXXXXX (reais)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção do Mercado (INCC-M), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não da divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

8.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- 8.9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 8.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 8.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.
- 9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do [artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006](#), de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do [artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme [artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981](#), e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.38.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme [artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), nos seguintes termos:

9.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.39.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

9.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata.

9.41. Nos termos do [artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010](#), deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. A CONTRATADA fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste contrato, a fim de efetuar depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, respeitados os acréscimos e supressões do objeto, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1. Em caso de inadimplemento pelo Contratado, a seguradora deverá assumir a execução e concluir o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 102).

11.1.2. A seguradora figura como interveniente anuente do presente contrato, e nesta qualidade também deverá figurar dos termos aditivos que vierem a ser firmados, e poderá:

- a) Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal.
- b) Acompanhar a execução do contrato principal.
- c) Ter acesso a auditoria técnica e contábil.
- d) Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

11.1.3. A emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal.

11.1.4. A seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

11.1.5. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

a) Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice.

b) Caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

11.2. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.3. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.4.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.4.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.8. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.8.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.8.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.9. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.11. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) der causa à inexecução total do contrato;
  - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
  - iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
  - iv) **Multa**:
    - (1) Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... ( ) dias;
    - (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de % a ...% do valor do Contrato.
    - (3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - (4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - (5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - (6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a % do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

### 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria solicitante para o exercício de xxxx, na dotação abaixo discriminada e conforme NE nº xxxx/20x2x, emitida no dia xx/xx/xxxx:

|XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX|

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orcamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA**  
**Central de Licitações, Contratos e Convênios – CELICC**

antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual do Estado do Maranhão, Seção Judiciária de São José de Ribamar, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

São José de Ribamar-MA, xx de xxxxxx de 202x  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo

Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS

: 1-

2-

## ANEXO X DO EDITAL

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230/2023-SEMOSP

#### PROJETO BASICO

**Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DA PRAÇA E APOIO TURÍSTICO DA CAMPINA**

**Endereço: Avenida Garrastazú Médici, São José de Ribamar - MA**

#### 1. OBJETO

1.1 O presente documento tem por objeto a execução da praça e apoio turístico no bairro Campina, no município de São José de Ribamar - MA.

#### 2. JUSTIFICATIVA

2.1 . A construção do apoio turístico e do deck será um novo incentivo para o setor turístico, além de trazer uma nova paisagem e aumentar a segurança da área.

#### 3. DA LOCALIZAÇÃO

3.1 Avenida Garrastazú Médici, no município de São José de Ribamar - MA.

#### 4. ANÁLISE DE RISCOS

4.1 “Risco” pode ser entendido como um evento futuro e incerto do qual decorre uma consequência, que pode ser positiva ou negativa. Para resguardar os interesses e os recursos envolvidos nesse processo, abaixo são identificados os riscos que podem afetar o alcance dos objetivos previstos.

*Tabela 1 - Matriz de Riscos*

Fase	Evento	Causas	Consequências	Risco Inerente			
				Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Planejamento	Erro na elaboração do Projeto básico	Falta de Conhecimento; Falta de tempo hábil para elaboração; Falta de recursos humanos suficientes; Erro no preenchimento.	Possibilidade de pagamento indevido ao contratado; Desvio do objeto do contrato; Processo Interno de; Apuração de Responsabilidade.	10	5	50	Alto

Fase	Evento	Causas	Consequências	Risco Inerente			
				Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Planejamento	Erro na elaboração do Edital de Licitação	Falta de Conhecimento; Falta de tempo hábil para elaboração; Falta de recursos humanos suficientes; Erro no preenchimento.	Possibilidade de pagamento indevido ao contratado; Desvio do objeto do contrato; Processo Interno de; Apuração de Responsabilidade.	10	2	20	Médio
Licitatória	Falha na conferência da documentação apresentada	Desatenção no ato da conferência dos documentos.	Contratação de empresa e/ou profissionais indevidos; Possibilidade de pagamento indevido ao contratado; Processo Interno de Apuração de Responsabilidade.	10	2	20	Médio
Licitatória	Apresentação de documentação falsa ou vencida no ato do credenciamento	Má fé ou inobservância do Proponente.	Contratação de empresa e/ou profissionais indevidos; Possibilidade de pagamento indevido ao contratado; Processo Interno de Apuração de Responsabilidade.	10	2	20	Médio
Licitatória	Inabilitação total das empresas	Inexistência de empresa com acervo solicitado ou inobservância do Proponente.	Atraso e/ou não contratação do objeto contratual.	10	5	50	Alto
Gestão do Contrato	Falta de Apresentação do Seguro Garantia	Empresa com problema financeiro.	Atraso e/ou não execução objeto contratual.	10	1	10	Médio

Fase	Evento	Causas	Consequências	Risco Inerente			
				Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Gestão do Contrato	Atraso de pagamento dos funcionários	Empresa com problema financeiro.	Atraso e/ou não execução objeto contratual.	8	8	64	Alto
Gestão do Contrato	Atraso de pagamento de medição	Contratada com problemas documentais, contratante com problemas financeiros e/ou operacionais.	Atraso e/ou não execução objeto contratual.	8	5	40	Alto
Gestão do Contrato	Aditivos Contratuais	Erro na elaboração do Projeto básico; Atraso de pagamento por parte da contratante, falta de capacidade executiva do contratado, chuva acima do esperado.	Atraso e/ou não execução objeto contratual.	10	10	100	Extremo

Tabela 2 - Escala de Impactos

Escala de Impactos		
Magnitude	Descrição	I
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando impactos mínimos nos objetivos de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos pequenos nos objetivos.	2
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis.	5
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos de reversão muito difícil nos objetivos.	8
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos.	10
Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)		

Tabela 3 - Escala de Probabilidade

Escala de Probabilidades
--------------------------

Magnitude	Descrição	I
Muito baixa	Evento improvável de ocorrer. Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1
Baixa	Evento raro de ocorrer. O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Média	Evento possível de ocorrer. Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Evento provável de ocorrer. É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	8
Muito alta	Evento praticamente certo de ocorrer. Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	10

Fonte: Brasil. Tribunal de Contas da União. Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo, 2017. (adaptada)

Tabela 4 - Matriz de Responsabilidade

Fase	Evento	Responsável	Risco Inerente			
			Impacto	Probabilidade	Nível de Risco	
Planejamento	Erro na elaboração do Projeto básico	Contratante	10	5	50	Alto
Planejamento	Erro na elaboração do Edital de Licitação	Contratante	10	2	20	Médio
Licitatória	Falha na conferência da documentação apresentada	Contratante	10	2	20	Médio
Licitatória	Apresentação de documentação falsa ou vencida no ato do credenciamento	Contratada	10	2	20	Médio
Licitatória	Inabilitação total das empresas	Contratada	10	5	50	Alto
Gestão do Contrato	Falta de Apresentação do Seguro Garantia	Contratada	10	1	10	Médio
Gestão do Contrato	Atraso de pagamento dos funcionários	Contratada	8	8	64	Alto
Gestão do Contrato	Atraso de pagamento de medição	Contratada	8	5	40	Alto
Gestão do Contrato	Aditivos Contratuais	Contratante/Contratada	10	10	100	Extremo

## 5. ASPECTOS AMBIENTAIS

4.1 Durante a execução dos serviços, a Contratada atenderá rigidamente a legislação ambiental federal, estadual e municipal pertinente.

## **6. PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.1 A obra deverá ser executada no prazo de 4 (quatro) meses, contados a partir da data do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

## **7. PRAZO DE VIGÊNCIA**

7.1 O prazo de vigência do contrato é de 36 (trinta e seis) meses, contado da data de assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato na imprensa oficial.

7.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por intermédio de Termo Aditivo, conforme indicado no art.124 da Lei 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, desde que apresentadas as justificativas técnicas pertinentes a prorrogação do prazo de execução e autorizado formalmente pela autoridade competente.

## **8. VALOR DO CONTRATO**

7.1 O valor global estimado desta licitação é de R\$1.505.146,32 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E CINCO MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), conforme planilha orçamentária base.

## **9. MODALIDADE DE LICITAÇÃO**

9.1 Será adotada a modalidade tipo “CONCORRENCIA”, conforme indicado no art.28, II da Lei 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos., uma vez que tal processo se refere a contratação de obras e serviços comuns e especiais de Engenharia.

9.2 A licitação deverá ser realizada no formato eletrônico, com inversão de fases, conforme despacho de justificativa juntado aos autos do processo administrativo, nos termos do art. 17, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

## **10. REGIME DE EXECUÇÃO**

10.1 Como regime de execução, será adotada “EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO”. Conforme estabelecido na lei 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

## **11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

11.1 A fim de se estabelecer a qualificação técnica mínima para o objeto deste processo, abaixo são apresentados os quantitativos estabelecidos conforme Curva ABC do Orçamento, em consonância com o art.67 da Lei 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.
8.1	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MAÇARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK APOIO	M	192,90
17.6	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MAÇARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK PRAÇA	M	187,50
3.1	ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, DIÂMETRO DE 35 CM, INCLUSO CONCRETO FCK=30MPA E ARMADURA MÍNIMA (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E BOMBEAMENTO). AF_12/2019	M	221,00
14.1	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020	M	155,00
16.2	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M <sup>2</sup>	1.037,53

## 12. SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA

12.1 Em observância ao disposto no art.48, inciso II, da Lei Complementar n 123/2006, com alteração dada pela lei complementar n 147/2014 a licitação deverá prever a subcontratação compulsória, enquanto condição de participação para empresas de médio e grande porte.

12.2 É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo permitida apenas a subcontratação parcial, de 5% a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato, exceto para os seguintes serviços, considerados de maior relevância técnica.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.
8.1	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MAÇARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK APOIO	M	192,90
17.6	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MAÇARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK PRAÇA	M	187,50
3.1	ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, DIÂMETRO DE 35 CM, INCLUSO CONCRETO FCK=30MPA E ARMADURA MÍNIMA (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E BOMBEAMENTO). AF_12/2019	M	221,00
14.1	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2020	M	155,00
16.2	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	M <sup>2</sup>	1.037,53

## 13. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 No prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais dos seguintes documentos, enquanto condição para a emissão da Ordem de Serviço e para o efetivo início das atividades:

- Comprovante de prestação da Garantia de execução, conforme Cláusula Treze do Contrato;
- Anotação de Responsabilidade Técnica – ART registrada no CREA ou CAU, referente aos serviços de engenharia contratados, constando como Responsável Técnico o profissional indicado na Documentação de Habilitação;
- Livro Diário de Obras;
- Licenças Ambientais necessárias para a execução dos serviços, quando for o caso, em cumprimento à legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes

13.2. Após a análise e aprovação dos documentos acima relacionados, o CONTRATANTE poderá iniciar a emissão de Ordens de Serviço.

13.3. O Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela SEMOSP para Ordem de Serviço, servirá de base para o acompanhamento da evolução dos serviços e eventual indicativo de atraso, passível das

sanções administrativas.

13.3.1. O Cronograma Físico-Financeiro poderá ser revisto e ajustado, mediante aprovação das partes.

#### **14. DA DOCUMENTAÇÃO TRABALHISTA PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.1. Na primeira medição dos serviços, a CONTRATADA [e a SUBCONTRATADA] deverá[ão] apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais dos seguintes documentos pertinentes às obrigações trabalhistas:

- a) Relação dos Empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário de serviço, RG e CPF;

#### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

15.1. A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor total dos serviços, observado o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, após a homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades, conforme disposto no art. 96 da lei 14.133/2021.

- a) caução em dinheiro;
- b) títulos da dívida pública;
- c) seguro-garantia; ou
- d) fiança bancária.
- e) título de capitalização custeado por pagamento único.

15.1.1 O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério do CONTRATANTE.

15.1.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa moratória prevista em Contrato.

15.1.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme lei vigente.

15.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período previsto para o prazo de Vigência do Contrato.

15.3. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em banco oficial, em conta específica com correção monetária a ser informada pela Administração, em favor do CONTRATANTE.

15.4. A garantia em Títulos da Dívida Pública deverá ter sido emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

15.5. A garantia na modalidade seguro-garantia deverá ser feita mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no país, em nome do Município de São José de Ribamar, cobrindo o risco de quebra do Contrato.

15.5.1. O seguro-garantia somente será aceito se contemplar todos os eventos indicados, observada a legislação que rege a matéria.

15.6. A garantia na modalidade fiança bancária deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil, com cláusula de atualização financeira, de imprescritibilidade, de inalienabilidade e de irrevogabilidade.

15.7. O número do Contrato Administrativo deverá constar dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

15.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA;
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

15.9. O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.10. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Edital da Concorrência e das cláusulas contratuais.

15.11. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

15.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da respectiva Notificação.

15.13. No caso de alteração do valor do Contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros determinados nesta Cláusula, observado o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data de assinatura do respectivo Termo Aditivo.

15.14. A garantia será restituída em 30 (trinta) dias, após o cumprimento das obrigações contratuais devidamente atestadas Fiscalização, quando do recebimento definitivo dos serviços.

15.15. Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do Contrato;
- b) no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do Contrato, caso a Fiscalização não

comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

15.16. O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

15.16.1. Caberá ao CONTRATANTE apurar a isenção da responsabilidade, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela Administração.

15.16.2. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no edital e/ou projeto básico.

## **16. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

16.1. Os serviços de engenharia deverão ser acompanhados pelo profissional (identificar o nome, profissão e nº da identidade profissional), indicado na Documentação de Habilitação da CONTRATADA, que deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou RRT registrada no (CREA ou CAU), referente aos serviços de engenharia contratados.

16.2. A CONTRATADA fica obrigada a garantir que este profissional realize pessoal e diretamente a coordenação e acompanhamento dos serviços objeto do Contrato.

16.3. A substituição do profissional, durante a execução do Contrato, será admitida:

- a) nos casos excepcionais em que se justifiquem motivo superveniente fora do controle razoável da empresa, caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados e aceitos pela Administração;
- b) a qualquer tempo, nos casos em que a Administração julgar que a atuação, permanência ou comportamento do profissional seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público, mediante solicitação por escrito com as necessárias justificativas.

16.4. A CONTRATADA deverá apresentar currículo de outro profissional com qualificações equivalentes ou superiores.

16.5. A CONTRATADA não deverá reivindicar custos adicionais resultantes ou incidentes sobre qualquer substituição do Responsável Técnico ou de qualquer outro membro da Equipe.

## **17. DO LIVRO DIÁRIO DE OBRAS**

17.1. A CONTRATADA deverá fornecer e manter disponível 1 (um) livro Diário de Obras, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo Responsável Técnico da CONTRATADA e pela Fiscalização, onde deverão ser anotadas todas as ocorrências diárias decorrentes do andamento dos serviços de engenharia, bem como especificados detalhadamente os serviços em execução e

registradas outras ocorrências julgadas necessárias ao perfeito acompanhamento da execução do Contrato.

17.2. A abertura do Diário de Obras deverá ser feita juntamente com a Fiscalização no dia de início dos serviços, a quem caberá confirmar ou retificar os registros.

17.3. Será tolerado o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em casos excepcionais, para o preenchimento do Diário de Obras durante a execução do objeto, podendo, a partir desse prazo, ser aplicadas as sanções cabíveis.

17.4. Caso o Diário de Obras não seja preenchido no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência de evento relevante, a FISCALIZAÇÃO poderá fazer o registro que achar conveniente e destacar imediatamente as folhas, ficando a CONTRATADA, no caso de dias improdutivos passíveis de prorrogação de prazos, ou em qualquer outro caso, sem direito a nenhuma reivindicação.

17.5. Os registros no livro de Diário de Obras serão de responsabilidade da CONTRATADA, considerando sua responsabilidade pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

## **18. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

18.1. A CONTRATADA [e a SUBCONTRATADA] deverá[ão] prestar os serviços de engenharia através de mão-de-obra qualificada, com fornecimento dos materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância aos critérios de qualidade técnica, prazos, custos e demais indicativos previstos no Projeto Básico e seus anexos, na Proposta de Preços, no Cronograma Físico-Financeiro Detalhado e no Contrato.

18.2. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a Fiscalização qualquer alteração nas Relações dos Empregados, decorrentes de eventuais substituições ou mesmo de admissão de novos empregados, considerando a análise dos dados pertinentes ao pagamento de salários e recolhimentos dos encargos sociais e previdenciários.

18.3. A Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, fixando o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento da Notificação.

18.4. A CONTRATADA [e a SUBCONTRATADA] deverá[ão] manter um perfeito sistema de sinalização e segurança no local de prestação dos serviços, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

18.5. Caso durante o desenvolvimento dos serviços ocorra atraso na execução, a CONTRATADA [e a SUBCONTRATADA] deverá[ão] alocar recursos humanos para aumentar a produtividade, sendo que os custos decorrentes serão de sua exclusiva responsabilidade não cabendo qualquer pleito ou reivindicação para aditivo de valor do Contrato.

## **19. DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E INSUMOS**

19.1. A CONTRATADA [e a SUBCONTRATADA] assumirá[ão] a reponsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços.

19.2. A conformidade dos materiais de consumo, equipamentos, ferramentas e insumos utilizados na execução dos serviços deverá ser verificada pela Fiscalização, de acordo com o estabelecido no Projeto Básico e no Contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.



19.3. É vedado o emprego de materiais reconicionados ou de segunda mão, devendo ser empregados materiais novos e originais na execução dos serviços, seguindo rigorosamente as especificações do fabricante no ato de instalação/montagem ou operação/teste.

19.4. Será de responsabilidade da CONTRATADA [e da SUBCONTRATADA] o transporte e o manuseio dos materiais necessários para a execução dos serviços, até a entrega e recebimento definitivo por parte da Fiscalização.

19.5. A Fiscalização poderá solicitar amostra para análise de material específico, quando julgar conveniente, de acordo com o seguinte procedimento previsto no Projeto Básico.

19.6. A Fiscalização não tomará conhecimento de materiais que por ventura existam no canteiro e que não tenham sido encaminhados à aprovação, de acordo com o procedimento ora estabelecido.

19.6.1. A CONTRATADA [ou a SUBCONTRATADA] deverá[ão] proceder à remoção destes materiais não aprovados, observado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da Notificação emitida pela SEMOSP, devendo arcar com todos os custos decorrentes da remoção.

19.7. A CONTRATADA [ou a SUBCONTRATADA] deverá[ão] realizar os ensaios, testes e demais provas de materiais empregados na execução dos serviços, observados os métodos adequados preconizados nas normas da ABNT, quando houver necessidade e for solicitado pela SEMOSP, sem ônus para o CONTRATANTE.

19.8. A CONTRATADA [ou a SUBCONTRATADA] deverá[ão] realizar controle tecnológico de materiais empregados na execução dos serviços, respeitando as recomendações prescritas na norma brasileira, quando houver necessidade e for solicitado pela Fiscalização, sem ônus para o CONTRATANTE.

19.9. Os materiais provenientes de demolição ou desmontagem, reaproveitáveis ou não, deverão ser removidos para os locais indicados pela Fiscalização, sendo que ao término dos serviços a CONTRATADA será responsável pela limpeza da área.

## **20. DAS CORREÇÕES DE SERVIÇOS IMPUGNADOS**

20.1. A CONTRATADA [ou a SUBCONTRATADA] deverá[ão] reparar ou reconstruir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela Fiscalização nos serviços executados, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva Notificação.

20.2. A indicação de rejeição total/parcial dos serviços deverá ser expressamente indicada pela Fiscalização no Diário de Obras.

## **21. DA SUBSTITUIÇÃO DOS MATERIAIS IMPUGNADOS**

21.1. A CONTRATADA [ou a SUBCONTRATADA] deverá[ão] reparar ou substituir os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios pela Fiscalização, por sua conta e riscos, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva Notificação.

21.2. A indicação de rejeição total/parcial dos materiais, ferramentas, equipamentos e insumos deverá ser expressamente indicada pela Fiscalização no Diário de Obras.

## **22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA [E DA SUBCONTRATADA]**

22.1. A CONTRATADA [e a SUBCONTRATADA], dentre outras obrigações definidas no Projeto Básico e no Contrato, conforme o caso e no que couber, obriga[m]-se a:

- a) Prestar os serviços de engenharia necessários à execução do objeto, com a disponibilização



de mão de obra qualificada, fornecimento dos materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e com tecnologia adequadas, com a observância aos critérios de qualidade técnica, prazos e custos previstos no Projeto Básico e seus anexos, na Proposta de Preços e no Contrato Administrativo;

- b) Iniciar a execução dos serviços mediante a apresentação da seguinte documentação obrigatória, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos após a assinatura do Contrato, conforme Cláusula Onze do Contrato:
  - b.1) Comprovante de prestação da Garantia de execução, conforme Cláusula Treze do Contrato;
  - b.2) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART registrada no (CREA ou CAU), referente aos serviços de engenharia contratados, constando como Responsável Técnico o profissional indicado na Proposta de Preços;
  - b.3) Livro Diário de Obras;
  - b.5) licenças ambientais necessárias para a execução dos serviços, quando for o caso, em cumprimento à legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes;
- c) Observar o prazo de execução dos serviços estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, devendo iniciar a execução dos serviços no prazo de 2(dois) dias úteis, contado do recebimento da respectiva Ordem de Serviço;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao quantitativo do objeto contratado, de acordo com lei vigente.
- e) Facilitar a ação da fiscalização na inspeção da obra, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- f) Apresentar, na primeira medição dos serviços, cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais dos seguintes documentos exigidos na Cláusula Doze:
  - f.1) Relação dos Empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário de serviço, RG e CPF;
  - f.2) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas;
  - f.3) ASOS – Atestados de Saúde Ocupacional dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
  - f.4) Apólice de Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, conforme previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, regulado pelas Leis Federal nº 8.212/1991 e nº 8.213/1991.
  - f.5) PPRA – Programa de Prevenção de Risco Ambientais, quando couber, conforme disposições constantes na NR-9 do MTE;
  - f.6) PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção, quando couber e na hipótese de mais de 20 trabalhadores, conforme disposições constantes na NR-18 do MTE.
- g) Fornecer e manter 1 (um) livro Diário de Obras, onde deverão ser anotadas todas as ocorrências diárias decorrentes do andamento dos serviços de engenharia, bem como

especificados detalhadamente os serviços em execução e registradas outras ocorrências julgadas necessárias ao perfeito acompanhamento da execução dos serviços, conforme Cláusula Dezesseis do Contrato;

- h) Reparar ou reconstruir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela Fiscalização nos serviços executados, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva Notificação;
- i) Reparar ou substituir os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios pela Fiscalização, por sua conta e riscos, no todo ou em parte, conforme prazo e condições fixados na respectiva Notificação;
- j) Comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração no seu estatuto social, razão social, CNPJ, dados bancários, endereço, telefone, fax e outros dados que forem importantes;
- k) Comunicar a Fiscalização, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha a interferir na execução dos serviços;
- l) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- m) Nomear preposto para representá-lo na execução do Contrato, durante o período de vigência;
- n) Selecionar e preparar os empregados que irão prestar os serviços, com a devida assinatura da CTPS, com as funções profissionais legalmente registradas;
- o) Identificar seus empregados por meio de crachás, com fotografia recente;
- p) Fornecer os uniformes e materiais de proteção e segurança (equipamentos de proteção individual e coletivo) indispensáveis para a execução dos serviços, em quantidades compatíveis com o número de pessoas empregadas;
- q) Manter o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licenças, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- r) Substituir qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, observado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Notificação;
- s) Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa e mão-de-obra necessárias à execução dos serviços contratados, como única e exclusiva empregadora;
- t) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale refeição, vale transporte, uniformes, crachás e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE;
- u) Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas inerentes ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados

com o objeto do Contrato, sem qualquer solidariedade por parte do CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência as suas obrigações, não se transfere à Administração;

- v) Disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do Contrato;
- w) Respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;
- x) Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e de segurança determinadas pelo CONTRATANTE;
- y) Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de acidentes e incêndios durante a execução dos serviços;
- z) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;
- aa) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do Contrato;
- bb) Responsabilizar-se por todas as custas, emolumentos, despesas e honorários de possíveis Ações trabalhistas, civis ou penais, relacionadas à execução do Contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- cc) Comparecer em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada contra a Administração por empregado da CONTRATADA, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora e substituir a Administração no processo até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;
- dd) Responsabilizar-se civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei, por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Fiscalização;
- ee) Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, em especial a Lei Federal nº 9.605, de 13/02/1998;
- ff) Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua ou de seus empregados, prepostos ou contratados;

- gg) Acatar todas as exigências do CONTRATANTE, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- hh) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **23. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

23.1. O CONTRATANTE, dentre outras obrigações previstas no Projeto Básico e no Contrato, obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do Contrato por intermédio da Fiscalização;
- b) emitir Ordem de Serviço, após a verificação de conformidade da documentação obrigatória exigida na Cláusula Onze do Contrato;
- c) analisar os materiais que serão utilizados nos serviços de engenharia, podendo solicitar amostras quando se fizerem necessárias;
- d) anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;
- e) notificar a CONTRATADA [ou SUBCONTRATADA], conforme o caso, para reparar ou reconstruir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas nos serviços executados, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme respectiva Notificação;
- f) notificar a CONTRATADA [ou SUBCONTRATADA], conforme o caso, para reparar ou substituir os materiais, ferramentas, equipamentos e insumos considerados impróprios, por sua conta e risco, no todo ou em parte, conforme respectiva Notificação;
- g) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA [ou SUBCONTRATADA];
- h) comunicar à CONTRATADA [e à SUBCONTRATADA] toda e qualquer ocorrência relacionada com os serviços podendo interromper imediatamente sua prestação, se for o caso;
- i) efetuar os pagamentos à CONTRATADA [e à SUBCONTRATADA], de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste instrumento, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- j) solicitar aplicação de sanções e demais cominações legais ou rescisão do Contrato, conforme o caso, na hipótese de descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA [e pela SUBCONTRATADA].

## **24. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

24.1. Durante a vigência do Contrato, a execução do objeto será fiscalizada e acompanhada pela Fiscalização, formada por no mínimo 1 (hum) servidor do quadro técnico da SEMOSP, sem prejuízo

da plena responsabilidade da CONTRATADA [e da responsabilidade solidária da SUBCONTRATADA pela parte que lhe couber], sendo de sua responsabilidade, dentre outras atribuições:

- a) exigir fiel cumprimento do Contrato e seus eventuais aditivos;
- b) solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- c) verificar e atestar as medições e encaminhá-las para aprovação da SEMOSP, por meio do Gestor do Contrato;
- d) zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;
- e) controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- f) assistir a CONTRATADA [e a SUBCONTRATADA] na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- g) exigir da CONTRATADA [e da SUBCONTRATADA] a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- h) dirimir as eventuais omissões e discrepâncias dos desenhos e especificações;
- i) verificar a adequabilidade dos recursos empregados pela CONTRATADA, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- j) anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;
- k) estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- l) determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- m) emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pela CONTRATADA [e pela SUBCONTRATADA];
- n) conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- o) levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;
- p) indicar à SEMOSP que efetue glosas de medição por serviço/obras mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades à CONTRATADA [e à SUBCONTRATADA] em face do inadimplemento das obrigações;
- q) confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados, conforme Cronograma Físico-Financeiro pertinente à execução do objeto contratado.

24.2. A Fiscalização deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto em lei vigente.

24.2.1. Os acontecimentos, instruções e demais comunicações deverão ser criteriosamente

registrados no livro Diário de Obras, nas Atas das Reuniões e/ou em outros documentos produzidos durante a execução do Contrato.

24.3. A Fiscalização não terá nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela CONTRATADA [e pela SUBCONTRATADA] para a execução dos serviços.

24.4. As medições serão formalizadas por meio de 'Boletins de Medição' contendo, no mínimo, planilha com a relação de serviços efetivamente executados, quantidades, unidades, preços unitários, valor total da medição, e registros fotográficos.

24.5. As instruções e demais comunicações da Fiscalização, serão expedidas por escrito e deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA [ou pela SUBCONTRATADA], sem ônus para o CONTRATANTE.

24.6. A fiscalização será exercida no interesse da Administração, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA [e a responsabilidade solidária da SUBCONTRATADA pela parte que lhe couber], inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos, em conformidade com a lei vigente.

## **25. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

25.1. A CONTRATANTE, por intermédio da Fiscalização designada pela autoridade competente, efetuará o recebimento dos serviços objeto do Contrato, observando os seguintes procedimentos:

I. Recebimento Provisório: os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante verificação concomitante quanto à conformidade e qualidade, de acordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na Proposta de Preços da empresa, bem como atendimento das obrigações estipuladas no Contrato, ainda, o recebimento provisório se dará mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

II. Recebimento Definitivo: Os serviços serão recebidos definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após decurso de prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

25.2. O prazo para emissão do termo de recebimento definitivo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

25.3. Qualquer erro ou omissão na execução dos serviços obrigará a CONTRATADA a refazer, às suas expensas, por sua conta e riscos, no todo ou em parte, os serviços impugnados observado o prazo a ser estabelecido na respectiva Notificação.

25.4. O Recebimento Definitivo é condição indispensável para o pagamento dos serviços pertinentes à última medição.

25.5. O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o prazo de garantia previsto na Cláusula Vinte e Quatro.

## **26. DO PRAZO DE GARANTIA DOS SERVIÇOS/OBRA**

26.1. A garantia dos serviços/obra será de 5 (cinco) anos, a contar de seu recebimento definitivo, conforme lei vigente.

26.1.1. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA responderá pela qualidade e segurança dos serviços/obra, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento da CONTRATANTE.



## 27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da data de assinatura do ateste que formalizar o recebimento definitivo dos serviços, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos seguintes documentos:

- I. Ordem de Serviço;
- II. Relatório de serviços executados, contendo Planilha com a indicação das quantidades e preços, respectivos períodos de execução e valor total mensal;
- III. Certidões e documentos de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:
  - a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
  - b) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
  - c) Certidões Negativa de Débitos Fiscais e de Inscrição na Dívida Ativa, emitidas pela Fazenda Estadual;
  - d) Certidões Negativa de Débitos Fiscais e de Inscrição na Dívida Ativa, emitidas pela Fazenda Municipal;
  - e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
  - f) Declaração Formal da CONTRATADA [e da SUBCONTRATADA] de que está[ão] cumprindo integralmente todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do Contrato, de acordo com a lei vigente.
  - g) Cópia da Guia da Previdência Social (GPS), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for realizado pela internet, relativa aos empregados envolvidos na execução do objeto do Contrato, referente ao mês anterior ao do pagamento;
  - h) Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for realizado pela internet, relativa aos empregados envolvidos na execução do objeto do Contrato, referente ao mês anterior ao do pagamento;
  - i) comprovante de recolhimento do PIS e do ISS, quando for o caso, observado o prazo de até 20 (vinte) dias consecutivos após o recolhimento destes encargos.

27.2. A solicitação de primeira medição dos serviços, deverá também ser instruída com os seguintes documentos pertinentes às obrigações trabalhistas, conforme estabelece a Cláusula Doze deste instrumento:

- a) Relação dos Empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário de serviço, RG e CPF;

27.3. O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, observado o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura efetuado pela de Fiscalização.

27.4. A nota fiscal/fatura será conferida e atestada pela Fiscalização, que também deverá conferir

toda a documentação constante no contrato.

27.5. Em caso de equívoco na Nota Fiscal, ausência, validade expirada ou qualquer outra irregularidade identificada nos documentos indicados, a Fiscalização irá notificar a CONTRATADA [ou a SUBCONTRATADA] para apresentação de novo documento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

27.6. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, diretamente na Conta Corrente

indicada pela CONTRATADA [e pela SUBCONTRATADA].

27.7. O CONTRATANTE se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, os serviços não tiverem sido prestados de acordo com as especificações estabelecidas e aceitas.

27.8. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA [e pela SUBCONTRATADA].

27.9. Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estabelecido e desde que não tenha sido ocasionado direta ou indiretamente pela CONTRATADA e esta tenha cumprido integralmente as obrigações contratuais, o CONTRATANTE fica sujeita ao pagamento do valor devido atualizado, até a data de sua liquidação, observada a correção monetária

## **28.DAS ALTERAÇÕES**

28.1. O contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

## **29.DO REAJUSTE**

29.1. Os preços contratuais, em Reais, poderão ser reajustados pelos índices utilizados pelo INCC, para obras públicas, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido 01(um) do orçamento base.

Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$I_r = \frac{I_1 - I_0}{I_0}$$

Onde,  $I_r$  – Índice de reajustamento desejado

$I_0$  – Índice de preço verificado no mês base da elaboração do orçamento.

$I_1$  – Índice referente ao mês após 01 ano.

29.2. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da elaboração do orçamento base, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

29.3. A data base de referência da Proposta de Preços será a data de apresentação da Proposta de Preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir desta.

29.4. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

29.5. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

29.6. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

29.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

29.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não

possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

29.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

29.10. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

29.11. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos desta Cláusula.

29.12. O reajuste poderá ser formalizado por meio de Apostilamento do Contrato vigente.

### **30. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

30.1. Os preços unitários e o saldo do Contrato poderão ser revistos para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro, considerando a relação de equivalência formada pelo conjunto dos encargos impostos pela Administração e pela remuneração proposta pela CONTRATADA, a teor do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal.

30.1.1. O pedido de Revisão poderá ser formalizado a qualquer momento durante o prazo de vigência do Contrato.

30.2. A revisão tem por finalidade restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato:

- a) sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;
- b) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

30.3. A CONTRATADA deverá encaminhar a Fiscalização o pedido de Revisão com as devidas justificativas, acompanhado de documentação que comprove a ocorrência de uma das hipóteses indicadas no item anterior e de Planilha Orçamentária que demonstre a defasagem de preços ensejadora do desequilíbrio do Contrato.

30.4. A Administração deverá examinar a situação originária, à época da apresentação da Proposta de Preços, e a situação posterior constante no pedido da CONTRATADA, podendo solicitar documentos adicionais.

30.5. A CONTRATANTE recusará o pedido de Revisão diante das seguintes situações:

- a) ausência de elevação dos encargos;
- b) ocorrência do evento anterior à formulação da Proposta;
- c) ausência de nexo causal entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos;
- d) culpa exclusiva da CONTRATADA pela majoração de seus encargos.

30.6. A Revisão do Contrato será formalizada mediante Termo Aditivo.

### **31. DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTA, SOCIAL, PREVIDENCIÁRIA E FISCAL**

31.1. A utilização temporária ou não de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto do Contrato, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista, social, previdenciária ou fiscal para o CONTRATANTE.

31.1.1. A inadimplência da CONTRATADA [ou da SUBCONTRATADA], com referência aos encargos trabalhistas, social, previdenciários, fiscais e comerciais, estabelecidos no Contrato, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato ou restringir a regularização e a execução dos serviços de engenharia.

## **32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

32.1. No caso de inexecução, total ou parcial, dos serviços contratados, o CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as sanções administrativas previstas em Lei..

32.2. O atraso injustificado na entrega da garantia, na reposição da garantia utilizada total ou parcialmente ou na apresentação da garantia ajustada às alterações de valor ou de prazo, obrigações estabelecidas na Cláusula Treze do Contrato, sujeitará a CONTRATADA à aplicação de multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, até o limite de 2% (dois por cento).

32.3. O atraso injustificado na entrega de documentos exigidos na Cláusula Onze do Contrato sujeitará a CONTRATADA [ou a SUBCONTRATADA] à aplicação de multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento), incidente sobre o valor total do Contrato, até o limite de 2% (dois por cento).

32.4 Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) do valor mensal, em caso de atraso no início da execução dos serviços, considerando o prazo de até 2 (dois) dias úteis contado do recebimento da respectiva Ordem de Serviço;

32.5 Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) do valor mensal, em caso de atraso na conclusão dos serviços, considerando o prazo previsto no Cronograma de Execução vinculado à respectiva Ordem de Serviço.

32.6 Além das multas aludidas nos itens anteriores, a CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA [ou a SUBCONTRATADA], garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato, com descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas, sobretudo quanto às obrigações e encargos previdenciários, sociais e trabalhistas, podendo culminar em rescisão contratual:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

32.7. As sanções previstas nas alíneas 'a', 'c' e 'd' poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea 'b'.

32.7.1. O CONTRATANTE poderá conceder um prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

32.8. O não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, serão consideradas

faltas graves, compreendida como falha na execução do Contrato, que poderá dar ensejo a sua rescisão, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e da declaração de inidôneo.

32.9. Caberá à Fiscalização propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

32.10. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela Administração.

32.11. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

32.12. O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da CONTRATADA [ou da SUBCONTRATADA] em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

32.13. Caso seja comprovado que a SUBCONTRATADA deixou de honrar com seus compromissos contratuais em decorrência de imperícia, negligência, má gestão ou em razão de outra prática danosa punida pela legislação aplicada à matéria, a empresa será declarada inidônea e impedida de participar diretamente ou como subcontratada de outros certames licitatórios no âmbito da Administração, nos termos da lei independente das demais sanções civis e criminais que se fizerem requeridas.

### **33.DA RESCISÃO**

33.1. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas em lei vigente.

33.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade do CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

33.3. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

33.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

### **34. DAS COMUNICAÇÕES**

34.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito do Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

### **35. DA PUBLICAÇÃO**

35.1. O resumo do Contrato, assim como os respectivos aditamentos, será publicado pelo CONTRATANTE na imprensa oficial.

### **36. DO CONSÓRCIO**

36.1. A Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

36.2. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

36.3. Acerca das Cooperativas por sua vez atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.

### **37. DO FORO**

36.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, da Comarca de São José de Ribamar, Estado do Maranhão, para dirimir toda e qualquer questão que derivar do Contrato.

36.2. Nada mais havendo a tratar, as partes assinam o Contrato, na presença das testemunhas abaixo declinadas, em 03 (três) vias [04 (quatro) vias] de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

São José de Ribamar, janeiro de 2024

**Marcos Sergio Souza Borges Junior**  
**Secretário Adjunto – SEMOSP**  
**Matricula 995599**



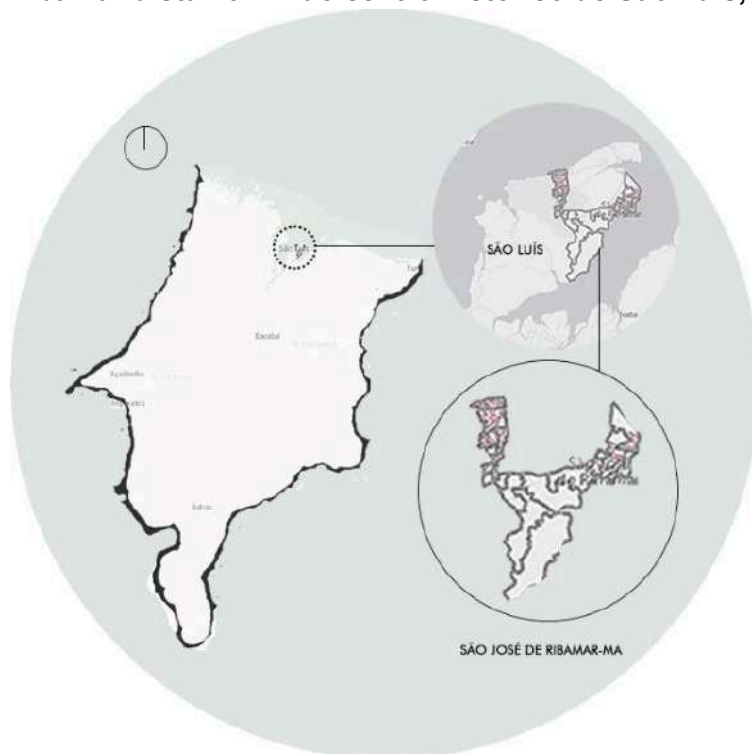


## ANEXO I

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### APRESENTAÇÃO

O município de São José de Ribamar localiza-se na área metropolitana da Grande São Luís, terceiro município em população do estado do Maranhão, com aproximadamente 200.000 habitantes, distribuídos em 386,3 km<sup>2</sup>. A sede do município de São José de Ribamar dista 26 km do centro histórico de São Luís, capital do estado.



**Imagem 01: Localização do município de São José de Ribamar-MA.**  
**Fonte: Arquivo Próprio.**

O presente Memorial Descritivo tem por objetivo especificar os serviços técnicos urbanísticos, bem como os materiais e os métodos construtivos que serão empregados na execução da implantação do paisagismo e dos equipamentos urbanos do Apoio Turístico Campina, localizado na Avenida Garrastazú Médici, próximo ao ponto final dos ônibus, no município de São José de Ribamar, Maranhão, como pode-se observar na imagem 02.



**Imagem 02: Localização da Praça da Campina e Apoio Turístico Campina, no município de São José de Ribamar. Fonte: Google Earth.**

### **Objetivo do documento**

O Memorial Descritivo, como parte integrante de um projeto executivo, tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos, bem como toda a sistemática construtiva utilizada. Tal documento relata e define integralmente o projeto executivo e suas particularidades. Constan no presente Memorial Descritivo, a descrição dos elementos constituintes do projeto arquitetônico, com suas respectivas sequências executivas e especificações. Constan também no Memorial a citação de leis, normas, decretos, regulamentos, portarias, códigos referentes à construção civil, emitidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, ou por concessionárias de serviços públicos.

## **ESPECIFICAÇÕES E DETALHES DOS SERVIÇOS A EXECUTAR**

**Os serviços serão executados empregando material de 1ª qualidade, conforme especificações abaixo.**

### **1. SERVIÇOS PRELIMINARES**

#### **1.1 PLACAS**

##### **Condições Gerais**

**Além das placas que atendam às exigências do CREA e da Municipalidade, serão colocadas, em local visível, as exigidas pela CONTRATANTE, de acordo com os modelos fornecidos, às expensas da CONTRATADA.**

##### **Especificações**

**Serão executadas em chapa metálica pintada, ou a critério da CONTRATADA, desde que durável e com boa visualização.**

##### **Aplicação**

**Serão instaladas em local de boa visibilidade.**

#### **1.2 TAPUME**

**Durante a execução da Apoio Turístico Campina, será implantado um tapume de perímetro que cerque as instalações, com a finalidade de disciplinar o acesso à obra e à vigilância do local, sendo a entrada controlada pela portaria. Os tapumes e outros meios de proteção e segurança serão executados conforme as recomendações da NBR 5682. Salvo instruções em contrário da FISCALIZAÇÃO ou exigências da SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICÍPIO, os tapumes apresentarão as seguintes características:**

##### **a) Itens e suas características:**

- **Telha de aço zincado trapezoidal;**
- **Peça de madeira não aparelhada 7,5 x 7,5 cm (pontaletes), maçaranduba, angelim ou equivalente da região para montagem dos pilares;**
- **Prego polido com cabeça 18 x 27;**
- **Concreto magro para lastro com preparo manual;**
- **Serra circular de bancada com motor elétrico, potência de 1600 W, para disco de diâmetro de 10" (250mm).**

##### **b) Equipamentos**

- **Serra circular de bancada com motor elétrico, potência de 1600 W, para disco de diâmetro de 10" (250mm).**

##### **c) Execução**

- **Verifica-se a área dos tapumes a serem instalados;**
- **Corta-se o comprimento necessário das peças;**
- **Com a cavadeira faz-se a escavação no local onde será inserido o pontaletes (peça de madeira);**

- O pontalete é inserido no solo; o nível é verificado durante este procedimento;
- No solo, faz-se o chumbamento, com concreto, dos pontaletes;
- Em seguida, são colocadas as telhas metálicas para o fechamento.

A imagem a seguir representa como o tapume ficará pós a instalação.



**Imagem 03 – Tapume com telha metálica.**

### 1.3 LIMPEZA DO TERRENO

O espaço deverá ser limpo, aterrado e regularizado aos níveis do projeto. Será periodicamente feita a remoção de todo o entulho e detritos que venham a se acumular no decorrer da obra. A limpeza permanente da obra é necessária sempre após o término dos serviços o que proporcionará um ambiente salutar aos empregados envolvidos.

O material retirado, quando houver, será carregado sobre caminhão e transportado para bota fora com autorização da Prefeitura Municipal de São José de Ribamar.

### 1.4 BARRACÃO DE OBRA

Para proporcionar a organização do canteiro de obras, localizado no terreno onde será realizada a execução da obra, deverá a empresa contratada alugar um contêiner para guardar materiais e equipamentos e alugar unidade sanitária (banheiro químico) destinada aos empregados da empresa.

Deverá ser disponibilizado um responsável técnico para o acompanhamento da execução e aplicação dos materiais especificados neste memorial. Um mestre de obras também deverá estar na obra com o objetivo de dirimir qualquer dúvida referente aos serviços a serem executados assim como deverá ser disponibilizado um vigia para ficar no turno da noite guardando as dependências, materiais e equipamentos.

### 1.5 INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS



As instalações provisórias de água/ esgoto, luz, força e telefonia necessários ao desenvolvimento da obra serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser solicitadas nos órgãos competentes pelo responsável técnico da empresa executora.

#### 1.6 LOCAÇÃO DA OBRA

A locação da obra será efetuada de maneira a atender criteriosamente as dimensões estabelecidas no Projeto Urbanístico. A CONTRATADA fará todo o movimento de terra necessário à adaptação do terreno às cotas, níveis e demais condições impostas pelo projeto e recomendações da fiscalização. Os aterros necessários serão executados com material de boa qualidade, livre de sementes de pragas, entulho, ou outros detritos que prejudiquem a boa formação da vegetação que sobre eles será plantada. Após a locação da obra, deverá ser chamada a fiscalização para aprovação da mesma e liberação da etapa.

#### 1.7 DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

Antes de iniciar os serviços de demolição, devem ser desligadas as linhas de fornecimento de água, energia elétrica, inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos, substâncias tóxicas e canalizações de esgotos.

As paredes, pisos e qualquer outro elemento que for danificado pela demolição e reforma, deverão ser substituídas recebendo o acabamento recomendado ou de acordo com o padrão existente caso o mesmo não tenha sido especificado neste caderno.

As demolições deverão ser realizadas com acompanhamento dos responsáveis técnicos, e tomadas as devidas providências no tocante a segurança pessoal dos operários e da obra como um todo. O entulho gerado deve ser acondicionado e descartado de maneira adequada.

### 2. ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO

#### 2.1 FUNDAÇÕES

##### Condições Gerais

A CONTRATADA deverá obedecer integralmente às especificações técnicas e ao projeto de fundação, devendo também satisfazer às normas da ABNT atinentes ao assunto, especialmente à NBR-6122 - "Projeto e execução de Fundações".

Na confecção do concreto armado, deverão ser observados cuidados especiais quanto ao tipo de madeira a ser utilizado, sendo rejeitadas peças que apresentem elevado número de nós. Também o aço será verificado antes de seu emprego, na intenção de se garantir a sua qualidade. O concreto, caso seja virado em obra, só será admitido se confeccionado em betoneira própria, e com seus componentes verificados antes da dosagem. Sob a superfície das sapatas ou blocos, será previamente confeccionada uma camada de concreto magro, cuja espessura será definida em projeto.

A liberação para concretagem será antecedida de vistoria obrigatória pela FISCALIZAÇÃO, sendo sua autorização registrada no Diário de Obras.

A FISCALIZAÇÃO deverá verificar se durante a execução dos serviços de fundação são obedecidas as determinações do projeto e as normas pertinentes.

**Será vetada a execução de concretagens durante a noite, salvo por autorização expressa da CONTRATANTE.**

**A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela resistência e estabilidade dos trabalhos que executar.**

#### **Especificações**

**As fundações serão do tipo profunda, a ser executada em estacas do tipo Hélice Contínua com blocos de coroamento em concreto armado, o concreto deverá ter Fck maior ou igual a 30 Mpa e Aço CA50/CA60. O Concreto deve ser vibrado para o devido adensamento e deve ser feito a cura úmida de acordo com a NBR 14931/2004.**

**As vigas baldrame serão executadas em concreto armado, com FCK mínimo de 30 Mpa. Será utilizado aço CA50/CA60.**

**As fôrmas deverão estar em bom estado, devendo ser aplicado antes da concretagem, o desmoldante para facilitar a deforma, as fôrmas deverão ser molhadas abundantemente.**

**Todas as vigas da fundação deverão ser impermeabilizadas através de uma pintura, com no mínimo duas demãos, com tinta à base de material betuminoso, aplicado a frio. Somente será iniciado o assentamento dos tijolos das paredes, após a perfeita e total secagem dos elementos impermeabilizantes.**

**Todos os blocos de coroamento devem ser executadas sobre uma camada de concreto magro (cimento, areia, brita 2, Fck 9 MPa) com espessura mínima de 5 cm. A superfície de solos absorventes, sobre ou contra a qual o concreto será lançado, deve ser convenientemente umedecida antes do lançamento.**

**As fundações corridas, caso existam, serão em alvenaria de pedra de mão, tipo laterítica, assentadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:8. A largura e profundidade do alicerce estão definidas no projeto de fundações.**

## **2.2 SUPERESTRUTURA**

**Os serviços em concreto armado deverão ser executados em estrita obediência às prescrições das Normas Brasileiras específicas, em sua versão mais recente, aplicáveis a cada caso.**

**A execução de qualquer parte da estrutura implica a integral responsabilidade da CONTRATADA por sua resistência e estabilidade.**

**Nenhum elemento estrutural poderá ser concretado antes de uma minuciosa verificação, feita pela CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO, da perfeição da disposição, dimensões e escoramentos das fôrmas, armaduras correspondentes e da colocação de dutos elétricos, hidráulicos e outros, que devam ficar embutidos no concreto.**

**As aberturas para passagem de canalização através de elementos estruturais, quando inevitáveis, serão objeto de estudos por parte da CONTRATADA e previamente aprovados em conjunto, pelo autor do projeto estrutural, de instalações e de arquitetura; estas aberturas serão asseguradas por caixas ou dutos localizados nas fôrmas, de acordo com o projeto, não sendo permitido mudança nas suas posições a não ser com autorização do autor do projeto.**

### **2.2.1 Concreto**

#### **Condições Gerais**

**A proporção correta de cimento, de agregados e água, que deverão entrar na mistura do concreto, serão rigorosamente controladas pela FISCALIZAÇÃO, não sendo**



permitida qualquer alteração do traço do concreto no canteiro de obra.

A fixação do fator água-cimento deverá considerar a resistência, a trabalhabilidade e a durabilidade do concreto bem como as dimensões e acabamento das peças.

Todo o concreto empregado na construção será preparado mecanicamente, em betoneiras ou por central de concreto, sendo que o controle da resistência caberá à CONTRATADA que deverá ter, à disposição da FISCALIZAÇÃO, os dados comprobatórios da qualidade do concreto.

O controle tecnológico do concreto será efetuado por firma especializada, cujo nome deverá ser informado à FISCALIZAÇÃO antes do início dos serviços de concretagem.

A CONTRATADA deverá enviar tão logo receba, cópias dos laudos dos testes à FISCALIZAÇÃO. Caso o resultado dos testes detecte alguma irregularidade, a CONTRATADA prontamente providenciará a correção da anomalia, antes de dar continuidade aos serviços.

O amassamento mecânico deverá ser contínuo e suficiente para homogeneizar a mistura de todos os elementos, inclusive eventuais aditivos.

Sempre que o volume de concreto a ser lançamento nas peças liberadas pela FISCALIZAÇÃO for superior a 5 m<sup>3</sup> (cinco metros cúbicos) será obrigatoriamente utilizado concreto usinado em central de concreto.

O transporte e o lançamento do concreto deverão ser feitos por métodos que evitem a segregação ou perda dos componentes do concreto.

Deverá ser obedecido um plano de concretagem, aprovado pela FISCALIZAÇÃO, após consulta ao autor do projeto estrutural.

Serão rejeitados concretos que tenham, entre o instante de adição da água ao cimento e agregados e o lançamento, intervalo superior a uma hora; esse intervalo poderá ser modificado a critério da FISCALIZAÇÃO. Não se admitirá o uso de concreto remisturado.

Será permitido o uso de aditivos somente quando autorizado expressamente pela CONTRATANTE.

A altura máxima de lançamento vertical será de 2,00 (dois) metros, na concretagem de pilares e muros, será exigido o emprego de janelas na forma, como ponto de lançamento intermediário. O lançamento será contínuo e conduzido de forma a não haver interrupção superior ao tempo de pega do concreto. Uma vez iniciada a concretagem de um lance a operação deverá ser contínua e só terminar nas juntas de concretagem preestabelecidas.

O adensamento deverá ser efetuado durante e após o lançamento do concreto, até que a nata comece a refluir na superfície.

O adensamento será executado com vibradores de imersão, com bitola máxima de 3 cm, e deverá ser feito cuidadosamente para que o concreto envolva completamente a armadura e atinja todos os pontos da fôrma. Deverão ser tomadas as precauções para que não se altere a posição das armaduras nem se formem vazios na concretagem.

Quando o lançamento do concreto for interrompido, dever-se-á tomar as providências necessárias para que, ao reiniciar-se o novo lançamento, exista uma ligação do trecho endurecido com o novo concreto. As juntas de concretagem deverão ser localizadas pela CONTRATADA de maneira a reduzir ao mínimo, o enfraquecimento da estrutura. Deverão ser obedecidas rigorosamente as posições das juntas de concretagem indicadas no projeto, ou de acordo com a orientação do calculista, ciente previamente do plano de concretagem.

As juntas, antes de receberem o novo concreto deverão ser limpas, sendo sua nata removida por meio de jatos de água sob pressão ou areia. Reinício de concretagem em superfícies já em início de cura só será permitido após a aplicação de adesivos adequados, tipo sikadur 32, da Sika ou similar. Deverá ser sempre evitada a formação

de ninhos e superfícies empedradas nas juntas de concretagem. Nunca deve ser perturbado o concreto na superfície das juntas de concretagem durante os estágios iniciais de endurecimento.

Durante pelo menos 3 (três) dias, as superfícies expostas do concreto deverão ser conservadas úmidas.

Logo após a retirada das fôrmas e a inspeção da FISCALIZAÇÃO, eventuais falhas de concretagem serão adequadamente recuperadas.

#### **Especificações**

O cimento empregado no preparo do concreto deverá satisfazer as especificações e os métodos de ensaio brasileiros. O cimento Portland comum atenderá à Norma NBR 5732.

Os agregados, tanto graúdos quanto miúdos, deverão atender às prescrições das Normas NBR 7211 e NBR 6118. Como agregado graúdo será utilizada a pedra britada do tipo 1, com dimensão máxima de 19 mm, proveniente de rochas estáveis, isentas de substâncias nocivas ao seu emprego.

O agregado miúdo deverá ser areia lavada de rio, com composição granulométrica de média para grossa e isenta de impurezas. A presença de argila, matéria orgânica e quaisquer outros agentes nocivos ao cimento, deverá estar enquadrada nos limites estabelecidos pelas Normas.

A água utilizada usada no amassamento do concreto será limpa e isenta de siltes, sais, álcalis, e qualquer outra substância prejudicial à mistura. Em princípio deverá ser utilizada água potável.

O concreto a ser utilizado na obra será de 30 MPA para todos os elementos da fundação.

#### **Aplicação**

O concreto armado será aplicado em elementos definidos no projeto estrutural, tais como pilares e vigas.

#### **2.2.2 Armaduras**

##### **Condições Gerais**

As armaduras deverão ser executadas de acordo com os projetos, observando-se estritamente o número, camadas, dobramentos, espaçamento e bitolas dos diversos tipos de barra retas e dobradas, fazendo-se perfeitas amarrações de maneira que sejam mantidas nas suas posições durante a sua concretagem.

Emendas somente serão permitidas nos lugares indicados no projeto estrutural. As barras de aço, os dobramentos, a colocação e as demais condições da armadura deverão obedecer rigorosamente aos requisitos estabelecidos pelas instruções da ABNT.

As armaduras colocadas deverão ser perfeitamente limpas, sem sinal de ferrugem, pintura, de graxa, cimento ou terra. Para isso, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir que, antes da colocação ou mesmo antes da concretagem, a ferrugem ou as impurezas sejam retiradas, empregando-se escovas metálicas, estopas ou tratamento equivalente.

A CONTRATADA evitará que as barras de aço e/ou as armaduras se danifiquem ou se deformem, nos depósitos, apoiando-as sobre as vigas ou toras de madeira estáveis. A armazenagem deverá permitir a classificação das diversas partidas segundo categorias, diâmetro e lotes de fornecimento.

As armaduras deverão ocupar exatamente as posições previstas nos desenhos de execução com as tolerâncias adiante mencionadas e serão fixadas através de ligações metálicas, espaçadores e calços de aço ou de argamassa, necessários para

que não possam se deslocar durante a operação de concretagem, e garantir o recobrimento do concreto de acordo com o indicado no projeto e não menos daqueles especificados nas Normas da ABNT.

Os calços utilizados para o espaçamento das barras a forma deverão ser do de plástico ou de argamassa, destaca-se que quando for utilizado calço de argamassa o mesmo deve ter resistência semelhante ao concreto do elemento a ser utilizado. Os calços serão os únicos admitidos em contato com as fôrmas.

#### **Especificações**

Não poderão ser empregados na obra, aços de qualidades diferentes das especificadas no projeto sem aprovação prévia do projetista e da CONTRATANTE, quando previsto o emprego de aços de qualidades diversas, deverão ser tomadas as necessárias precauções para evitar a troca involuntária.

O tipo de aço indicado nos desenhos do projeto estrutural será do tipo CA 50 A/B e CA 60 B, e obedecerão às Normas da ABNT NBR 6118, NBR 7187 E NBR 7480.

#### **Aplicação**

Nos elementos de concreto armado de acordo com o projeto estrutural.

#### **2.2.3 Formas**

##### **Condições Gerais**

As fôrmas deverão ser executadas rigorosamente com as dimensões indicadas no projeto, com material escolhido, de boa qualidade e adequado para o tipo de acabamento destinado às superfícies de concreto por elas envolvidas.

Devem ter a resistência necessária para suportar os esforços resultantes do lançamento do concreto, das pressões provocadas pelos vibradores no concreto fresco e devem ter fixação tal que não sofram deformações pela ação destes esforços. Devem ser tomadas precauções especiais para garantir as contra-flechas e os acabamentos indicados no projeto.

Todas as fôrmas para pilares, colunas, tanques, bases de máquinas e outras a critério da FISCALIZAÇÃO, deverão ser dotadas de aberturas convenientes, espaçadas e distribuídas de modo a permitir adequado lançamento e eficaz vibração do concreto.

Tais aberturas deverão ser fechadas tão logo termine a vibração do concreto na zona correspondente, de modo a assegurar a perfeita continuidade do perfil desejado.

Todos os serviços necessários para execução das fôrmas, desde o escoramento até as próprias fôrmas, deverão ser cuidadosa e minuciosamente revistos antes de qualquer concretagem.

Antes do lançamento do concreto devem ser vedadas as juntas das fôrmas e feita a limpeza, para que as superfícies em contato com o concreto fiquem isentas de impurezas que possam influenciar a qualidade dos acabamentos.

As fôrmas de madeira deverão, imediatamente antes do lançamento, ser molhadas até a saturação. Para o escoamento da água em excesso, deverão ser previstos furos nas fôrmas, desde que se evitem prejuízos estéticos nas superfícies destinadas a acabamento aparente.

A construção das fôrmas deve ser tal que facilite a desforma e retirada total dos elementos, mesmo aqueles colocados entre lajes e vigas evitando assim esforços e choques violentos sobre o concreto endurecido.

As fôrmas terão acompanhamento rigoroso de execução por parte dos encarregados e mestres dedicando especial atenção:

- a) à reprodução fiel do desenho;

- b) à utilização de material apropriado;
- c) à adoção de contra-flechas;
- d) ao nivelamento das lajes e vigas;
- e) à suficiência do escoramento adotado;
- f) à superposição dos pilares;
- g) ao contraventamento de painéis que possam ser deslocados quando do lançamento do concreto;
- h) aos furos para a passagem de dutos;
- i) à vedação das juntas;
- j) à limpeza.

#### **Especificações**

Os materiais utilizados nas fôrmas que ficarem em contato com concreto devem ser tais que produzam os acabamentos indicados nas plantas de arquitetura. Os concretos cujas faces não sejam aparentes poderão ter fôrma de chapas de madeira resinada espessura mínima de 12mm. Para as partes da estrutura em concreto aparente serão utilizadas chapas de madeira compensada plastificada espessura mínima 12 mm.

Os escoramentos devem ser capazes de resistir aos esforços atuantes e devem manter as fôrmas rigidamente em suas posições.

Para os escoramentos, não serão admitidos pontaletes de madeira de seção menor que 7 x 7 (sete x sete) centímetros ou seção menor circular equivalente, nem com mais de 3,00 (três) metros sem contraventamento. Cada pontalete de madeira só poderá ter uma emenda.

Não deverá ser permitido o acesso de pessoas e nem o acúmulo de material nas partes já concretadas, até 24 (vinte e quatro) horas depois do lançamento.

A retirada das fôrmas não deverá ocorrer antes do seguinte prazo:

- ☐ 03 (três) dias para as faces laterais;
- ☐ 14 (quatorze) dias para as faces inferiores, deixando-se pontaletes perfeitamente acunhados e devidamente espaçados;
- ☐ 28 (vinte e um) dias para as faces inferiores sem pontaletes.

Para desformas em prazos menores, deverá haver um acompanhamento rigoroso dos resultados de laboratório para resistência e deformações do concreto e ainda a anuência, por escrito, do autor do projeto.

As fôrmas deverão ser retiradas sem choque, obedecendo-se a um programa de descimbramento; o escoramento deverá ser retirado de maneira progressiva, particularmente o de peças em balanço.

Nos casos de se deixar pontaletes após a desforma, estes não devem produzir momentos de sinais contrários aos do carregamento com que a viga foi projetada, que possam vir a romper ou trincar a peça.

#### **Aplicação**

Nos elementos de concreto armado de acordo com o projeto estrutural.

### 3. ESTRUTURAS DE MADEIRA

#### 3.1 Assoalho de madeira

Serão executadas duas estruturas em madeira: o deck da Campina e o deck da praça. O assoalho de madeira deverá ser constituído de peças de madeira de Lei, do tipo maçaranduba ou similar. A execução do assoalho deverá ser feita assentando as vigas de madeira com seção 7,5x15cm diretamente sobre as vigas de concreto e deverão ter os encontros entre duas vigas travados com madeira de mesma seção, o assoalho deverá ser fixado diretamente sobre as vigas de madeira, devendo ser utilizado tábuas com 20x2,5cm. As tábuas deverão ser pregadas em todos os encontros com as vigas de madeira, utilizando prego metálico 2.1/2x10”.

### 4. REVESTIMENTOS

#### 4.1 CHAPISCO

##### Condições Gerais

O chapisco deverá ser aplicado sempre que possível imediatamente após a execução da alvenaria. A superfície a ser chapiscada deverá estar limpa antes de sua aplicação e suficientemente umedecida para que não ocorra absorção da água necessária à cura da argamassa.

Os revestimentos a serem aplicados sobre o chapisco somente serão iniciados após a completa secagem deste último.

##### Especificação

A argamassa para confecção do chapisco será composta de cimento e areia, traço 1:3. Sua aplicação será manual, com o uso de colher de pedreiro ou maquinário apropriado. A argamassa deverá ser projetada energeticamente, de baixo para cima, contra a superfície a ser revestida.

##### Aplicação

Em superfícies horizontais ou verticais a revestir com algum material, determinadas em projeto, alvenarias, assim como superfícies lisas de concreto não aparente, pilares, vergas e outros elementos da estrutura.

#### 4.2 REBOCO

Será executado reboco em argamassa no traço 1:2:8 (cimento/ cal/ areia) e espessura 2 cm. Deverão ser reparadas, com reboco, todas paredes e canteiros de alvenaria que apresentarem fissuras e/ou rachaduras.

#### 4.3 PINTURA

As superfícies a pintar serão protegidas quando perfeitamente secas e lixadas, e cada demão de tinta será aplicada somente quando a precedente estiver perfeitamente seca, devendo-se observar um intervalo de 24 horas entre demãos sucessivas. Igual cuidado deverá ser tomado entre demãos de tinta e de massa plástica, observando um intervalo mínimo de 48 horas após cada demão de massa.

Deverão ser adotadas precauções especiais, a fim de evitar respingos de tinta em superfícies não destinadas à pintura, como vidros, ferragens de esquadrias e outras.



Todas as tintas serão rigorosamente misturadas dentro das latas e periodicamente mexidas com uma espátula limpa, antes e durante a aplicação, a fim de obter uma mistura densa e uniforme e evitar a sedimentação dos pigmentos e componentes mais densos.

Nas paredes externas, expostas à umidade, deverão receber uma demão de selador antes da pintura. No piso da praça, será aplicado uma pintura acrílica com primer, obedecendo a paginação em cores descrita no projeto. No piso intertravado de acesso ao Pier da Campina será aplicada pintura com paginação em dois tons de cinza.

## 5.0 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PROJETO DE URBANISMO E DE DETALHAMENTO

### 5.1 PAVIMENTAÇÃO

As pavimentações só poderão ser executadas após o assentamento das tubulações que devam passar sob elas.

O piso será feito de modo a deixar as superfícies planas, evitando-se ressaltos. Deverá ser proibido a passagem e o acúmulo de materiais sobre os pisos acabado, antes de 48 horas da conclusão dos serviços. Não será permitido que o tempo decorrido entre a aplicação da argamassa seja tão longo que prejudique as condições de fixação das peças.

A área deverá ser nivelada de acordo com as cotas indicadas em desenho. Não será tolerado piso irregular. Todo o piso deverá atender à Norma Brasileira de portadores de necessidades especiais não se admitindo nenhum degrau ou desnível que impeça a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida.

Na Praça da Campina será necessário a reconstrução da pavimentação em concreto nos locais que estão deterioradas, tanto na área de piso quanto nas áreas de retorno e estacionamento.

#### 5.1.1 Piso Intertravado

A pavimentação do acesso a orla deverá ser em pisos intertravados 20 x 10cm, com 6cm de espessura a serem assentados sobre colchão de areia nos locais indicados em projeto, conforme hachuras indicando locais de implantação de cores.

O assentamento deverá ser feito de modo a proporcionar o perfeito travamento das peças e uma acomodação destas no solo devidamente compactado, sem riscos de deslocamentos ou avarias. Após assentamento, deverá ser distribuída uma camada de areia sobre as peças.

O método de assentamento (encaixe) deverá ser consultado com a FISCALIZAÇÃO antes de iniciar o serviço. A utilização de placa vibratória antes e após o assentamento é um item indispensável do serviço.





**Imagem 04 – Piso de concreto intertravado**

#### 5.1.2 Concreto Polido

O piso concreto desempenado a ser aplicado nos locais indicados no projeto, poderá ser obtido através do desenvolvimento:

- Serão executados piso em concreto de FCK = 20 MPa, com espessura de 7,0 centímetros ao final;
- Colocar juntas plásticas de dilatação 17x3 milímetros, limitando painéis quadrados de dimensões de 2,50 metro x 2,50 metros.
- Após nivelamento, desempenar e polir;
- Obedecer a um intervalo de 24 horas sem qualquer tráfego;
- Lavagem com bomba de pressão e após a retirada completa de todo material solto e deixar secar.

**Aplicação: Calçadas Interna do Ponto Turístico.**

#### 5.1.3 Piso em Concreto

Serão executados pisos de concreto com concreto moldado in loco, classe de resistência C20 e Brita 0 ou 1. Deve ser considerada declividade mínima de 0,5% em direção às canaletas ou pontos de escoamento de água.

**Aplicação: Calçadas externas, rampas, passarela e escadas.**

#### 5.1.4 Faixa elevada

Serão executadas três faixas elevadas no alinhamento e nivelamento já previamente preparado quando finalizado a remoção do asfalto e locação da obra, respeitando a largura das faixas elevadas, usadas para travamento do entorno das rampas em trechos retos.

A construção deverá ser feita após a compactação e nivelamento do solo, respeitando a devida cura do concreto para a segunda fase da execução. Ambas serão feitas de concreto moldados in loco fck=25MPa, por betoneira mecânica, seguindo o traço T4 1:5, com o fator de máximo de água/cimento = 0,52, utilizando tela de aço soldada

nervurada de aço CA-60, 5mm, malha 10x10 cm em seu meio.

A delimitação da área para o escoamento superficial será executada com o auxílio de tábuas de madeira, realizado durante a primeira concretagem da plataforma, na parte elevada das travessias.

## 5.2 COBERTURA

### 5.2.1 Estrutura em Madeira

#### Características e Dimensões do Material

Madeiramento do telhado em Peroba ou espécies de madeira apropriadas, conforme Classificação de Uso, construção pesada interna.

Nome da peça	Dimensões da Seção Transversal em cm
Tesouras	6x12
Terças	6x12
Caibros	5x6
Ripas	1,5x5

Deverá ser executada estrutura em madeira aparelhada, para telha cerâmica, na cobertura da edificação. As superfícies do topo das peças de madeira da estrutura do telhado ou cobertura, expostas ao ambiente exterior, devem ser impermeabilizadas. As ligações presas nas tesouras devem ser feitas pelo menos com quatro pregos em cada peça. Ligações de peças sujeitas a esforços de tração devem ser efetuadas com o auxílio de cobre juntas metálicos, fixados com parafusos. As ligações de apoio de peças de madeira devem ser feitas por encaixe, podendo ser reforçadas com talas laterais de madeira, fitas metálicas ou chapas de aço fixadas com parafusos.

### 5.2.2 Telhas Cerâmicas

#### Caracterização e Dimensões do Material

Serão aplicadas telhas de barro cozidas, tipo colonial, tipo capa-canal de primeira qualidade sobre ripões de madeira fixados em estrutura de concreto. Comprimento 48cm x Largura 20cm x largura 15cm

#### Sequência de execução

Aplicação de telhas de barro cozidas, de primeira qualidade encaixadas sobre ripas de madeira de 1,5x5cm, fixados em estrutura de concreto. A colocação das telhas deve ser feita por fiadas, iniciando-se pelo beiral e prosseguindo em direção à cumeeira. A sobre posição entre as telhas varia entre 9 a 11cm, de acordo com o fabricante.

#### Conexões e interfaces com os demais elementos construtivos

As fixações com o madeiramento do telhado devem ser feitas conforme descritas na sequência de execução. Os encontros dos planos de telhado com planos horizontais de laje deverão receber calhas coletoras, conforme especificação.

### 5.3 DRENAGEM URBANA

A Drenagem do Apoio à Campina será feita através das calhas em PVC na cobertura e de caixas pluviais com grelha ligadas por tubos de PVC com DN de 100mm. As águas coletadas serão direcionadas para a sarjeta da rua adjacente, conforme indicado nos desenhos do projeto.

## 6. INSTALAÇÃO ELÉTRICA

Deve ser executada rigorosamente de acordo com o projeto elétrico. Todos os materiais empregados deverão atender as normas da ABNT.

### 6.1 NORMAS E CÓDIGOS

Deverão ser observadas as Normas e Códigos de obras aplicáveis ao serviço em pauta, sendo que as aplicações da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) serão consideradas como elemento de base para quaisquer serviços ou fornecimento de materiais e equipamentos.

Na falta delas, ou onde a mesmas forem omissas, deverão ser consideradas as prescrições, indicações e normas das entidades abaixo relacionadas e demais entidades constantes desta especificação:

- NBR-5419:2015 Sistema de proteção contra descargas atmosféricas;
- NBR-5410: Instalações elétricas em baixa tensão;
- NR10: Segurança em instalações e Serviços em Eletricidade;
- NBR 14565: Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada;
- NBR 60529: Grau de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (código IP);
- NEC – National Electrical Code;
- Normas aplicáveis da ANSI e NEMA.

### 6.2 DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

O Dimensionamento do projeto foi realizado conforme os critérios da concessionária local, tendo como definições de entrada os seguintes critérios.

Entrada de serviço - AL1 (Pavimento)	
Esquema de ligação	F+N
Tensão nominal (V)	220 V
Frequência nominal (Hz)	60
Corrente de curto-circuito total presumida (kA)	0.80

Tipo de carga	Potência instalada (kVA)	Fator de demanda (%)	Demanda (kVA)
Uso Específico	5.57	100.00	5.57
TOTAL			5.57

#### 6.2.1 Dimensionamento

As instalações elétricas foram dimensionadas a partir das necessidades da edificação e diretrizes do contratante. A divisão dos circuitos foi feita de modo a:

- Limitar as consequências de uma falta;
- Facilitar as verificações, ensaios e a manutenção;
- Evitar os perigos que possam resultar da falha.

#### 6.2.2 Entrada de Energia

A instalação será alimentada por:

- Tensão Nominal – 220 Volts
- Frequência Nominal - 60 Hz.
- Potência instalada – 5570VA

#### 6.2.3 Quadro Geral de Baixa Tensão (QGBT)

A proteção geral para o alimentador deve ser realizada por um disjuntor termomagnético, localizado no quadro geral de medição que será instalado na parede do muro localizado no limite do passeio no acesso da propriedade e um disjuntor de manutenção no quadro de distribuição.

Quadro	Proteção (A)
QD1 (Pavimento)	25.00

#### 6.2.4 Quadros de distribuição e disjuntores

O quadro de distribuição - QD, ou caixa de distribuição - CD, constituído de material termoplástico antichama ou metálico, instalação embutida ou de sobrepor, grau de proteção de acordo com a necessidade da instalação, na qual recebe alimentação de uma fonte de geradora e distribui a energia para um ou mais circuitos. A estrutura interna é destinada à instalação de dispositivos de proteções unipolares, bipolares e tripolares padrão DIN ou UL, conforme Norma NBR IEC 60.439-3 e NBR IEC 60.670-1.

O modelo do quadro de distribuição a ser utilizado no projeto deve ser conforme definido na lista de materiais e legenda de simbologias. Todos os quadros de disjuntores deverão ser aterrados e providos de barramento específico para as fases, neutro e terra. Os disjuntores utilizados serão monopolares, bipolares ou tripolares, conforme diagramas unifilares e lista de materiais. Deverão atender as exigências da norma NBR 60898 (IEC60 9472), não sendo aceito disjuntores que não atendam a esta norma. Os disjuntores terão tensão de funcionamento compatível com a tensão do circuito e protegerá a fiação. A capacidade de interrupção de corrente de curto-circuito dos disjuntores deve ser conforme definido na lista de materiais estando atrelada ao disjuntor escolhido.

#### 6.2.5 Queda de tensão

A instalação atendida por ramal de baixa tensão terá queda de tensão máxima desde o ponto de entrega até o circuito terminal, conforme a tabela abaixo:

### Queda de tensão admissível (CA)

)	5
Alimentação (%)	4
Iluminação (%)	4
Força (%)	4
Controle (%)	1

### Queda de tensão admissível (CC)

Total (%)	4
Alimentação (%)	2
Iluminação (%)	2
Força (%)	2
Controle (%)	1

#### 6.2.6 Temperatura ambiente

A temperatura média do ambiente e do solo são elementos utilizados para o cálculo do Fator de correção por temperatura. O FCT é utilizado no cálculo da corrente de projeto corrigida para o dimensionamento da seção da fiação do circuito.

Ambiente (°C)	30
Solo (°C)	20

#### 6.2.7 Pontos elétricos

Para o projeto em questão foram consideradas as seguintes potências unitárias e respectivos fatores de potência:

##### Pontos de luz

Peça	Refletor - Refletor 100W
Potência unitária (W)	100
Número de pontos atendidos	6
Potência total (W)	600
Fator de potência	0.9
Peça	Refletor - Refletor Duplo 200W
Potência unitária (W)	400
Número de pontos atendidos	6
Potência total (W)	2400
Fator de potência	0.9
Peça	Clas sic - 21 W
Potência unitária (W)	21
Número de pontos atendidos	8



Potência total (W)	168
Fator de potência	0.7

#### 6.2.8 Especificações e Recomendações para Sistema de Instalações Elétrica

**A proteção geral para o alimentador deve ser realizada por um disjuntor termomagnético, localizado no quadro geral de medição.**

#### 6.2.9 Condutores flexíveis

**Os condutores serão de cobre eletrolítico de alta pureza, tensão de isolamento 450/750V, isolados com composto termoplástico de PVC com características de não propagação e autoextinção do fogo (antichama), resistentes à temperaturas máximas de 70°C em serviço contínuo, 100°C em sobrecarga e 160°C em curto-circuito. Devem atender às normas NBR-6880, NBR-6148, NBR-6245 e NBR-6812.**

**Os condutores instalados em eletroduto diretamente enterrado no solo, terão tensão de isolamento 0,6/1kV, encordoamento classe 2, conforme norma de fabricação NBR 7288.**

**A bitola mínima para os condutores será para circuitos de força de 2,5mm² e circuitos de iluminação 1,5 mm². Para todas as bitolas deverão ser utilizados cabos elétricos, ou seja, condutores formados por fios de cobre, têmpera mole—encordoamento classe 2. Os cabos deverão ser conectados às tomadas com terminais pré-isolados tipo anel ou pino e conectados aos disjuntores com terminais pré-isolados tipo pino. Todos os condutores deverão ser identificados com anilhas, numerados conforme o número do circuito.**

#### **Padronização das cores**

Fase 1	VERMELHO
Fase 2	PRETO
Fase 3	MAGENTA
Neutro	AZUL CLARO
Terra	VERDE
Retorno	AMARELO
Positivo	Vermelho
Negativo	Preto

#### 6.2.10 Condutos

**Todos os eletrodutos a serem utilizados deverão ser de PVC, antichama, de marca com qualidade comprovada e resistência mecânica mínima de 320 N/5cm para dutos**

corrugados e estar de acordo com as normas IEC-614, PNB-115, PBE-183 e PMB-335.

#### 6.2.11 Aterramento

A malha de aterramento será composta pela instalação de hastes de aterramento em linha, interligadas e distanciadas entre si de 3 metros, sendo a haste de características mínimas de Ø5/8" x 2,44m, tipo Copperweld.

Na primeira haste haverá uma caixa de inspeção de 30x30x40 cm, para verificação e inspeção do aterramento. A ligação com a rede será através do neutro, sendo que a conexão deverá ser bem firme.

A ligação do condutor com a haste deverá ser com solda exotérmica.

A resistência máxima deverá ser de 25 Ohms, e se necessário for, dever-se-á aumentar o número de hastes ou tratar o solo para respeitar tal valor.

A malha de aterramento deve ser instalada em vala de no mínimo 50 cm de profundidade, na qual serão interligadas as hastes de aterramento, através de condutores de 50 mm<sup>2</sup> de cobre nu. Deve possuir caixa de equalização, BEP, quando necessário, e interligar o sistema de aterramento ao barramento de proteção do quadro de distribuição geral de baixa tensão.

#### 6.2.12 Exigências da concessionária

As emendas nos eletrodutos deverão ser evitadas, aceitando-se as que forem feitas com luvas perfeitamente enroscadas e vedadas.

Os eletrodutos deverão ser firmemente atarrachados ao quadro de medição, por meio de bucha e arruela de alumínio.

#### 6.2.13 Instalações

Na instalação deve-se tomar cuidado para não danificar o isolamento dos fios durante a enfição e o descascamento para emendas e ligações.

Os eletrodutos deverão ser instalados de modo a não formar cotovelos, pois isto prejudica a passagem dos condutores elétricos. Recomendamos a utilização de curvas ou caixas de passagem.

Todas as emendas serão feitas nas caixas de passagem, de tomadas ou de interruptores e devem ser isoladas com fita isolante de boa qualidade. Não serão permitidas, em nenhum caso, emendas dentro dos eletrodutos.

Todos os quadros de distribuição, caixas de passagem, caixas dos medidores, quadros de comandos, motores elétricos e demais partes metálicas, deverão ser devidamente aterrados.

#### 6.2.14 Testes

Recomenda-se ao final da obra, conforme descrito na NBR-5410, a solicitação, para o executor, de relatórios de check-list com os seguintes testes:

- Continuidade de condutores de proteção em tomadas e quadros;
- Polaridade de tomadas;
- Balanceamento de fases;

- Níveis de Tensão (Queda de tensão) dos alimentadores;
- Equilíbrio de fases em quadros elétricos;
- Existência de pontos quentes em emendas e quadros;
- Resistência de aterramento (através de terrômetro).

#### 6.2.15 Considerações Finais

O projetista não se responsabilizará por eventuais alterações deste projeto durante sua execução.

As potências dos equipamentos dados no projeto, não devem ser, em hipótese alguma, extrapolados sem prévia consulta e autorização do projetista.

Recomendamos que sejam utilizados produtos de qualidade e confiabilidade comprovadas. A qualidade da instalação depende diretamente do material utilizado.

Este projeto foi baseado no layout e informações fornecidas pelo arquiteto ou proprietário. Na dúvida da locação exata dos pontos, estes deverão ser consultados.

### 7. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A iluminação da praça e do deck se dará através da iluminação funcional para os espaços abertos. Serão utilizados 6 postes metálicos cilíndricos com 2 pétalas de 4 metros altura na área da praça e 6 postes metálicos cilíndricos de 3 metros altura na área do deck com 1 pétalas de iluminação e conforme desenhos de projeto. Os postes com 2 pétalas terão lâmpadas led de 200W e os postes com 1 pétala terão lâmpadas led de 100W.

Cada poste possuirá relé fotoelétrico para acionamento automático das luminárias, com uma caixa de passagem para rede de iluminação pública, medindo 30x30x30cm, com haste de aterramento.

No deck da Praça da Campina, serão instalados spots de temperatura inferior a 3000K, com certificação IP65 e potências de 1,4W (18UN – embutidos no piso da rampa e nas colunas do pergolado) e 15W (10 UN – fixados na parte superior do pergolado).

### 8.0 PAISAGISMO

Os gramados serão constituídos de placas de grama esmeralda em perfeito estado fitossanitário, sem apresentar sintomas de doenças, deficiências nutricionais ou partes danificadas, e sem a presença de ervas daninhas e/ ou propágulos que possam vir a infestar as áreas do jardim. As placas deverão ser devidamente transportadas para evitar danos as suas partes. O gramado deverá ser executado o mais brevemente possível a partir de sua chegada à obra. A grama deverá ser a última espécie a ser implantada no jardim. O terreno a ser gramado deverá ser nivelado deixando uma profundidade de 3 a 5 cm abaixo do nível final para garantir a homogeneidade no plantio.

Abaixo segue tabelas com os espécimes presentes nos canteiros. Para locais de plantio, consultar projeto executivo de paisagismo.

Nº	Foto	Nome popular e científico	Porte	Floração	Frutificação	Qt
1		Ipê de Jardim/Tecoma Stans	Altura: 4 m até 6m Diâmetro: 4 m até 7 m	Principalmente entre Abril e Julho	Principalmente entre Abril e Julho	05
2		Jasmim Manga / Plumeria Rubra	Altura: Até 6 m Diâmetro: 3, 5 m	Entre Junho e Novembro	-	08
3		Justicia Vermelha / Megaskepasma Erythrochlamys	Altura: Até 5 m Diâmetro: 2, 5 m	Entre Março e Setembro	-	26

Tabela 1 – Fichas Florística

No deck da Praça da Campina será feito o plantio de 3 exemplares (de *bougainvillea spectabilis* (já bem desenvolvida, mínimo de 3m) cor amarela, no canteiro existente. Será executada uma escora em madeira para apoio da planta, de modo que ela alcance a parte superior das pérgolas.



Imagem 05 – *bougainvillea spectabilis*

## 9.0 MOBILIÁRIO URBANO

O mobiliário a ser implantado deverá estar de acordo com o desenho em projeto, as normas técnicas e recomendações do fabricante da peça. Nos locais indicados em planta e conforme especificações deverão ser implantados:

#### 9.1 LIXEIRAS

Serão instaladas lixeiras com os respectivos suportes nos locais indicados em projeto. Deverão ser pintadas em esmalte sintético na cor verde e laranja, e adesivadas, conforme imagem a abaixo.



Imagem 06 – Lixeiras

#### 9.2 TOTEM

Instalar Totem de inauguração, nas dimensões de 0,8 x 4,0 m, com pintura artística conforme o projeto, contendo logo Prefeitura de São José de Ribamar, no local indicado no projeto.

#### 9.3 BANCOS CURVOS EXISTENTES

Os seis bancos curvos em alvenaria presentes na praça serão reformados. Será executado um encosto, também em alvenaria, com 45cm de altura, em uma das extremidades até a metade do banco. Na área de assento será fixado um ripado em madeira acompanhando a curvatura do banco.

#### 9.4 MESA DE JOGO (CORETO)

Serão executadas duas mesas próximas aos bancos presentes na área coberta do coreto. A base será em concreto armado moldado com cano de PVC, que deverá ser removido após a cura do material. O tampo também será em concreto, recebendo

finalização com cerâmica 5x5cm azul e branco, obedecendo paginação descrita em projeto. O concreto aparente da mesa e dos bancos receberá pintura geral na cor cinza.

#### 9.5 PERGOLADOS (PRAÇA)

Serão executados três pergolados-padrão na praça. Todos são feitos com vigas e pérgolas em madeira certificada, tratada e envernizada, sustentadas por pilares em concreto armado com forma em cano de PVC 200mm. Dois dos pergolados terão pilares fixados parte no piso da praça, parte no canteiro curvo existente. Deve-se atentar para manter a estrutura no mesmo nível, uma vez que o canteiro tem altura de aproximadamente 40cm.

#### 9.6 PERGOLADO (DECK)

Possui dimensões diferentes do pergolado-padrão. Antes da concretagem dos pilares, deverão ser dispostos conduítes para passagem da fiação elétrica, responsável pelo funcionamento dos spots de iluminação geral fixados nas vigas do pergolado. Os balizadores da rampa de acesso ao deck e os spots de piso para os pilares do pergolado também necessitarão de instalação elétrica.

#### 9.7 CONJUNTO DE BANCO E MESAS (DECK)

Todo o conjunto será executado em ripado de madeira com acabamento em verniz incolor. As bases de sustentação do banco serão em blocos maciços de madeira de lei. Em torno do canteiro existente, o banco se prolonga formando um retângulo. Todas as inclinações representadas em projeto são em 45°, exceto a do encosto.

#### 9.8 PASSARELA E PLATAFORMA FLUTUANTE

Pier construído sobre dois flutuadores de fibra de vidro com 12,40m de comprimento cada e seção trapezoidal (espessura de 5,2mm) com acabamento em gel coat, ligado ao deck da orla por uma passarela mista metal/madeira de 12,00m de extensão, conforme desenhos de projeto. A plataforma flutuante terá dimensões de 12,80 x 2,70m, estruturada em madeira cumaru (30mm de espessura x 220mm de altura) aparafusadas com parafusos inox de 1/2". A plataforma terá 4 cunhos ou cabeços de amarração inox 316 em cada lateral (total de 8 unidades), com resistência de 24Kn para ruptura por cabeço, medindo 315mm e ferragens U em inox de 3/8" com pinos de 5/8" para fixação de poitas cruzadas. Ver desenho de projeto para todo o conjunto. O revestimento do piso da passarela e do deck será em madeira tipo tatajuba tratada com epóxi e acabamento em verniz cor natural PU com proteção UV.





#### 10.0 LIMPEZA DE OBRA

**A obra será entregue em perfeito estado de limpeza, conservação, e funcionamento ideal de todas as instalações, equipamentos e aparelhos. Na execução dos serviços de limpeza, serão tomadas as precauções no sentido de evitar danos aos acabamentos. O desentulho da obra será feito periodicamente de acordo com as recomendações da FISCALIZAÇÃO, e todo material será retirado do terreno. Ao término da obra, todos os locais de execução dos serviços serão cuidadosamente limpos, polidos e varridos os acessos, desmontagem e desmobilização de equipamentos e aparelhos que tenham sido utilizados (tanques, betoneiras, pontos de água, luz e força etc.).**



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR

ANEXO XI DO EDITAL  
PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

PLANILHA DE RESUMO DO ORÇAMENTO

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA		DeUrb			
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA		Arquitetura		PREFEITURA	
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022		Engenharia		SÃO JOSÉ DE	
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023		Planejamento		RIBAMAR	
BDI DIFERENCIADO: 15,93%					
BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,08% MENSALISTA: 71,35%					
RESUMO DO ORÇAMENTO					
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	RS	97.176,80	6,48%	
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	RS	40.025,01	2,66%	
ÁREA APOIO TURÍSTICO - DECK - PLATAFORMA FLUTUANTE					
3	FUNDAÇÃO	RS	96.045,61	6,38%	
4	SUPERESTRUTURA	RS	68.956,42	4,58%	
5	COBERTURA	RS	14.977,27	1,00%	
6	PAVIMENTAÇÃO	RS	26.327,88	1,75%	
7	REVESTIMENTOS	RS	11.283,79	0,75%	
8	DECK/PLATAFORMA/ PASSARELA EM MADEIRA	RS	545.404,80	36,24%	
9	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	RS	78.439,91	5,21%	
10	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	RS	9.113,50	0,61%	
11	PINTURA	RS	8.888,69	0,59%	
12	URBANIZAÇÃO	RS	13.665,94	0,91%	
ÁREA PRAÇA					
13	DEMOLIÇÃO E LIMPEZA	RS	21.202,10	1,41%	
14	PAVIMENTAÇÃO	RS	130.042,76	8,64%	
15	URBANIZAÇÃO	RS	61.104,52	4,06%	
16	PINTURA	RS	63.567,05	4,22%	
17	DECK ELEVADO DE MADEIRA	RS	201.667,74	13,40%	
18	SERVIÇOS FINAIS	RS	16.956,53	1,13%	
VALOR DO ORÇAMENTO S/ BDI:			RS	-	
BDI:			RS	1.505.146,32	
VALOR DO ORÇAMENTO C/ BDI:			RS	1.505.146,32	100,00%
Importa o presente orçamento em:					
UM MILHÃO, QUINHENTOS E CINCO MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS					
 Juacira Martins Rogueda - CAD: AR5353-4					



## PLANILHA DE ORÇAMENTO BÁSICA



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMFENA

ENDEREÇO: AV. GABRIEL AZUL MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 037 - SETOP 10/2022

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

BDI DIFERENCIADO: 15,98%

BDI: 33,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,06%, MENSALISTA: 71,35%



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA								
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO(C/D) SEM BDI (R\$)	PREÇO COM BDI (R\$)	VALOR (R\$)
1			ADMINISTRAÇÃO LOCAL					R\$ 97.475,80
1.1	CP-001	PRÓPRIA	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MÊS	4,00	R\$ 19.709,80	R\$ 24.369,20	R\$ 97.475,80
2			SERVIÇOS PRELIMINARES					R\$ 40.025,03
2.1	CP-002	PRÓPRIA	TAXAS E EMOLUMENTOS	UND	1,00	R\$ 354,59	R\$ 314,78	R\$ 314,78
2.2	51	ORSE	PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M²	4,50	R\$ 358,87	R\$ 443,71	R\$ 1.996,70
2.3	98169	SINAPI	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_05/2018	M²	22,13	R\$ 122,29	R\$ 161,20	R\$ 3.246,04
2.4	4175	ORSE	LOCAÇÃO DE PRACAS COM FIQUETES DE MADEIRA	M²	248,51	R\$ 0,68	R\$ 0,94	R\$ 230,75
2.5	09182	ORSE	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M³	7,10	R\$ 445,98	R\$ 551,41	R\$ 3.915,01
2.6	00026	ORSE	COLETA E CARGA MANUAIS DE ENTULHO	M³	7,10	R\$ 16,30	R\$ 20,15	R\$ 143,07
2.7	97914	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: MIN/KM). AF_07/2020	M³*km	59,40	R\$ 2,60	R\$ 3,31	R\$ 330,61
2.8	CP-008	CFU	MOBILIZAÇÃO UTILIZANDO CAMINHÃO TRUNCADO	UND	1,00	R\$ 3.720,92	R\$ 4.560,55	R\$ 4.560,55
2.9	CP-009	CFU	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ESTACA TIPO MÉLICE CONTÍNUA	UND	1,00	R\$ 4.823,37	R\$ 5.962,38	R\$ 5.962,38
2.10	00062	ORSE	BARBAÇÃO FICHADO PORTE PEQUENO PARA DESLIZAMENTO DE CIMENTO E ALMOXARIFADO (S=98,72 M²) COM MATERIAIS NOVOS	UND	1,00	R\$ 12.835,99	R\$ 15.252,22	R\$ 15.252,22
2.11	ED-50165	SETO P	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO DIMENSÃO (1,80X1,20X30)CM, LINHA PADRÃO, CONTENDO UMA (1) PLACAS HIGIENIZADOR DE MÃOS, INCLUSIVE MANUTENÇÃO E MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO	MÊS	4,00	R\$ 800,00	R\$ 989,12	R\$ 3.956,48
3			ÁREA APOIO TURÍSTICO - DECK - PLATAFORMA FLUTUANTE FUNDADAÇÃO					R\$ 96.045,61
3.1	CP-005	CFU	ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, DIÂMETRO DE 35 CM, INCLUSIVE CONCRETO FCK=30MPA E ARMADURA MÍNIMA (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E BOMBAMENTO). AF_12/2019	M	442,00	R\$ 152,97	R\$ 189,12	R\$ 83.694,46
3.2	11486	ORSE	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=30MPA, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M³	8,02	R\$ 512,59	R\$ 633,76	R\$ 5.082,60
3.3	96534	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M²	47,06	R\$ 90,08	R\$ 111,87	R\$ 5.241,07
3.4	96544	SINAPI	ARMADURA DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	2,60	R\$ 16,79	R\$ 20,76	R\$ 53,98
3.5	96545	SINAPI	ARMADURA DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	16,70	R\$ 14,02	R\$ 17,32	R\$ 272,60
3.6	96543	SINAPI	ARMADURA DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	81,50	R\$ 17,87	R\$ 22,09	R\$ 1.806,34
4			SUPERESTRUTURA					R\$ 68.956,42
4.1	3346	ORSE	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=30MPA, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO EM SUPERESTRUTURA	M³	19,24	R\$ 512,59	R\$ 633,76	R\$ 12.193,34
4.2	92423	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE PEÇAS RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M²	38,06	R\$ 71,04	R\$ 87,83	R\$ 3.313,07
4.3	92759	SINAPI	ARMADURA DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	29,210	R\$ 14,78	R\$ 18,27	R\$ 533,667
4.4	92760	SINAPI	ARMADURA DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	13,70	R\$ 14,37	R\$ 17,77	R\$ 243,48
4.5	92761	SINAPI	ARMADURA DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	89,00	R\$ 13,77	R\$ 17,03	R\$ 664,17
4.6	92762	SINAPI	ARMADURA DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	61,720	R\$ 12,42	R\$ 15,36	R\$ 948,19
4.7	92763	SINAPI	ARMADURA DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	235,20	R\$ 10,52	R\$ 13,01	R\$ 3.055,95
4.8	92764	SINAPI	ARMADURA DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	225,80	R\$ 10,25	R\$ 12,67	R\$ 2.866,89
4.9	92460	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE VIGA, ESCORAMENTO METÁLICO, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF_09/2020	M²	238,27	R\$ 107,31	R\$ 132,68	R\$ 31.613,66
4.10	03475	ORSE	ESCORAMENTO EM MADEIRA P/ EDIFICAÇÕES C/ VIGAS E LAJES MACIÇAS, DE USOS	M³	4,44	R\$ 16,58	R\$ 20,50	R\$ 91,02
5			COBERTURA					R\$ 14.972,27
5.1	92541	SINAPI	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	95,50	R\$ 87,68	R\$ 107,67	R\$ 10.282,49
5.2	94445	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO PLAN, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	M²	95,50	R\$ 39,76	R\$ 49,16	R\$ 4.694,78
6			PAVIMENTAÇÃO					R\$ 26.327,88
6.1	92356	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 19 CM, ESPESURA 6 CM. AF_10/2022	M²	126,00	R\$ 67,41	R\$ 83,35	R\$ 10.502,10
6.2	101747	SINAPI	PISO EM CONCRETO 30 MPa PREPARO MECÂNICO, ESPESURA 7CM. AF_09/2020 (ACABAMENTO POLIDO)	M²	38,05	R\$ 60,90	R\$ 76,02	R\$ 2.886,76
6.3	105946	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF_05/2022	M²	68,81	R\$ 21,64	R\$ 26,76	R\$ 1.841,36
6.4	94992	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADÃO) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 6 CM, MENDADO. AF_09/2022	M²	20	R\$ 83,18	R\$ 102,84	R\$ 2.056,80
6.5	94279	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUA (MEIO-FIO) EM TACHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 30X5,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE ARDINS, PRACAS OU PASSIOS. AF_06/2016	M	70,70	R\$ 53,28	R\$ 65,81	R\$ 4.652,77
6.6	94280	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUA (MEIO-FIO) EM TACHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 30X5,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE ARDINS, PRACAS OU PASSIOS. AF_06/2016	M	49,20	R\$ 57,03	R\$ 70,51	R\$ 3.469,09
7			REVESTIMENTOS					R\$ 11.283,79
7.1	87893	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESEÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRACO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	M²	21,448	R\$ 6,55	R\$ 8,16	R\$ 173,729
7.2	87782	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PAINOS CEGOS DE FACHADA (SEM PRESEÇA DE VÃOS), E ESPESURA DE 25 MM. AF_08/2022	M²	21,448	R\$ 36,00	R\$ 44,51	R\$ 954,450
8			DECK/PLATAFORMA/ PASSARELA EM MADEIRA					R\$ 545.404,80
8.1	CP-011	CFU	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MACARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK APOIO	M	395,80	R\$ 165,25	R\$ 229,04	R\$ 89.353,63
8.2	CT - 01	CT	RAMPA DE ACESSO, P/ DECK FLUTUANTE E VERGUELOS NÁUTICOS	UND	1,00	R\$ 346.810,58	R\$ 401.477,96	R\$ 401.477,96
8.3	CP-007	CFU	DECK EM MADEIRA 12,5 X 2,0" CM, EM MACARANDUBA ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M³	183,65	R\$ 344,70	R\$ 302,55	R\$ 55.583,51





OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 037 - SETOP 16/2022

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

BDI DIFERENCIADO: 15,98%

BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS: HORISTA: 114,06%, MENSALISTA: 71,35%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO C/DES SEM BDI (R\$)	PREÇO COM BDI (R\$)	VALOR (R\$)
9			<b>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>					<b>R\$ 78.439,93</b>
9.1	91939	SEIAP1	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO). PVC. INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	7,00	R\$ 25,90	R\$ 32,02	R\$ 224,14
9.2	91937	SEIAP1	CAIXA OCTOGONAL 8" X 8", PVC. INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	26,00	R\$ 11,05	R\$ 13,66	R\$ 355,16
9.3	91865	SEIAP1	LUIVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"). PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	11,00	R\$ 9,82	R\$ 12,14	R\$ 133,54
9.4	91886	SEIAP1	LUIVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 40 MM (1 1/4"). PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	6,00	R\$ 12,00	R\$ 14,94	R\$ 89,04
9.5	91864	SEIAP1	LUIVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"). PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	16,00	R\$ 8,20	R\$ 10,24	R\$ 163,84
9.6	91872	SEIAP1	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"). PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	92,40	R\$ 16,08	R\$ 19,82	R\$ 1.831,37
9.7	91873	SEIAP1	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"). PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	47,60	R\$ 19,71	R\$ 24,37	R\$ 1.164,01
9.8	91871	SEIAP1	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"). PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	171,70	R\$ 12,26	R\$ 15,16	R\$ 2.602,97
9.9	91926	SEIAP1	CAPO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 25 MM <sup>2</sup> , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	331,70	R\$ 3,81	R\$ 4,71	R\$ 1.562,31
9.10	91928	SEIAP1	CAPO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM <sup>2</sup> , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	2,60	R\$ 5,85	R\$ 7,32	R\$ 18,80
9.11	91927	SEIAP1	CAPO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM <sup>2</sup> , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	709,30	R\$ 14,60	R\$ 18,06	R\$ 12.780,67
9.12	91963	ORSE	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULO) 10 A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/30 46	UND	1,00	R\$ 25,60	R\$ 31,65	R\$ 31,65
9.13	9517	ORSE	PLACA 4"x2" COM FURO	UND	2,00	R\$ 5,17	R\$ 6,39	R\$ 12,78
9.14	93656	SEIAP1	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 10/2020	UND	2,00	R\$ 11,75	R\$ 14,50	R\$ 29,00
9.15	11444	ORSE	DISJUNTOR MONOPOLAR 4 A, PADRÃO DIN (LINHA BRANCA), CURVA DE DESFAIO C, CORRENTE DE INTERRUPÇÃO 5KA, REF.: SIEMENS 5 SK 11 047 OU SIMILAR.	UND	1,00	R\$ 63,79	R\$ 78,87	R\$ 78,87
9.16	101875	SEIAP1	QUADRO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBURTIM, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 10/2020	UND	1,00	R\$ 359,10	R\$ 493,46	R\$ 493,46
9.17	101630	SEIAP1	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2020	UND	2,00	R\$ 37,89	R\$ 46,85	R\$ 93,70
9.18	3820	ORSE	RELÉ DE TEMPO TPV08 235 220V	UND	2,00	R\$ 88,21	R\$ 109,06	R\$ 218,12
9.19	C3626	SEINFRA	POSTE METÁLICO DECORATIVO CÔNICO FLANGEADO H=4,0m P/01 OU 02 LUMINÁRIAS DECORATIVAS	UND	6,00	R\$ 1.209,65	R\$ 1.495,61	R\$ 8.979,66
9.20	101657	SEIAP1	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2020	UND	6,00	R\$ 562,67	R\$ 720,41	R\$ 4.322,46
9.21	101659	SEIAP1	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 339 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2020	UND	12,00	R\$ 871,78	R\$ 1.077,81	R\$ 12.933,72
9.22	131174	ORSE	LUMINÁRIA SOBREPOR QUADRADE LED 34W <sup>9</sup> , 6500K G-LIGHT OU SIMILAR	UND	8,00	R\$ 96,41	R\$ 119,30	R\$ 953,60
9.23	9224	ORSE	BUCHA COM ARRUELA EM LIGA ESPECIAL ZAMAK P/ELETRODUTO 20MM <sup>2</sup> , Ø=3/4"	UND	2,00	R\$ 1,00	R\$ 1,24	R\$ 2,48
9.24	91890	SEIAP1	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"). PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	7,00	R\$ 10,10	R\$ 12,49	R\$ 87,41
9.25	13588	ORSE	ARRUELA DE PRESSÃO 1/4"	UND	4,00	R\$ 0,42	R\$ 0,52	R\$ 2,08
9.26	11945	SEIAP1	BUCHA DE NYLON SEM ABA 34	UND	78,00	R\$ 0,06	R\$ 0,07	R\$ 5,46
9.27	4575	SEIAP1	BUCHA DE NYLON SEM ABA 26	UND	190,00	R\$ 0,10	R\$ 0,12	R\$ 18,80
9.28	4576	SEIAP1	BUCHA DE NYLON SEM ABA 38	UND	6,00	R\$ 0,19	R\$ 0,23	R\$ 1,38
9.29	00704	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BUCHA DE NYLON 510 (REF. VL - 180 VALENAM OU SIMILAR)	UND	3,00	R\$ 3,85	R\$ 4,76	R\$ 14,28
9.30	4356	SEIAP1	PARAFUSO DE AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBREBA, CABEÇA CHATA E PENDA SIMPLES, DIÂMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 45 MM	UND	4,00	R\$ 0,29	R\$ 0,36	R\$ 1,44
9.31	6908	ORSE	PARAFUSO PENDA CABEÇA PANELA 4,2 X 82MM, AUTOATARRACHANTE	UND	126,00	R\$ 0,52	R\$ 0,64	R\$ 80,64
9.32	11085	SEIAP1	PARAFUSO ROSCA SOBREBA ZINCADO, CABEÇA CHATA E PENDA SIMPLES 3,5 X 25 MM (1")	UND	78,00	R\$ 0,09	R\$ 0,11	R\$ 8,58
9.33	01705	ORSE	CAIXA DE ALVENARIA DE TIPOLO MACIÇO (0,10M <sup>3</sup> ) DIMENSÃO 30X30X30CM REVESTIDA INTERAMENTE COM ARGAMASSA 1:3 E TAMPA DE CONCRETO - R1	UND	3,00	R\$ 121,09	R\$ 149,72	R\$ 449,16
9.34	07763	ORSE	TAMPA EM CHAPA METÁLICA DE 1/8", INCLUSIVE TRATAMENTO E PINTURA EM ESMALTE OU ÓLEO - REV. 01	M <sup>2</sup>	0,27	R\$ 419,64	R\$ 518,94	R\$ 140,09
9.35	39130	SEIAP1	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1 1/4" E CUNHA DE FIXAÇÃO	UND	29,00	R\$ 4,30	R\$ 5,32	R\$ 154,28
9.36	39129	SEIAP1	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXAÇÃO	UND	97,00	R\$ 2,65	R\$ 3,28	R\$ 318,16
9.37	39128	SEIAP1	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXAÇÃO	UND	78,00	R\$ 2,47	R\$ 3,05	R\$ 237,90
9.38	12365	SEIAP1	SOQUETE DE BAQUELITE BASE E27, PARA LÂMPADAS	UND	8,00	R\$ 2,69	R\$ 3,33	R\$ 26,64
9.39	9973	ORSE	ELETRODUTO EM FIBRA GALVANIZADO FIBRO SEM COSTURA 1/4" X 3M	UND	1,00	R\$ 111,33	R\$ 137,65	R\$ 137,65
9.40	CP-010	CFU	POSTE DECORATIVO 1 FÊTALA EM AÇO GALVANIZADO COM DIFUSOR EM VIDRO TRANSPARENTE TEMPERADO, COM 3M/4M	UND	6,00	R\$ 2.287,64	R\$ 2.882,44	R\$ 16.970,64
9.41	97593	SEIAP1	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 03/2020	UND	10,00	R\$ 128,60	R\$ 171,37	R\$ 1.713,70
9.42	10747	ORSE	LUMINÁRIA DE PISO CORTO EM ALUMÍNIO COM LÂMPADA DE LED 14W, REF. BBC269 LED-HB/VW PSU 220-240V IL DA PHILIPS OU SIMILAR	UND	18,00	R\$ 407,07	R\$ 503,80	R\$ 9.069,40
10			<b>INSTALAÇÕES SANITÁRIAS</b>					<b>R\$ 9.113,50</b>
10.1	95260	SEIAP1	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS 60X60X60 CM PARA REDE DE DRENAGEM. AF. 12/2020	UND	2,00	R\$ 351,65	R\$ 484,25	R\$ 968,50
10.2	C4838	SEINFRA	CAIXA EM ALVENARIA TIPOLO TURADO, ESP. = 10cm (60x 60x60cm), FUNDO DE CONCRETO, EXCETO ESCAVAÇÃO E TAMPA	UND	2,00	R\$ 381,28	R\$ 286,89	R\$ 573,78
10.3	C1436	SEINFRA	GRELHA DE FERRO P/ CAIXAS E CAIXAS	M <sup>2</sup>	2,00	R\$ 167,99	R\$ 207,70	R\$ 415,40
10.4	89581	SEIAP1	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF. 06/2022	UND	2,00	R\$ 35,57	R\$ 43,98	R\$ 87,96
10.5	104168	SEIAP1	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF. 06/2022	UND	2,00	R\$ 113,38	R\$ 140,18	R\$ 280,36
10.6	89529	SEIAP1	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF. 06/2022	UND	1,00	R\$ 34,60	R\$ 42,78	R\$ 42,78
10.7	89554	SEIAP1	LUIVA SIMPLES, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF. 06/2022	UND	5,00	R\$ 25,78	R\$ 31,81	R\$ 159,05
10.8	104170	SEIAP1	LUIVA SIMPLES, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF. 06/2022	UND	3,00	R\$ 65,93	R\$ 80,77	R\$ 242,31
10.9	89545	SEIAP1	LUIVA SIMPLES, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF. 06/2022	UND	4,00	R\$ 25,53	R\$ 31,20	R\$ 124,80
10.10	1525	ORSE	TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL PONTA E BOLSA P/ ESGOTO FREDIAL D = 50 MM	M	10,98	R\$ 14,61	R\$ 19,69	R\$ 322,43
10.11	1527	ORSE	TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL PONTA E BOLSA P/ ESGOTO FREDIAL D = 100 MM	M	1,83	R\$ 29,79	R\$ 48,20	R\$ 97,62
10.12	1528	ORSE	TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL PONTA E BOLSA P/ ESGOTO FREDIAL D = 150 MM	M	6,16	R\$ 71,73	R\$ 88,65	R\$ 545,10
10.13	CP-06	CFU	CAIXA DE BEIRAL SEMICIRCULAR DE PVC, DIÂMETRO 150 MM, INCLUINDO CABECEIRAS, ENCHIDAS SOCAS, SUPORTES E VEDAÇÕES, EXCLUINDO CONDUITORES, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL	M	22,40	R\$ 151,80	R\$ 187,69	R\$ 4.204,26



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR



OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GABRIELATOZ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SINIFRA 037 - SETOP 16/2022

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

BDI DIFERENCIADO: 15,98%

BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS: 114,06% MENSALISTA: 71,35%

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO(C/D) SEM BDI (R\$)	PREÇO COM BDI (R\$)	VALOR (R\$)
10.14	09744	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO, AF_09/2022	UND	2,00	R\$ 25,64	R\$ 31,60	R\$ 63,20
10.15	09778	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO, AF_09/2022	UND	2,00	R\$ 15,38	R\$ 19,02	R\$ 38,04
10.16	09714	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO, AF_09/2022	M	0,60	R\$ 33,43	R\$ 41,33	R\$ 24,80
10.17	09578	SINAPI	TUBO PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 109 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUITOS VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS, AF_06/2022	M	2,40	R\$ 30,72	R\$ 37,98	R\$ 91,15
11			<b>PINTURA</b>					<b>R\$ 8.888,69</b>
11.1	08416	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR, ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, AF_06/2014	M²	222,8	R\$ 3,05	R\$ 3,77	R\$ 839,07
11.2	08469	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOIS, AF_06/2014	M²	223,3	R\$ 15,09	R\$ 18,66	R\$ 4.146,12
11.3	102496	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CALÇAÇÃO), AF_05/2021	M	31,93	R\$ 1,42	R\$ 1,76	R\$ 211,02
11.4	102491	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DE MÃOS, INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR, AF_06/2021	M²	161,2	R\$ 18,52	R\$ 22,90	R\$ 3.691,48
12			<b>URBANIZAÇÃO</b>					<b>R\$ 12.466,94</b>
12.1	103307	SINAPI	INSTALAÇÃO DE LINHA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE, AF_11/2021	UND	4,00	R\$ 1.312,97	R\$ 1.623,36	R\$ 6.493,44
12.2	7633	ORSE	PLANTA - IPÊ AMARELO (TABERBUA CHRYSOTRICHIA) H=1,00M, FORNECIMENTO E PLANTIO	UND	5,00	R\$ 77,99	R\$ 96,43	R\$ 482,15
12.3	3321	ORSE	FORNECIMENTO E PLANTIO DE HEDÉRAS ORNAMENTAIS (JASMIN MANICA)	UND	9,00	R\$ 182,82	R\$ 164,23	R\$ 3.311,84
12.4	98509	SINAPI	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA, AF_06/2018	UND	26,00	R\$ 109,26	R\$ 135,09	R\$ 3.512,34
12.5	CP-003	CPU	TOTEM TRIANGULAR EM ALVENARIA ESTRUTURAL GRAUTEADA, CONFORME PROJETO, DIMENSÕES 0,80 X 0,80 X 0,80 M, H=4,00 M	UND	1,00	R\$ 1.507,74	R\$ 1.864,17	R\$ 1.864,17
13			<b>ÁREA PRACA</b>					<b>R\$ 21.202,10</b>
13.1	96524	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE LINHA DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA, AF_05/2018	M²	40,00	R\$ 2,65	R\$ 3,29	R\$ 131,60
13.2	96527	SINAPI	REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M, AF_05/2018	UN	1,00	R\$ 162,69	R\$ 201,15	R\$ 201,15
13.3	96523	SINAPI	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,20 M E MENOR QUE 0,40 M, AF_05/2018	UN	9,00	R\$ 205,20	R\$ 252,72	R\$ 2.374,40
13.4	96532	SINAPI	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M, AF_05/2018	UN	21,00	R\$ 107,29	R\$ 132,64	R\$ 2.785,44
13.5	09182	ORSE	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M²	23,03	R\$ 445,98	R\$ 551,41	R\$ 12.696,97
13.6	00026	ORSE	COLETA E CARGA MANUAIS DE ENTULHO	M³	24,23	R\$ 16,30	R\$ 20,15	R\$ 480,23
13.7	07714	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 m³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3/KM), AF_07/2020	M³xkm	339,22	R\$ 2,60	R\$ 3,31	R\$ 1.122,62
13.8	03063	ORSE	DESMOAMENTO DE POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T (DT) OU CIRCULAR DE 9 A 12M	M²	1,00	R\$ 404,80	R\$ 299,41	R\$ 599,41
14			<b>PAVIMENTAÇÃO</b>					<b>R\$ 130.042,76</b>
14.1	101094	SINAPI	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA, AF_05/2020	M	310,00	R\$ 127,15	R\$ 219,03	R\$ 67.893,30
14.2	94280	SINAPI	ASSENTAMENTO DE CUA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X4,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAGAS OU PASSARELOS, AF_06/2016	M	36,00	R\$ 57,03	R\$ 70,51	R\$ 2.538,34
14.3	94279	SINAPI	ASSENTAMENTO DE CUA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X4,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAGAS OU PASSARELOS, AF_06/2016	M	500,00	R\$ 53,28	R\$ 65,81	R\$ 32.905,00
14.4	94981	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSARELO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO, AF_06/2022	M²	24,09	R\$ 871,17	R\$ 829,83	R\$ 19.990,60
14.5	04446	ORSE	EXECUÇÃO DE LOMBOS RAMPAS	M²	126,00	R\$ 43,07	R\$ 53,25	R\$ 6.709,50
15			<b>URBANIZAÇÃO</b>					<b>R\$ 61.104,52</b>
15.1	CP-014	CPU	MESA DE CONCRETO 0,60x0,60M	UN	2,00	R\$ 132,50	R\$ 163,92	R\$ 327,84
15.2	CP-003	CPU	TOTEM TRIANGULAR, CONFORME PROJETO, DIMENSÕES 0,80 X 0,80 X 0,80 M, H=4,00 M	UN	1,00	R\$ 1.507,74	R\$ 1.864,17	R\$ 1.864,17
15.3	CP-012	CPU	PERGOLADO EM MADEIRA SUZALITO COM PEÇAS DE 800 E 620 METROS, INCLUSIVE PINTURA	UN	3,00	R\$ 11.507,99	R\$ 14.228,47	R\$ 42.636,41
15.4	103307	SINAPI	INSTALAÇÃO DE LINHA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE, AF_11/2021	UND	8,00	R\$ 1.312,97	R\$ 1.623,36	R\$ 12.990,88
15.5	103322	SINAPI	REFORMA BANCOS DE CONCRETO					
15.6	87893	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA, AF_12/2021	M²	6,40	R\$ 131,19	R\$ 137,43	R\$ 879,55
15.7	87792	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRACO 1:3 COM PREPARO MANUAL, AF_06/2014	M²	14,90	R\$ 6,55	R\$ 8,10	R\$ 120,69
15.8	87792	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE NAS PAREDES INTERNAS DA SACADA, ESPESSURA DE 25 MM, SEM USO DE TELA METÁLICA DE REFORÇO CONTRA FISSURAÇÃO, AF_06/2014	M²	14,90	R\$ 36,00	R\$ 44,51	R\$ 663,20
15.9	CP-013	CPU	ENCOSTO EM MADEIRA PARA BANCO	UN	6,00	R\$ 212,53	R\$ 262,83	R\$ 1.576,98
16			<b>PINTURA</b>					<b>R\$ 63.567,05</b>
16.1	102496	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CALÇAÇÃO), AF_05/2021	M	1.044,23	R\$ 1,42	R\$ 1,76	R\$ 18.378,94
16.2	102492	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DE MÃOS, INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR, AF_06/2021	M²	2.076,06	R\$ 23,51	R\$ 29,07	R\$ 60.321,70
16.3	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO PULVEREADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO FERRE) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO), AF_01/2020, PE	M²	78,00	R\$ 10,38	R\$ 12,77	R\$ 996,06
16.4	08469	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOIS, AF_06/2014	M²	22,05	R\$ 15,09	R\$ 18,66	R\$ 411,45
17			<b>DECK ELEVADO DE MADEIRA</b>					<b>R\$ 201.667,74</b>
17.1	11466	ORSE	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=30MPa, BOMBEADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M³	8,00	R\$ 512,59	R\$ 633,75	R\$ 5.070,00
17.2	96534	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA PARA BLOCO DE DECORAÇÃO, EM MADEIRA SERRADA E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES, AF_06/2017	M²	46,40	R\$ 90,08	R\$ 111,87	R\$ 5.056,20
17.3	96544	SINAPI	ARMADAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM, AF_06/2017	KG	2,55	R\$ 16,79	R\$ 20,76	R\$ 52,54
17.4	96546	SINAPI	ARMADAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM, AF_06/2017	KG	35,30	R\$ 14,02	R\$ 17,33	R\$ 256,35
17.5	96543	SINAPI	ARMADAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM, AF_06/2017	KG	60,00	R\$ 17,87	R\$ 22,09	R\$ 1.072,20





PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZÚ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SINAPI 037 - SETOP 16/2023

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

BDI DIFERENCIADO: 15,98%

BDI: 33,64% ENCARGOS SOCIAIS: HORISTA: 114,06%, MENSALISTA: 71,35%



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO(C/D) SEM BDI (R\$)	PREÇO COM BDI (R\$)	VALOR (R\$)
<b>URBANIZAÇÃO</b>								
17.6	CP-011	CPU	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MACARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK PRAÇA	M	375,00	R\$ 185,25	R\$ 219,04	R\$ 85.890,00
17.7	CP-007	CPU	DECK EM MADEIRA 12,5 X 2,0" CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M²	180,00	R\$ 244,70	R\$ 302,55	R\$ 54.459,00
17.8	CP-016	CPU	BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 11,5 x 9,70m	UN	1,00	R\$ 4.937,20	R\$ 5.609,79	R\$ 5.609,79
17.9	CP-016	CPU	MESA/CANTEIRO REVESTIDO COM MADEIRA 2,40 x 2,40m	UN	1,00	R\$ 1.506,90	R\$ 1.862,39	R\$ 1.862,39
17.10	CP-017	CPU	BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 2,70 x 2,56m	UN	1,00	R\$ 3.023,18	R\$ 4.479,70	R\$ 4.479,70
17.11	CP-018	CPU	BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 1,70 x 1,56m	UN	2,00	R\$ 919,40	R\$ 1.136,74	R\$ 2.273,48
17.12	CP-019	CPU	PERGOLADO EM MADEIRA EUCALÍPTO COM PEÇAS DE 15,80 E 5,20 metros, INCLUI PINTURA	UN	1,00	R\$ 14.723,30	R\$ 18.203,89	R\$ 18.203,89
17.13	07673	ORSE	PLANTA - PRIMAVERA (BOUGAINVILLEA SPECTABILIS). FORNECIMENTO E PLANTIO	UN	8,00	R\$ 34,94	R\$ 43,20	R\$ 345,60
17.14	02394	ORSE	FORNECIMENTO E ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL PREPARADA	M³	0,72	R\$ 105,47	R\$ 130,40	R\$ 99,89
17.15	98557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA 2 DEMÃOS AF_06/2018	M²	2,88	R\$ 41,82	R\$ 51,71	R\$ 149,92
17.16	09222	ORSE	GUARDA-CORPO EM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO (ALTURA = 0,90), COM BARRAS VERTICAIS A CADA 2,00M (2"). BARRA HORIZONTAL INTERMEDIÁRIA (2") E BARRA HORIZONTAL SUPERIOR (2")	M	45,00	R\$ 292,24	R\$ 361,33	R\$ 16.259,85
17.17	100722	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PNECIL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO) AF_01/2020	M²	1,64	R\$ 23,56	R\$ 27,09	R\$ 44,74
<b>SERVIÇOS FINAIS</b>								
18.1	CP-008	CPU	DESMOBILIZAÇÃO UTILIZANDO CAMINHÃO TRUCCADO	UND	1,00	R\$ 3.720,92	R\$ 4.600,55	R\$ 4.600,55
18.2	CP-009	CPU	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ESTACA TIPO HÉLICE CONTÍNUA	UND	1,00	R\$ 4.822,37	R\$ 5.962,38	R\$ 5.962,38
18.3	2450	ORSE	LIMPEZA GERAL	M²	2.308,16	R\$ 2,24	R\$ 2,77	R\$ 6.393,60
<b>TOTAL:</b>								<b>R\$ 1505146,32</b>

Importa o presente orçamento em:

UM MILHÃO, QUINHENTOS E CINCO MIL CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS

José Carlos Martins Nogueira - CAC: 085353-4



## MEMÓRIA DE CÁLCULO



OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023  
BDI DIFERENCIADO: 15,93%  
BDD 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORIST/11,40%; MENSALISTA/ 71,35%

MEMÓRIA DE CÁLCULO												
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DO ORÇAMENTO	UND	QUANT.	LARGURA (m)	COMP. (m)	ALTURA (m)	DENSIDADE	ÁREA (m²)	VOL (m³)	QUANT.	FATOR (x)	ORÇ.
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL											
1.1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	UND	4,00									
2	SERVIÇOS PRELIMINARES											
2.2	PLACA DE OBRA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M²	4,80									
2.3	TAFUNES COM TELHA METÁLICA AF_06/2019 Fechamento de área (FRENTE E LATERAL COM ACESSO ÀS CASAS)	M²	22,18		10,66	2,20		22,18				
2.4	LOCAÇÃO DE PRACAS COM PIQUETES DE MADEIRA	M²	240,61									
2.5	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M³	7,10			0,30		23,63	7,10			Demolição de piso de concreto na área do Decil de Ponte Turístico
2.6	COLETA E CARGA MANUAIS DE ENTULHO	M³	7,10									
2.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M³XKM), AF_07/2023	M³XKM	99,40						7,10		14,00	
2.8	MOBILIZAÇÃO UTILIZANDO CAMINHÃO TRUNCADO	UND	1,00									
2.9	MOBILIZAÇÃO DE E QUIPAMENTO PARA ESTACA TIPO HÉLICE CONTÍNUA	UND	1,00									
2.10	BARRAÇÃO FECHADO PORTE PEQUENO PARA DEPÓSITO DE CIMENTO E ALMOXARIFADO (9=30/7/2 M²) COM MATERIAIS NOVOS	UND	1,00									
2.11	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO, DIMENSÃO (110X120X30)CM, LINHA PADRÃO, CONTENDO UMA (1) PIA/HIGIENIZADOR DE MÃOS, INCLUSIVE MANUTENÇÃO E MOBILIZAÇÃO/DESMOBILIZAÇÃO	MÊS	4,00									
3	ÁREA APOIO TURÍSTICO - DECK - PLATAFORMA FLUTUANTE											
3.1	ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, DIÂMETRO DE 85 CM, INCLUSIVE CONCRETO FCK=30MPA E ARMADURA MÍNIMA (EXCLUÍVE MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E BOMBEEAMENTO), AF_12/2019	M	442,00			17,00				26,00		
3.2	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=30MPA, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M³	8,02									Blocos
3.3	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA BLOCO DE CORDÃO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES, AF_06/2017	M³	47,06									Blocos
3.4	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM, AF_06/2017	KG	2,60									Blocos
3.5	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM, AF_06/2017	KG	15,70									Blocos
3.6	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 5 MM - MONTAGEM, AF_06/2017	KG	81,50									Blocos
4	SUPERESTRUTURA											
4.1	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=30MPA, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO EM SUPERESTRUTURA	M³	19,24									Vigas e Pilares
4.2	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PE-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES, AF_09/2020	M³	88,86									Pilar
4.3	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 5,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2022	KG	292,10									Vigas e Pilares
4.4	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM, AF_06/2022	KG	13,70									Vigas e Pilares
4.5	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2022	KG	39,00									Viga
4.6	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2022	KG	617,20									Vigas e Pilares
4.7	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM, AF_06/2022	KG	285,20									Vigas e Pilares
4.8	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 16,0 MM - MONTAGEM, AF_06/2022	KG	225,80									Vigas e Pilares
4.9	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE VIGA, ESCORAMENTO METÁLICO, PE-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES, AF_09/2020	M³	238,27									Viga
4.10	ESCORAMENTO EM MADEIRA P/ EDIFICAÇÕES C/ VOGAS E LAJES MACIÇAS, OS USOS	M³	4,44									
5	COBERTURA											
5.1	TRAMA DE MADEIRA COMPOSTA POR RIPAS, CABELOS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA DE RÁMICA CAPA-CANAL, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL, AF_07/2019	M²	95,50									
5.2	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL TIPO PLAN, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL, AF_07/2019	M²	95,50									



OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZÚ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023  
BDI DIFERENCIADO: 15,93%  
BDD 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTAS 114,00%; MENSALISTA 71,35%

MEMÓRIA DE CÁLCULO												
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DO ORÇAMENTO	UND	QUANT.	LARGURA (m)	COMP. (m)	ALTURA (m)	DENSIDADE	ÁREA (m²)	VOL (m³)	QUANT.	FATOR (x)	OBS.
6	<b>PAVIMENTAÇÃO</b>											
6.1	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO ENTERRADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 6 CM. AF. 10/2022	M²	126,00									
	(CONFORME PROJETO PAGINAÇÃO DE PISO)		126,00					126,00				
6.2	PISO EM CONCRETO 20 MPa PREPARO MECÂNICO, ESPESURA 7CM. AF. 09/2020 (ACABAMENTO POLIDO)	M²	38,06									Piso/Calçada interno do Porto Turístico
	(CONFORME PROJETO PAGINAÇÃO DE PISO)		38,06					38,06				
6.3	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS. AF. 05/2022	M²	68,91									
6.4	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 6 CM, ARMADO. AF. 08/2022	M²	20,00									
6.5	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X6,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSIOS. AF. 05/2016	M	70,70									
	Jardim				70,70							
6.6	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39X6,5X6,5X19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSIOS. AF. 05/2016	M	49,20									
	Jardim				27,83							
	Jardim				21,36							
7	<b>REVESTIMENTOS</b>											
7.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃO) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLIER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF. 10/2022	M²	214,48		76,60	2,80		214,48				
7.2	REPOZO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM RETO NEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PANOS Cegos DE FACHADA (SEM PRESENÇA DE VÃO), ESPESURA DE 25 MM. AF. 03/2022	M²	214,48									
8	<b>DECK/PLATAFORMA/ PASSARELA EM MADEIRA</b>											
8.1	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MACARANDUBA 7,6X15 (3" X 6") - P/ DECK APOIO	M	385,60									
8.2	RAMPA DE ACESSO, PÉR PLUTUANTE E VERGUELOS NÁUTICOS	UND	1,00									
8.3	DECK EM MADEIRA 2,5 X 20" CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M²	185,65									
9	<b>ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>											
9.1	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	7,00									deck pier + praça
9.2	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	26,00									deck pier + praça
9.3	LULA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	11,00									
9.4	LULA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	6,00									
9.5	LULA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	16,00									deck pier + praça
9.6	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	92,40									
9.7	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	47,60									
9.8	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	171,70									deck pier + praça
9.9	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	331,70									deck pier + praça
9.10	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	3,60									
9.11	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	M	705,30									
9.12	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2015	UND	1,00									
9.13	PLACA 4"X3" COM FURTO	UND	2,00									
9.14	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 10/2020	UND	2,00									
9.15	DISJUNTOR MONOPOLAR 4 A, PADRÃO DIN (LINHA BRANCA), CURVA DE DISPARO C, CORRENTE DE INTERRUPÇÃO SRA, REF. SIEMENS 5 SX 11047 OU SIMILAR	UND	1,00									





OBJETO: ÁREA DE AFETIVO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MÉDICE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023  
BDI DIFERENCIADO: 15,93%  
BDD 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTAS 114,00% MENSALISTA 71,35%

MEMÓRIA DE CÁLCULO												
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DO ORÇAMENTO	UND	QUANT.	LARGURA (m)	COMP. (m)	ALTURA (m)	DENSIDADE	ÁREA (m²)	VOL (m³)	QUANT.	FATOR (x)	ORÇ.
9.16	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UND	1,00									
9.17	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UND	2,00									
9.18	RELÉ DE TEMPO 7 PV00 200 220V	UND	2,00									
9.19	POSTE METÁLICO DECORATIVO CÔNICO FLANSEADO H=4,8 m P/610 OU 02 LUMINÁRIAS DECORATIVAS	UND	6,00									
9.20	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UND	6,00									
9.21	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UND	12,00									
9.22	LUMINÁRIA SOBREPOR QUADRADA LED 24W, 6500K G-LIGHT OU SIMILAR	UND	8,00									
9.23	BUCHA COM ARRUOLA EM LIGA ESPECIAL ZAMAK P/ELETRODUTO 20MM, D=3/4"	UND	2,00									
9.24	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO. PVC ROSCÁVEL DN 25 MM (3/4"). PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UND	7,00									deck pier + praça
9.25	ARRUOLA DE PRESSÃO 1/4"	UND	4,00									
9.26	BUCHA DE NYLON SEM ABA 54	UND	78,00									
9.27	BUCHA DE NYLON SEM ABA 56	UND	130,00									
9.28	BUCHA DE NYLON SEM ABA 58	UND	6,00									
9.29	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BUCHA DE NYLON 519 (REF. VL - 1,00 VALE NAM OU SIMILAR)	UND	3,00									
9.30	PARAFUSO DE AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABEÇA CHATA E FENDA SIMPLES, DIÂMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 45 MM	UND	4,00									
9.31	PARAFUSO FENDA CABEÇA PANELA 4,2 X 92 MM, AUTOTARRACHANTE	UND	126,00									
9.32	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABEÇA CHATA FENDA SIMPLES 3,6 X 25 MM (1")	UND	78,00									
9.33	CAIXA DE ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO (0,10M) DIMENSÕES INTERNA 30X30X30CM REVESTIDA INTERAMENTE COM ARGAMASSA 1:1 E TAMPA DE CONCRETO - R1	UND	3,00									
9.34	TAMPA EM CHAPA METÁLICA DE 1/8", INCLUSIVE TRATAMENTO E PINTURA EM ESMALTE OU ÓLEO - REV.01	M²	0,27									
9.35	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1 1/4" E CUNHA DE FIXAÇÃO	UND	29,00									
9.36	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXAÇÃO	UND	97,00									
9.37	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXAÇÃO	UND	78,00									
9.38	SOQUETE DE BAQUELITE BASE E27, PARA LÂMPADAS	UND	8,00									
9.39	ELETRODUTO EM FERRO GALVANIZADO PESADO SEM COSTURA 3/4" X 3M	UND	1,00									
9.40	POSTE DECORATIVO 1. PÉTALAS, EM AÇO GALVANIZADO COM DIFUSOR EM VIDRO TRANSPARENTE TEMP. GRADO, COM 3M/4M	UND	6,00									
9.41	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE SOBREPOR, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UND	10,00									deck praça
9.42	LUMINÁRIA DE PISO CORPO EM ALUMÍNIO COM LÂMPADA DE LED 14W, REF: BSC200 LED-RB/WW PSU 220-240V IL.DA PHILIPS OU SIMILAR	UND	18,00									deck praça
10	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS											
10.1	CAIXA ENTERRADA HIDRÁULICA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS 60X60X60 CM PARA REDE DE DRENAGEM. AF_12/2020	UND	3,00									
10.2	CAIXA EM ALVENARIA TIPO PU RADO, ESP. = 10cm (60x60x60cm), FUNDO DE CONCRETO, EXCETO ESCALVAÇÃO E TAMPA	UND	3,00									
10.3	GRELHA DE FERRO P/ CALHAS E CAIXAS	M²	2,00									
10.4	JOELHO 45 GRAUS. PVC SERIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UND	2,00									
10.5	JOELHO 45 GRAUS. PVC SERIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UND	2,00									
10.6	JOELHO 90 GRAUS. PVC SERIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UND	1,00									
10.7	LUVA SIMPLES. PVC SERIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UND	5,00									
10.8	LUVA SIMPLES. PVC SERIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UND	3,00									
10.9	LUVA SIMPLES. PVC SERIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UND	4,00									
10.10	TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, PONTA E BOLSA P/ ESOTO PREDIAL, D = 50 MM	M	10,84									
10.11	TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, PONTA E BOLSA P/ ESOTO PREDIAL, D = 100 MM	M	19,85									
10.12	TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, PONTA E BOLSA P/ ESOTO PREDIAL, D = 150 MM	M	6,18									





PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2022  
BDI DIFERENCIADO: 15,93%  
BDD 22,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTAR: 114,00%; MENSALISTA: 71,35%

MEMÓRIA DE CÁLCULO												
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DO ORÇAMENTO	UND	QUANT.	LARGURA (m)	COMP. (m)	ALTURA (m)	DENSIDADE	ÁREA (m²)	VOL (m³)	QUANT.	FATOR (x)	OBS.
10.13	CALHA DE BEIRAL, SEMICIRCULAR DE PVC, DIÂMETRO 150 MM, INCLUINDO CABECEIRAS, EMENDAS, BOCAS, SUPORTES E VEDAÇÕES, EXCLUINDO CONDUTORES, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL	M	22,40									
10.14	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO, AF_08/2021	UND	2,00									
10.15	LUXA SIMPLES, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO, AF_05/2022	UND	2,00									
10.16	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO, AF_08/2022	M	0,60									
10.17	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS, AF_06/2022	M	3,40									
11	<b>PINTURA</b>											
11.1	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS, AF_06/2014	M²	222,30									
			214,48					214,48				Reboco
			3,24	0,20		3,70		0,54			6,00	Pilares
			4,56	0,20		5,50		0,76			6,00	Pilares
11.2	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA CONTÍNUA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOIS, AF_06/2014	M²	222,30									
11.3	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO), AF_05/2021	M	119,90									
11.4	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL 2 DEMÃOIS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR, AF_05/2021	M²	161,20									
12	<b>URBANIZAÇÃO</b>											
12.1	INSTALAÇÃO DE LIDEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE FIO DE CONCRETO EXISTENTE, AF_11/2021	UND	4,00									
12.2	PLANTA - IPE AMARELO (TABERBUA CHRYSOTRICHA) H=1,00M, FORNECIMENTO E PLANTIO	UND	5,00									
12.3	FORNECIMENTO E PLANTIO DE HERBÁCEAS ORNAMENTAIS (JASMIN MANGA)	UND	8,00									
12.4	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA, AF_05/2018	UND	26,00									
12.5	TOTEM TRIANGULAR EM ALVENARIA ESTRUTURAL GRAUTEADA, CONFORME PROJETO, DIMENSÕES 0,80 X 0,80 X 0,80 M, H= 4,00 M	UND	1,00									
13	<b>ÁREA PRACA</b>											
13.1	<b>DEMOLIÇÃO E LIMPEZA</b>											
13.1	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA, AF_05/2018	M²	40,00									
13.2	REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M, AF_05/2018	UN	1,00									
13.3	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,20 M E MENOR QUE 0,40 M, AF_05/2018	UN	9,00									
13.4	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M, AF_05/2018	UN	21,00									
13.5	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M³	23,03									
		Calçada	22,23			0,24		186,235	74,09		0,30	Demolição de 30% da Calçada Praca
		Remise	0,04			0,24		1,10	0,24			
		Calçadão	0,76						0,76			
13.6	COLETA E CARGA MANUAIS DE ENTULHO	M³	24,28									
13.7	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 80 KM (UNIDADE: M³/KM), AF_07/2020	m³xkm	389,22									
			389,22						24,22		14,60	
13.8	DESLOCAMENTO DE POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLA T (DT) OU CIRCULAR DE 9 A 12 M	UN	1,00									
14	<b>PAVIMENTAÇÃO</b>											
14.1	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA, AF_05/2020	M	310,00									



OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023  
BDI DIFERENCIADO: 15,93%  
BDD 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,00%; MENSALISTA: 71,35%

MEMÓRIA DE CÁLCULO												
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DO ORÇAMENTO	UND	QUANT.	LARGURA (m)	COMP. (m)	ALTURA (m)	DENSIDADE	ÁREA (m²)	VOL (m³)	QUANT.	FATOR (x)	OBS.
14.2	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39x6,5x6,5x19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSIOS. AF_06/2016	M	36.00									Substituição do meio-fio
14.3	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 39x6,5x6,5x19 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSIOS. AF_06/2016	M	500.00									Substituição do meio-fio
14.4	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) DE PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M²	24.00						22.31		1.00	Quantidade de Demolição do Concreto + Rampa no Perímetro do Corredo
14.5	EXECUÇÃO DE LOMBORAMPAS	M²	126.00									
15	URBANIZAÇÃO											
15.1	MESA DE CONCRETO 0,60x0,60M	UN	2.00									
15.2	TOTEM TRIANGULAR, CONFORME PROJETO, DIMENSÕES 0,60 X 0,60 X 0,60 M; H= 4,00 M	UN	1.00									
15.3	PERGOLADO EM MADEIRA EUCALIPTO COM PEÇAS DE 8,00 E 6,20 METROS, INCLUSIVE PINTURA	UN	3.00									
15.4	INSTALAÇÃO DE LINHEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	8.00									
15.5	REFORMA BANCOS DE CONCRETO ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 20x14x19 CM (ESPESURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	M²	6.40									
	ENCOSTO PARA BANCOS EM ALVENARIA		6.37		2.36	0.45		1.06	6.00			
15.6	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLMER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014	M²	14.90									
15.7	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE NAS PAREDES INTERNAS DA SACADA, ESPESURA DE 25 MM, SEM USO DE TELA METÁLICA DE REFORÇO CONTRA FISSURACÃO. AF_06/2014	M²	14.90									
15.8	ENCOSTO EM MADEIRA PARA BANCO	UN	6.00									
16	PINTURA											
16.1	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CALAÇÃO). AF_05/2021	M	1.044.28									
16.2	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR. AF_06/2021	M²	2.075.05 1.852.95 52.53 24.40								1.07	Preço bancos e concreto
16.3	PINTURA COM TINTA ACRÍLICA DE ACABAMENTO PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020 PE	M²	78.00									Pastes e equipamentos de ginástica
16.4	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	M²	22.05									Tela + placas com fio
17	DECK ELEVADO DE MADEIRA											
	FUNDACÃO											
17.1	CONCRETO SIMPLES USINADO FCK=30MPa, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA.	M³	0.00									Blocos
17.2	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA BLOCO DE CORDOAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	M²	46.40									Blocos
17.3	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	2.55									Blocos
17.4	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	15.30									Blocos
17.5	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 8 MM - MONTAGEM. AF_06/2017	KG	80.00									Blocos



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZÚ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEMFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023  
BDI DIFERENCIADO: 15,93%  
BDD 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,00%; MENSALISTA: 71,35%

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DO ORÇAMENTO	UND	QUANT.	LARGURA (m)	COMP. (m)	ALTURA (m)	DENSIDADE	ÁREA (m²)	VOL (m³)	QUANT.	FATOR (x)	OBS.
<b>URBANIZAÇÃO</b>												
17.6	VIGAS EM MADEIRA COM PEÇAS DE MACARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/ DECK PRAÇA	M	375,00									
17.7	DECK EM MADEIRA 2,5 X 30" CM. EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M²	100,00									
17.8	BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 11,5 x 0,70m	UN	1,00									
17.9	MESA/CANTERO REVESTIDO COM MADEIRA 2,40 x 2,40m	UN	1,00									
17.10	BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 2,70 x 2,50m	UN	1,00									
17.11	BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 1,70 x 1,20m	UN	3,00									
17.12	PERGOLADO EM MADEIRA EUCALITO COM PEÇAS DE 11,80 E 5,20 mmax. EXCLUSO PINTURA	UN	1,00									
17.13	PLANTA - PRIMAVERA (BOUGAINVILLEA SPECTABILIS), FORNECIMENTO E PLANTIO	UN	3,00									
17.14	FORNECIMENTO E ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL PREPARADA	M³	0,72									
17.15	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS AF. 06/2018	M²	2,88									
17.16	GUARDA-CORPO EM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO (ALTURA = 0,90), COM BARRAS VERTICAIS A CADA 2,00M (2º), BARRA HORIZONTAL INTERMEDIÁRIA (2º) E BARRA HORIZONTAL SUPERIOR (2º)	M	45,00									
17.17	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF. 01/2020	M²	1,64									
<b>18 - SERVIÇOS FINAIS</b>												
18.1	DESMOBILIZAÇÃO UTILIZANDO CAMINHÃO TRUNCADO	UND	1,00									
18.2	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ESTACA TIPO HÉLICE CONTÍNUA	UND	1,00									
18.3	LEMPAÇA GERAL	M²	2.308,16									

*Julio Aguiar*

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO UNITÁRIA





PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA							
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZÓ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA							
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022							
BDI DIFERENCIADO: 15,93%							
BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,08%, MENSALISTA: 71,35%							
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023							
COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS							
CP-001 ADMINISTRAÇÃO LOCAL						R\$	19.709,80
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	MÊS Total	
90777	SERV-SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40.000,0	R\$ 103,90	R\$	4.156,00
90776	SERV-SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	220.000,0	R\$ 32,49	R\$	7.147,80
88326	SERV-SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	360.000,0	R\$ 23,35	R\$	8.406,00
CP-002 TAXAS E EMOLUMENTOS						R\$	254,59
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	UND Total	
PL-1610 TABELA A FAIXA 2	CREA-MA	TAXA DE A.R.T.(CREA) PARA OBRAS ACIMA R\$ 15 MIL	UN	1.0000	R\$ 254,59	R\$	254,59
CP-003 TOTEM TRIANGULAR EM ALVENARIA ESTRUTURAL GRAUTEADA, CONFORME PROJETO, DIMENSÕES 0,80 X 0,80 X 0,80 M, H= 4,00 M						R\$	1.507,74
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	UND Total	
97737	SERV-SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE 30 A 70 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 70KG/M³, AF 01/2018(BASE)	M3	0,0831	R\$ 3.066,89	R\$	254,98
97733	SERV-SINAPI	PEÇA RETANGULAR PRÉ-MOLDADA, VOLUME DE CONCRETO DE ATÉ 10 LITROS, TAXA DE AÇO APROXIMADA DE 30KG/M³, AF 01/2018(FECHAMENTO NO TOPO)	M3	0,0139	R\$ 3.120,33	R\$	43,24
89472	SERV-SINAPI	ALVENARIA DE BLOCOS DE CONCRETO ESTRUTURAL 14X19X39 CM, (ESPESSURA 14 CM) FBK = 14,0 MPA, PARA PAREDES COM ÁREA LÍQUIDA MENOR QUE 6M², SEM VÃOS, UTILIZANDO COLHER DE PEDREIRO, AF 12/2014	M2	9,6000	R\$ 101,42	R\$	973,63
89993	SERV-SINAPI	GRAUTEAMENTO VERTICAL EM ALVENARIA ESTRUTURAL, AF 09/2021(GRAUTEAMENTO NOS CANTOS DE ENCONTRO)	M3	0,2040	R\$ 967,15	R\$	197,30
87879	SERV-SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L, AF 06/2014	M2	9,6000	R\$ 4,02	R\$	38,59
CP-004 PLATAFORMA FLUTUANTE EM MADEIRA						R\$	618,94
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	M² Total	
17470	SEINFRA	FLUTUANTE EM PRIV COM CAP. ATÉ 1.000Kg	UN	0,0578	R\$ 7.283,55	R\$	420,99
4356	SERV-ORSE	PISO EM ASSOALHO DE MADEIRA LEI (PAU D'ARCO) - COMERCIAL, RÉGUAS MACHO E FÊMEA 15 X 2 CM, SOBRE PLATAFORMA METÁLICA	M2	1,1000	R\$ 157,83	R\$	173,61
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,3000	R\$ 18,72	R\$	24,34
CP-005 ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, DIÂMETRO DE 35 CM, INCLUSIVE CONCRETO FCK=30MPA E ARMADURA MÍNIMA (EXCLUSIVE MOBILIZAÇÃO, DESMOBILIZAÇÃO E BOMBEAMENTO), AF 12/2019						R\$	152,97
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	M Total	
43360	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL, CLASSE DE RESISTÊNCIA C30, COM BRITA 0 E 1, SLUMP = 220 +/- 30 MM, EXCLUI SERVIÇO DE BOMBEAMENTO (NBR 8953)	M3	0,1303	R\$ 564,55	R\$	73,56
88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2885	R\$ 18,72	R\$	5,40
90674	SINAPI	PERFURATRIZ COM TORRE METÁLICA PARA EXECUÇÃO DE ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 30 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 800 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 268 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 170 KNM - CHP DIURNO, AF 06/2015	CHP	0,0278	R\$ 684,32	R\$	19,04
90675	SINAPI	PERFURATRIZ COM TORRE METÁLICA PARA EXECUÇÃO DE ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, PROFUNDIDADE MÁXIMA DE 30 M, DIÂMETRO MÁXIMO DE 800 MM, POTÊNCIA INSTALADA DE 268 HP, MESA ROTATIVA COM TORQUE MÁXIMO DE 170 KNM - CHI DIURNO, AF 06/2015	CHI	0,0683	R\$ 273,34	R\$	18,67
90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0961	R\$ 32,49	R\$	3,12
90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLANO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0181	R\$ 118,00	R\$	2,13
95578	SINAPI	MONTAGEM DE ARMADURA DE ESTACAS, DIÂMETRO = 12,5 MM, AF 09/2021 PS	KG	2,5792	R\$ 10,19	R\$	26,28
95584	SINAPI	MONTAGEM DE ARMADURA TRANSVERSAL DE ESTACAS DE SEÇÃO CIRCULAR, DIÂMETRO = 6,30 MM, AF 09/2021 PS	KG	0,2513	R\$ 15,00	R\$	3,77
97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM), AF 07/2020	M3XKM	0,0334	R\$ 2,93	R\$	0,10
100973	SINAPI	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3), AF 07/2020	M3	0,1111	R\$ 8,08	R\$	0,90
CP-006 CALHA DE BEIRAL, SEMICIRCULAR DE PVC, DIÂMETRO 150 MM, INCLUINDO CABECEIRAS, EMENDAS, BOCAIS, SUPORTES E VEDAÇÕES, EXCLUINDO CONDUTORES, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL						R\$	151,80
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	M Total	
11054	SINAPI	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,2 X 20 MM (3/4")	UN	3,000	R\$ 0,05	R\$	0,15





PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR



OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZÓ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022

BDI DIFERENCIADO: 15,93%

BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,08% MENSALISTA: 71,35%

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS							
12614	SINAPI	BOCAL PVC, PARA CALHA PLUVIAL, DIÂMETRO DA SAÍDA ENTRE *75 E 120* MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL PREDIAL	UN	0.330	R\$	51,08	R\$ 16,86
12616	SINAPI	CABECEIRA DIREITA OU ESQUERDA, PVC, PARA CALHA PLUVIAL, DIÂMETRO ENTRE *119 E 170* MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL PREDIAL	UN	0.220	R\$	15,49	R\$ 3,41
12618	SINAPI	CALHA / PERFIL PLUVIAL DE PVC, DIÂMETRO ENTRE *119 E 170* MM, COMPRIMENTO DE 3 M, PARA DRENAGEM PLUVIAL PREDIAL	UN	0.350	R\$	158,08	R\$ 55,33
12624	SINAPI	EMENDA PARA CALHA PLUVIAL, PVC, DIÂMETRO ENTRE 119 E 170 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL PREDIAL	UN	0.220	R\$	30,35	R\$ 6,68
12626	SINAPI	SUORTE METÁLICO PARA CALHA PLUVIAL, ZINCADO, DOBRADO, DIÂMETRO ENTRE 119 E 170 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL PREDIAL	UN	1.550	R\$	38,66	R\$ 59,92
12627	SINAPI	VEDAÇÃO DE CALHA, EM BORRACHA COR PRETA, MEDIDA ENTRE 119 E 170 MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL PREDIAL	UN	0.440	R\$	1,21	R\$ 0,53
88316	SINAPI	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0.250	R\$	18,72	R\$ 4,68
88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0.156	R\$	23,33	R\$ 3,64
93281	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTOR FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO, AF 03/2016	CHP	0.013	R\$	19,80	R\$ 0,26
93282	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTOR FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHI DIURNO, AF 03/2016	CHI	0.018	R\$	18,93	R\$ 0,35
CP-007 DECK EM MADEIRA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO						R\$	244,70
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	M² Total	
6193	SINAPI	TABUA NÃO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	M	5,00	R\$ 20,91	R\$	104,55
5061	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	KG	0.03	R\$ 20,95	R\$	0,52
12513	ORSE	PARAFUSO DE METAL 1/4" X 10CM, CABEÇA CHATA E FENDA	UN	10,00	R\$ 2,16	R\$	21,60
3071	ORSE	VERNIZ SPARKLACK CETOL DECK ANTIDERRAPANTE, P/PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES EXTERNAS DE MADEIRA, INCLUSIVE DECKS DE PISCINAS E SIMILAR	L	0.5760	R\$ 99,42	R\$	57,27
88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,43	R\$ 18,95	R\$	27,10
88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,43	R\$ 23,54	R\$	33,66
CP-008 MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO UTILIZANDO CAMINHÃO TRUNCADO						R\$	3.720,92
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	UND Total	
88282	SINAPI	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27.500,0	R\$ 21,93	R\$	603,08
88241	SINAPI	AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	27.500,0	R\$ 18,65	R\$	512,88
91030	SINAPI	CAMINHÃO TRUCADO COM CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA	H	16.000,0	R\$ 162,81	R\$	2.604,96
CP-009 MOBILIZAÇÃO/ DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ESTACA TIPO HÉLICE CONTÍNUA						R\$	4.822,37
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	UND Total	
ED - 49713	SETOP/10.22	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ESTACA TIPO HÉLICE CONTÍNUA DMT ATÉ 50KM	UN	0.5000	R\$ 9.644,73	R\$	4.822,37
CP-010 Poste decorativo 1 pétalas, em aço galvanizado com difusor em vidro transparente temperado, com 3m/4m						R\$	2.287,64
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	UND Total	
13668	ORSE	Poste de aço galv. cônico contínuo Poste de Aço para Jardim, altura 3m/4m, com tubo diam. = 64mm	un	3,2000	R\$ 620,25	R\$	1.984,80
13671	ORSE	Suporte de fixação em chapa de aço galvanizado, para 01 luminária, encaixe em poste com topo de Ø de 60,3mm externo, da Indupar ou similar	un	1,0000	R\$ 72,85	R\$	72,85
88309	SERVIÇO SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1.5000	R\$ 23,90	R\$	35,85
88316	SINAPI	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,500	R\$ 18,72	R\$	28,08
00095	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=13,5 mpa, lançado e adensado	m³	0.2800	R\$ 544,08	R\$	152,34
02497	ORSE	Escavação manual de vala ou cava em material de 1ª categoria, profundidade até 1,50m	m³	0.2800	R\$ 49,01	R\$	13,72
CP-011 VIGAS EM MADEIRA MASSARANDUBA 7,5 X 15,0 (3" X 6")						R\$	185,25
Código	BANCO	Descrição	Unidade	Coefficiente	Unid: Preço	M Total	
07902	ORSE	PEÇA DE MADEIRA MASSARANDUBA 7,5 X 15,0 (3" X 6") NÃO APARELHADA	M	1,00	R\$ 56,42	R\$	56,42
12513	ORSE	PARAFUSO DE METAL 1/4" X 10CM, CABEÇA CHATA E FENDA	UN	5,00	R\$ 2,16	R\$	10,80
3071	ORSE	VERNIZ SPARKLACK CETOL DECK ANTIDERRAPANTE, P/PROTEÇÃO DE SUPERFÍCIES EXTERNAS DE MADEIRA, INCLUSIVE DECKS DE PISCINAS E SIMILAR	L	0.5760	R\$ 99,42	R\$	57,27
88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,43	R\$ 18,95	R\$	27,10
88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,43	R\$ 23,54	R\$	33,66



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZO MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022

BDI DIFERENCIADO: 15,93%

BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,08% MENSALISTA: 71,35%

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS

CP-012 PERGOLADO EM MADEIRA EUCALIPTO COM PEÇAS DE 8,00 E 6,20 metros, INCLUSO PINTURA							R\$	11.507,98
Código	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	UND:	UND	TOTAL
93358	SERV.SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF. 02/2021	M3	2,59	R\$ 74,05	R\$	R\$	191,94
93382	SERV.SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF. 04/2016	M3	1,77	R\$ 27,04	R\$	R\$	47,78
96619	SERV.SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF. 08/2017	M2	1,50	R\$ 29,07	R\$	R\$	43,61
94970	SERV.SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF. 05/2021	M3	1,53	R\$ 444,31	R\$	R\$	680,80
103673	SERV.SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF. 02/2022	M3	1,53	R\$ 35,96	R\$	R\$	55,10
92917	SERV.SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 12/2015	KG	145,00	R\$ 14,98	R\$	R\$	2.172,10
11115	ORSE	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PEÇAS DE EUCALIPTO TRATADO, D=13 A 18CM	M	82,60	R\$ 61,97	R\$	R\$	5.118,72
102219	SERV.SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	52,04	R\$ 15,88	R\$	R\$	826,36
88489	SERV.SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF. 06/2014	M2	0,78	R\$ 15,09	R\$	R\$	11,80
38033	INS.SINAPI	TUBO PVC CORRUGADO, PAREDE DUPLA, JE. DN 200 MM, REDE COLETORA ESGOTO	M	24,90	R\$ 94,77	R\$	R\$	2.359,77
CP-013 ENCOSTO EM MADEIRA PARA BANCO							R\$	212,58
Código	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	UND:	UND	TOTAL
88316	SERVIÇO.SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,5000	R\$ 18,72	R\$	R\$	28,08
1213	INSUMO.SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS	H	1,2000	R\$ 17,91	R\$	R\$	21,49
4412	INSUMO.SINAPI	RIPA NÃO APARELHADA *1 X 3* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	M	49,0000	R\$ 2,26	R\$	R\$	110,74
40304	INSUMO.SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 1 1/2)	KG	0,3800	R\$ 26,30	R\$	R\$	9,99
102213	SERVIÇO.SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	2,2300	R\$ 18,96	R\$	R\$	42,28
CP-014 MESA DE CONCRETO 0,60 X 0,60m							R\$	132,50
Código	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	UND:	UND	TOTAL
88316	SERVIÇO.SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7000	R\$ 18,72	R\$	R\$	13,10
88309	SERVIÇO.SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	R\$ 23,90	R\$	R\$	11,95
1213	INSUMO.SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS	H	0,5000	R\$ 17,91	R\$	R\$	8,96
4517	INSUMO.SINAPI	SARRAFO DE MADEIRA NÃO APARELHADA *2,5 X 7,5* CM (1 X 3 ") PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M	0,7500	R\$ 4,11	R\$	R\$	3,08
11134	INSUMO.SINAPI	CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA DE PINUS, VIROLA OU M2 18,64 / EQUIVALENTE, DE *2,2 X 1,6* M, E = 6 MM	M2	0,3600	R\$ 86,33	R\$	R\$	31,08
2692	INSUMO.SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	L	0,0600	R\$ 7,86	R\$	R\$	0,47
40304	INSUMO.SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 1 1/2)	KG	0,0300	R\$ 26,30	R\$	R\$	0,79
96523	SERVIÇO.SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA, COM PREVISÃO DE FORMA. AF. 06/2017	M3	0,0100	R\$ 85,56	R\$	R\$	0,86
94975	SERVIÇO.SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF. 07/2016	M3	0,0370	R\$ 456,21	R\$	R\$	16,88
103673	SERVIÇO.SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF. 12/2015	M3	0,0370	R\$ 35,96	R\$	R\$	1,33
96545	SERVIÇO.SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 06/2017	KG	0,9000	R\$ 15,68	R\$	R\$	14,11
07243	ORSE	Pastilha cerâmica esmaltada, 5 x 5 cm, marca ATLAS, série metal, cor cinza escuro, ref.Niquel - B-2104, aplicada com argamassa industrializada ac-II, rejuntada, exclusiva emboço (ou similar)	M2	0,17	R\$ 177,89	R\$	R\$	29,89
CP-015 BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 11,5 x 0,70m							R\$	4.537,20
Código	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	UND:	UND	TOTAL
4119	INSUMO.SINAPI	MADEIRA ROLICA TRATADA, D = 16 A 20 CM, H = 6,00 M, EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M	3,60	R\$ 48,79	R\$	R\$	175,64
94975	SERVIÇO.SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF. 07/2016	M3	1,47	R\$ 456,21	R\$	R\$	668,80
103673	SERVIÇO.SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF. 12/2015	M3	1,47	R\$ 35,96	R\$	R\$	52,72
96545	SERVIÇO.SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 06/2017	KG	21,08	R\$ 15,68	R\$	R\$	330,46
92267	SERVIÇO.SINAPI	FABRICAÇÃO DE FORMA PARA LAJES EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF. 09/2020	M2	19,34	R\$ 65,33	R\$	R\$	1.263,48
4412	INSUMO.SINAPI	RIPA NÃO APARELHADA *1 X 3* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	M	57,343	R\$ 2,26	R\$	R\$	1.295,95
5069	INSUMO.SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 1 1/2)	KG	1,05	R\$ 21,72	R\$	R\$	22,81
102213	SERVIÇO.SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	21,27	R\$ 18,96	R\$	R\$	403,28





PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZO MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022

BDI DIFERENCIADO: 15,93%

BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,08% MENSALISTA: 71,35%

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR

COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS							
88239	SERVIÇO.SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,88	R\$	18,95	R\$ 130,28
88261	SERVIÇO.SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	6,88	R\$	22,74	R\$ 156,34
88316	SERVIÇO.SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,00	R\$	18,72	R\$ 37,44
CP-016 MESA/CANTEIRO REVESTIDO COM MADEIRA 2,40 x 2,40m						R\$	1.506,30
Código	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	UND:	UND TOTAL
4119	INSUMO.SINAPI	MADEIRA ROLICA TRATADA, D = 16 A 20 CM, H = 6,00 M, EM EUCALÍPTO OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M	0,40	R\$	48,79	R\$ 19,52
94975	SERVIÇO.SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3:4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF. 07/2016	M3	0,55	R\$	456,21	R\$ 251,10
103673	SERVIÇO.SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF. 12/2015	M3	0,55	R\$	35,96	R\$ 19,79
96545	SERVIÇO.SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 06/2017	KG	7,50	R\$	15,68	R\$ 117,60
92267	SERVIÇO.SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA LAJES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF. 09/2020	M2	4,32	R\$	65,33	R\$ 282,23
4412	INSUMO.SINAPI	RIPA NÃO APARELHADA *1 X 3* CM, EM MACARANDUBA, ANJELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	M	12,343	R\$	2,26	R\$ 278,95
5069	INSUMO.SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	0,93	R\$	21,72	R\$ 20,13
102213	SERVIÇO.SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	4,0000	R\$	18,96	R\$ 75,84
88239	SERVIÇO.SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,3500	R\$	18,95	R\$ 101,38
88261	SERVIÇO.SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,3500	R\$	22,74	R\$ 121,66
88316	SERVIÇO.SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,0000	R\$	18,72	R\$ 37,44
98557	SERVIÇO.SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFÁLTICA, 2 DEMÃOS AF. 06/2018	M2	4,3200	R\$	41,82	R\$ 180,66
CP-017 BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 2,70 x 2,50m						R\$	3.623,18
Código	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	UND:	UND TOTAL
94975	SERVIÇO.SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3:4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF. 07/2016	M3	1,65	R\$	456,21	R\$ 752,75
103673	SERVIÇO.SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF. 12/2015	M3	1,65	R\$	35,96	R\$ 59,33
97088	SERVIÇO.SINAPI	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-92. AF. 09/2021	KG	10,13	R\$	19,83	R\$ 200,78
96545	SERVIÇO.SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 06/2017	KG	35,00	R\$	15,68	R\$ 548,80
92267	SERVIÇO.SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA LAJES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF. 09/2020	M2	11,95	R\$	65,33	R\$ 780,69
4412	INSUMO.SINAPI	RIPA NÃO APARELHADA *1 X 3* CM, EM MACARANDUBA, ANJELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	M	39,143	R\$	2,26	R\$ 771,63
5069	INSUMO.SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	1,82	R\$	21,72	R\$ 22,15
102213	SERVIÇO.SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	11,95	R\$	18,96	R\$ 226,57
88239	SERVIÇO.SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,35	R\$	18,95	R\$ 101,38
88261	SERVIÇO.SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5,35	R\$	22,74	R\$ 121,66
88316	SERVIÇO.SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,00	R\$	18,72	R\$ 37,44
CP-018 BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 1,70 x 1,20m						R\$	924,74
Código	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	UND:	UND TOTAL
94975	SERVIÇO.SINAPI	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3:4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF. 07/2016	M3	0,41	R\$	451,44	R\$ 184,19
103673	SERVIÇO.SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF. 12/2015	M3	0,41	R\$	35,96	R\$ 14,67
97088	SERVIÇO.SINAPI	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-92. AF. 09/2021	KG	3,15	R\$	19,83	R\$ 62,46
96545	SERVIÇO.SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 06/2017	KG	5,25	R\$	15,68	R\$ 82,32
92267	SERVIÇO.SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÓRMA PARA LAJES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF. 09/2020	M2	3,20	R\$	65,33	R\$ 209,06
4412	INSUMO.SINAPI	RIPA NÃO APARELHADA *1 X 3* CM, EM MACARANDUBA, ANJELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA	M	49,57	R\$	2,26	R\$ 109,77
5069	INSUMO.SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	0,84	R\$	21,72	R\$ 18,24
102213	SERVIÇO.SINAPI	PINTURA VERNIZ (INCOLOR) ALQUÍDICO EM MADEIRA, USO INTERNO E EXTERNO, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	3,20	R\$	18,96	R\$ 60,67
88239	SERVIÇO.SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,50	R\$	18,95	R\$ 66,33
88261	SERVIÇO.SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,50	R\$	22,74	R\$ 79,59
88316	SERVIÇO.SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2,00	R\$	18,72	R\$ 37,44
CP-019 PERGOLADO EM MADEIRA EUCALÍPTO COM PEGAS DE 13,80 E 5,20 metros, INCLUSO PINTURA						R\$	14.723,30
Código	BANCO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFICIENTE	PREÇO	UND:	UND TOTAL



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZÓ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022

BDI DIFERENCIADO: 15,93%

BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,08% MENSALISTA: 71,35%

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

**COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS**

93358	SERV.SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF. 02/2021	M3	4,32	R\$	74,05	R\$	319,90
93382	SERV.SINAPI	REATERRO MANUAL DE VALAS COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF. 04/2016	M3	2,95	R\$	27,04	R\$	79,63
96619	SERV.SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF. 08/2017	M2	2,50	R\$	29,07	R\$	72,68
94970	SERV.SINAPI	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF. 05/2021	M3	2,22	R\$	444,31	R\$	988,10
103673	SERV.SINAPI	LANÇAMENTO COM USO DE BOMBA, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS. AF. 02/2022	M3	2,22	R\$	35,96	R\$	79,97
92917	SERV.SINAPI	ARMAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO, EXCETO VIGAS, PILARES, LAJES E FUNDAÇÕES, UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8 MM - MONTAGEM. AF. 12/2015	KG	15,600	R\$	14,98	R\$	2.336,88
11115	ORSE	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PEÇAS DE EUCALIPTO TRATADO, D-13 A 16CM	M	13,640	R\$	61,97	R\$	8.452,71
102219	SERV.SINAPI	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF. 01/2021	M2	1,19	R\$	15,88	R\$	18,96
88489	SERV.SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF. 06/2014	M2	0,97	R\$	15,09	R\$	14,70
38033	INS.SINAPI	TUBO PVC CORRUGADO, PAREDE DUPLA, JE, DN 200 MM, REDE COLETORA ESGOTO	M	24,90	R\$	94,77	R\$	2.359,77

*Jussara Martins Nogueira*  
Jussara Martins Nogueira - CAU: AB5353-4

CURVA ABC





PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MEDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORDE 05/2023 - SEMFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023  
BDI DIFERENCIAL: 15,59%  
BDI: 25,64% ENCARGOS SOCIAIS: 14,08% MEHSALESTA: 7,155%



CURVA ABC										
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO(C/DEB) SEM BDI (R\$)	PREÇO COM BDI (R\$)	VALOR (R\$)	PERCENTUAL SIMPLES	PERCENTUAL ACUMULADO
8.2	CT-01	CT	RAMPA DE ACESSO, PER. FLUTUANTE E VEREDUOS NÁUTICOS	UNO	1,09	R\$ 346.310,68	R\$ 401.477,86	R\$ 401.477,86	26,47%	26,47%
1.1	CP-001	PRÓPRIA	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	MDS	4,09	R\$ 19.709,80	R\$ 24.369,20	R\$ 97.476,80	64,76%	91,23%
8.1	CP-011	CPU	VIGAS EM MADEIRA COM PEGAS DE MACARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/DECK APOIO	M	385,80	R\$ 185,15	R\$ 215,94	R\$ 88.963,63	5,871%	97,10%
17.6	CP-011	CPU	VIGAS EM MADEIRA COM PEGAS DE MACARANDUBA 7,5X15 (3" X 6") - P/DECK FRACA	M	375,00	R\$ 185,15	R\$ 215,94	R\$ 85.890,00	5,704%	102,80%
3.1	CP-005	CPU	ESTACA HÉLICE CONTÍNUA, DIÂMETRO DE 88 CM, INCLUSIVE CONCRETO FOR-SOMPA E ARMADURA MÍNIMA (EXCLUIVE MOBILIZAÇÃO, DESMONTAGEM E BOMBEAMENTO). AF. 12/2019	M	442,00	R\$ 151,97	R\$ 186,13	R\$ 83.595,48	5,554%	108,35%
14.1	101694	SINAPI	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF. 05/2020	M	910,00	R\$ 177,15	R\$ 219,05	R\$ 67.899,80	4,511%	112,86%
16.2	102492	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃO INCLUSIVE FUNDO PREPARADOR. AF. 08/2021	M²	2.071,05	R\$ 135,1	R\$ 35,07	R\$ 60.231,70	4,008%	116,86%
8.3	CP-007	CPU	DOCK EM MADEIRA 12,5 X 30" CH. EM MACARANDUBA, ANGELOM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M²	183,65	R\$ 244,70	R\$ 302,55	R\$ 55.563,31	3,692%	120,55%
17.7	CP-007	CPU	DOCK EM MADEIRA 12,5 X 30" CH. EM MACARANDUBA, ANGELOM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO	M²	180,00	R\$ 244,70	R\$ 302,55	R\$ 54.459,00	3,618%	124,16%
15.3	CP-012	CPU	PERGOLADO EM MADEIRA EUCALÍPTO COM PEGAS DE 800 E 620 METROS, INCLUSIVE PINTURA.	UN	3,09	R\$ 11.507,99	R\$ 14.220,47	R\$ 42.685,41	2,896%	127,05%
14.3	94279	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUAIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECIONADA EM CONCRETO PRE-FABRICADO, DIMENSÕES 35X15X15 CM (CONCRETO) E BASE INTERIOR E BASE SUPERIOR (X-ALTA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRACAS OU PASSARELAS. AF. 05/2016	M	500,00	R\$ 53,23	R\$ 65,81	R\$ 32.905,00	2,106%	129,15%
4.9	92446	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA DE VIGA, ESCORAMENTO METÁLICO, PE. DIRETO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES. AF. 09/2022	M²	288,27	R\$ 107,51	R\$ 132,48	R\$ 31.613,66	2,100%	131,25%
14.4	91991	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSADIS (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDOADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL NÃO ARMADO. AF. 08/2022	M²	24,09	R\$ 67,117	R\$ 82,988	R\$ 19.990,60	1,288%	132,53%
17.12	CP-029	CPU	PERGOLADO EM MADEIRA EUCALÍPTO COM PEGAS DE 10,69 E 5,29	UN	1,09	R\$ 14.723,10	R\$ 18.208,89	R\$ 18.208,89	12,09%	144,62%
9.40	CP-010	CPU	POSTE DECORATIVO 1 PÉTALA, EM AÇO GALVANIZADO COM DISSIPADOR ENVIRO. TRANSPARENTE TEMPERADO, COM 3M/4M	UNO	6,09	R\$ 2.387,64	R\$ 2.820,44	R\$ 16.970,64	1,120%	145,74%
17.16	92232	ORDE	GUARDA-CORPO EM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO (ALTURA = 0,90), COM BARRAS VERTICAIS A CADA 200 MM (2"), BARRA HORIZONTAL INTERMEDIÁRIA (2") E BARRA HORIZONTAL SUPERIOR (2")	M	45,00	R\$ 292,24	R\$ 361,33	R\$ 16.259,85	1,060%	146,80%
2.10	90962	ORDE	BARRACÃO FECHADO PORTE PEQUENO PARA DEPOSITO DE CIMENTO E ALMOXARIFADO (30X18,72 X 3) COM MATERIAIS NOVOS	UNO	1,09	R\$ 12.892,99	R\$ 15.232,32	R\$ 15.232,32	1,010%	147,81%
15.4	105207	SINAPI	INSTALAÇÃO DE LINHEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF. 11/2021	UN	8,09	R\$ 1.512,97	R\$ 1.828,86	R\$ 12.986,88	0,863%	148,67%
9.21	101659	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2020	UNO	12,09	R\$ 87,173	R\$ 1.077,81	R\$ 12.993,72	0,859%	149,52%
9.11	91932	SINAPI	CAPO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 12/2016	M	705,30	R\$ 34,60	R\$ 18,05	R\$ 12.730,67	0,846%	150,36%
15.5	91102	ORSE	DEMOÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M²	22,05	R\$ 44,598	R\$ 55,141	R\$ 12.698,97	0,844%	151,20%
4.1	3346	ORSE	CONCRETO SIMPLES USUADO FOR-SOMPA, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO NA SUPERFÍCIE RUTURA.	M²	19,24	R\$ 51,558	R\$ 63,575	R\$ 12.193,35	0,810%	152,01%
6.1	92396	SINAPI	DEMOÇÃO DE PASSADIS EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COM NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 6 CM. AF. 10/2022	M²	125,00	R\$ 67,41	R\$ 83,35	R\$ 10.502,10	0,698%	152,70%
5.1	92541	SINAPI	TRANSAM DE MADEIRA COM PORTA-FOURILHAS, CAIBROS E TERÇAS PARA TELHADOS DE ATÉ 2 ÁGUAS PARA TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF. 07/2019	M²	95,50	R\$ 87,60	R\$ 107,67	R\$ 10.285,49	0,685%	153,38%
7.2	87792	SINAPI	ENCOCO DE MADEIRA ÚNICA EM ARGAMASSA, TRACO E B.R. PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE EM PAINEL CROGOS DE PACHADA (SEM PRESENÇA DE VÁZIOS), ESPESURA DE 25 MM. AF. 08/2022	M²	214,48	R\$ 36,00	R\$ 44,51	R\$ 9.546,50	0,634%	154,01%
4.6	92762	SINAPI	ARMADAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 100 MM - MONTAGEM. AF. 06/2022	XO	617,20	R\$ 12,42	R\$ 15,56	R\$ 9.480,19	0,630%	154,64%
9.42	10747	ORSE	LUMINÁRIA DE PISO CORPO EM ALUMÍNIO COM LÂMPADA DE LED 14W, REF. BRCDO LED-HR/VWU PISO 220-240V IL. DA PHILIPS OU SIMILAR	UNO	18,09	R\$ 407,07	R\$ 503,30	R\$ 9.099,40	0,602%	155,24%
9.19	03626	SEINFRA	POSTE METÁLICO DECORATIVO CONICO FLANGEADO H=4,0m P/01 OU 03 LUMINÁRIAS DECORATIVAS	UNO	6,09	R\$ 1.209,65	R\$ 1.495,61	R\$ 8.973,66	0,596%	155,83%
14.5	04446	ORSE	EXECUÇÃO DE LOMBODAMPAS	M²	126,00	R\$ 43,07	R\$ 53,25	R\$ 6.709,50	0,446%	156,27%
12.1	103507	SINAPI	INSTALAÇÃO DE LINHEIRA METÁLICA DUPLA COM CAPACIDADE DE 60 L EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF. 11/2021	UNO	4,09	R\$ 1.512,97	R\$ 1.828,86	R\$ 6.493,44	0,431%	156,70%
18.8	2450	ORSE	LIMPEZA GERAL	M²	2.308,16	R\$ 2,24	R\$ 2,77	R\$ 6.393,60	0,425%	157,12%
2.9	CP-009	CPU	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA ESTACA TIPO HÉLICE CONTÍNUA	UNO	1,00	R\$ 4.822,37	R\$ 5.962,38	R\$ 5.962,38	0,396%	157,51%
18.2	CP-009	CPU	DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTO PARA ESTACA TIPO HÉLICE CONTÍNUA	UNO	1,00	R\$ 4.822,37	R\$ 5.962,38	R\$ 5.962,38	0,396%	157,90%
17.8	CP-015	CPU	BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 11,5 X 0,70 m	UN	1,09	R\$ 4.527,20	R\$ 5.609,79	R\$ 5.609,79	0,373%	158,27%
4.3	92759	SINAPI	ARMADAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-40 DE 5,2 MM - MONTAGEM. AF. 06/2022	XO	292,10	R\$ 14,78	R\$ 18,57	R\$ 5.356,67	0,355%	158,62%
3.3	96534	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA BLOCO DE CORCAMENTO, EM MADEIRA SEREADA, 8-15 MM, 4 UTILIZAÇÕES, CONCRETO SIMPLES USUADO FOR-SOMPA, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M²	47,04	R\$ 900,8	R\$ 1.112,7	R\$ 5.241,07	0,348%	158,97%
3.2	11496	ORSE	CONCRETO SIMPLES USUADO FOR-SOMPA, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M²	80,2	R\$ 51,258	R\$ 63,575	R\$ 5.082,60	0,338%	159,30%
17.1	11496	ORSE	CONCRETO SIMPLES USUADO FOR-SOMPA, BOMBADO, LANÇADO E ADENSADO NA INFRAESTRUTURA	M²	86,9	R\$ 51,258	R\$ 63,575	R\$ 5.079,90	0,337%	159,63%
17.2	96534	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÓRMA PARA BLOCO DE CORCAMENTO, EM MADEIRA SEREADA, 8-15 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF. 06/2022	M²	48,40	R\$ 900,8	R\$ 1.112,7	R\$ 5.086,20	0,336%	159,96%
5.2	91445	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO PLAN, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL. AF. 07/2019	M²	95,50	R\$ 297,6	R\$ 491,6	R\$ 4.691,70	0,312%	160,27%
6.5	94279	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUAIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECIONADA EM CONCRETO PRE-FABRICADO, DIMENSÕES 35X15X15 CM (CONCRETO) E BASE INTERIOR E BASE SUPERIOR (X-ALTA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRACAS OU PASSARELAS. AF. 05/2016	M	70,70	R\$ 53,23	R\$ 65,81	R\$ 4.652,77	0,309%	160,58%
3.8	CP-008	CPU	MOBILIZAÇÃO UTILIZANDO CAMINHÃO TRONCADO	UNO	1,00	R\$ 3.720,92	R\$ 4.600,65	R\$ 4.600,65	0,306%	160,88%
18.1	CP-008	CPU	DESMONTAGEM UTILIZANDO CAMINHÃO TRONCADO	UNO	1,00	R\$ 3.720,92	R\$ 4.600,65	R\$ 4.600,65	0,306%	161,19%
17.10	CP-017	CPU	BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 270 X 2,56 m	UN	1,00	R\$ 3.423,18	R\$ 4.279,70	R\$ 4.279,70	0,298%	161,48%
9.30	101657	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF. 08/2020	UNO	5,09	R\$ 58,267	R\$ 720,41	R\$ 4.322,46	0,297%	161,78%
10.13	CP-004	CPU	CAIXA DE DERAL, SEMICIRCULAR DE PVC DIÂMETRO 150 MM, INCLUSIVE CABEÇEIRAS E MENDAS LOCAIS, SUPORTES E VEDAÇÕES, INCLUSIVE CONDUITO RES. INCLUSIVE TRANSPORTE VERTICAL	M	22,40	R\$ 151,80	R\$ 187,69	R\$ 4.204,26	0,279%	162,05%
11.2	80499	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃO. AF. 06/2014	M²	222,30	R\$ 15,09	R\$ 18,66	R\$ 4.148,12	0,276%	162,32%
2.11	BD-30155	SETOP	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO, DIMENSÃO (110X120X20)CM, LINHA PADRÃO, CONTEÚDO UPA (1) PLÁSTICO/RELEZADOR DE MÃO, INCLUSIVE MANUTENÇÃO E NOBILIZAÇÃO/DESMONTAGEM	MDS	4,00	R\$ 800,00	R\$ 998,12	R\$ 3.955,48	0,263%	162,58%
2.5	09182	ORSE	DEMOÇÃO DE CONCRETO COM MARTELETE E COMPRESSOR	M²	7,10	R\$ 44,598	R\$ 55,141	R\$ 3.915,01	0,260%	162,84%



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR



OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MEDIC, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORÇ. 03/2023 - SEMFRA 027 - SETOR 10/2022

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

BDI DIFERENCIAL: 15,59%

BDI: 25,64%

ENCARGOS SOCIAIS: HORISTA: 14,08% MEINHALISTA: 7,155%

CURVA ABC										
ITEM	CÓDIGO	FORTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO(C/DES) SEM BDI (R\$)	PREÇO COM BDI (R\$)	VALOR (R\$)	PERCENTUAL SIMPLES	PERCENTUAL ACUMULADO
6.2	101747	SINAPI	PISO EM CONCRETO 20 M PA REPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF 09/2020 (ACABAMENTO POLIDO)	M²	38,05	R\$ 859,9	R\$ 100,92	R\$ 5.805,76	0,255%	94,50%
11.4	102491	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRILICA APLICACAO MANUAL 2 DEM. JKS INCLUIDO FUNDO PREPARADOR AF 05/2021	M²	161,20	R\$ 185,2	R\$ 22,90	R\$ 3.691,48	0,145%	94,63%
12.4	96509	SINAPI	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA AF 05/2018	UNO	26,09	R\$ 109,26	R\$ 135,99	R\$ 3.512,31	0,223%	94,86%
6.6	94200	SINAPI	ASENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRE-FABRICADO, DIMENSÃO 30X15X10 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSAGIOS. AF 05/2016	M	40,26	R\$ 57,03	R\$ 70,51	R\$ 3.469,99	0,230%	95,09%
4.2	92422	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES P2-DIREITO SIMPLES EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, 6 UTILIZAÇÕES AF 09/2020	M²	38,86	R\$ 71,04	R\$ 87,93	R\$ 2.412,07	0,227%	95,32%
2.9	90459	SINAPI	TAPUME COM TELA METALICA AF 05/2019	M²	22,43	R\$ 122,29	R\$ 151,28	R\$ 2.946,06	0,222%	95,54%
13.3	96533	SINAPI	PODA EM ALTURA DE ARVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,20 M E MENOR QUE 0,49 M AF 05/2019	UN	9,00	R\$ 265,28	R\$ 332,72	R\$ 3.174,48	0,211%	95,75%
4.7	92763	SINAPI	ADIMENSIONAMENTO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 12,5 MM - MONTAGEM AF 06/2022	XO	235,20	R\$ 10,52	R\$ 13,01	R\$ 3.059,95	0,203%	95,96%
4.8	92764	SINAPI	ADIMENSIONAMENTO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 14,0 MM - MONTAGEM AF 06/2022	XO	235,80	R\$ 10,25	R\$ 12,57	R\$ 2.860,89	0,190%	96,15%
13.4	96532	SINAPI	PODA EM ALTURA DE ARVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M AF 05/2019	UN	21,00	R\$ 107,28	R\$ 132,64	R\$ 2.786,44	0,186%	96,33%
9.8	91871	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL PVC DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	M	171,70	R\$ 12,26	R\$ 15,16	R\$ 2.605,97	0,173%	96,50%
14.2	91280	SINAPI	ASENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRE-FABRICADO, DIMENSÃO 30X15X10 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA DELIMITAÇÃO DE JARDINS, PRAÇAS OU PASSAGIOS. AF 05/2016	M	36,00	R\$ 57,03	R\$ 70,51	R\$ 2.538,56	0,189%	96,67%
17.11	CP-018	CPU	BANCO REVESTIDO COM MADEIRA 1,70 x 1,20 m	UN	5,00	R\$ 919,40	R\$ 1.136,74	R\$ 2.273,40	0,151%	96,82%
6.4	94992	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM COMBUSTÍVEL MOLDOADO, FEITO EM ORLA ACABAMENTO CONVENCIONAL ESPESSURA 10 CM ARMADO AF 06/2022	M²	20,00	R\$ 82,18	R\$ 102,84	R\$ 2.056,80	0,137%	96,96%
2.2	31	ORSE	PLACA DE ORLA EM CHAPA AÇO GALVANIZADO, INSTALADA	M²	45,00	R\$ 358,87	R\$ 448,71	R\$ 1.996,70	0,133%	97,09%
12.5	CP-003	CPU	TUTEM TRIANGULAR EM ALVENARIA ESTRUTURAL GRAUTEADA, CONFORME PROJETO, DIMENSÕES 0,80 X 0,80 M, H= 4,00 M	UNO	1,00	R\$ 1.507,74	R\$ 1.864,17	R\$ 1.864,17	0,124%	97,22%
16.2	CP-002	CPU	TUTEM TRIANGULAR, CONFORME PROJETO, DIMENSÕES 0,80 X 0,80 X 0,80 M, H= 4,00 M	UN	1,00	R\$ 1.507,74	R\$ 1.864,17	R\$ 1.864,17	0,124%	97,34%
17.9	CP-016	CPU	MESA/CANTEIRO REVESTIDO COM MADEIRA 2,40 x 2,40 m	UN	1,00	R\$ 1.506,30	R\$ 1.862,38	R\$ 1.862,38	0,124%	97,46%
6.3	109946	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA OU SÃO CARLOS OU CURITIBANA, EM PLACAS AF 05/2022	M²	68,81	R\$ 21,64	R\$ 26,76	R\$ 1.841,56	0,122%	97,59%
16.1	102490	SINAPI	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CALIÇÃO), AF 05/2021	M	1.044,20	R\$ 1,42	R\$ 1,76	R\$ 1.837,81	0,122%	97,71%
9.6	91872	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL PVC DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	M	50,40	R\$ 16,03	R\$ 19,82	R\$ 1.831,37	0,122%	97,83%
2.6	95442	SINAPI	ARMADILHAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM AF 06/2017	XO	81,50	R\$ 17,87	R\$ 22,09	R\$ 1.809,34	0,120%	97,95%
17.5	96543	SINAPI	ARMADILHAÇÃO DE BLOCO, VIGA BALDRAME E SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM AF 06/2017	XO	80,00	R\$ 17,87	R\$ 22,09	R\$ 1.767,20	0,117%	98,07%
7.1	87890	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENCIA DE VÃO) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO.	M²	214,40	R\$ 65,5	R\$ 81,0	R\$ 1.737,20	0,116%	98,18%
9.41	91999	SINAPI	LUMINÁRIA TIPO SPOT, DE 20 WATT, COM 1 LÂMPADA FLUORESCENTE DE 15 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 02/2020	UNO	10,00	R\$ 13,860	R\$ 17,137	R\$ 1.718,70	0,114%	98,30%
16.9	CP-012	CPU	ENCOSTO EM MADEIRA PARA BANCO	UN	6,00	R\$ 212,50	R\$ 262,83	R\$ 1.576,98	0,105%	98,40%
9.9	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 169/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	M	331,70	R\$ 3,81	R\$ 4,71	R\$ 1.562,31	0,104%	98,51%
12.3	3321	ORSE	FORNECIMENTO E PLANTIO DE HERBÁCEAS ORNAMENTAIS (JASMIM MANGÁ)	UNO	80,0	R\$ 12,283	R\$ 16,428	R\$ 1.813,84	0,087%	98,59%
9.7	91873	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL PVC DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	M	47,50	R\$ 19,71	R\$ 24,37	R\$ 1.160,01	0,077%	98,67%
13.7	97914	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ONTATE 30 KM (UNIDADE: MÊS) AF 07/2020	M²xkm	399,22	R\$ 2,68	R\$ 3,31	R\$ 1.322,82	0,076%	98,74%
16.3	100732	SINAPI	PINTURA CONTÍNUA ACRILICA DE ACABAMENTO FULVIDENADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (CINZENTO PEROL) ENCUATADO EM OBRA (POR DEM. JKS) AF 01/2020 PE	M²	76,00	R\$ 10,33	R\$ 12,77	R\$ 996,06	0,066%	98,81%
10.11	1527	ORSE	TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL PONTA E BOLSA P/ ESGOTO PREDIAL D = 100 MM	M	19,85	R\$ 29,79	R\$ 49,26	R\$ 976,62	0,065%	98,88%
10.1	99160	SINAPI	CADA INTERIADA HIDRÁULICA RETANGULAR EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS 6,80X6,80 X 1 M PARA REDE DE DRENAGEM AF 12/2020	UNO	2,00	R\$ 391,66	R\$ 484,25	R\$ 968,50	0,064%	98,94%
9.22	13176	ORSE	LUMINÁRIA SUBTERRÂNEA LED 24W, 6800 K G- LIGHT OU SIMILAR	UNO	80,0	R\$ 9,641	R\$ 11,920	R\$ 953,60	0,063%	99,00%
15.5	103222	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 15X15 CM (ESPESSURA 5 CM) E ARGAMASSA DE ASENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA AF 12/2021	M²	64,0	R\$ 111,15	R\$ 137,42	R\$ 879,52	0,060%	99,06%
11.1	88415	SINAPI	APLICACAO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRILOICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS AF 06/2014	M²	222,80	R\$ 3,06	R\$ 3,77	R\$ 838,07	0,056%	99,12%
4.5	92761	SINAPI	ARMADILHAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM AF 06/2022	XO	39,20	R\$ 13,77	R\$ 17,03	R\$ 664,17	0,044%	99,16%
15.7	87792	SINAPI	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRACO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADA MANUALMENTE NAS PAREDES INTERNAS DA SACADA, ESPESSURA DE 25 MM, SEM USO DE TELA METÁLICA DE REFORÇO CONTRA FISSURACAO AF 06/2014	M²	16,90	R\$ 360,0	R\$ 445,1	R\$ 662,20	0,044%	99,21%
13.8	09093	ORSE	DESLACAMENTO DE POSTE DE CONCRETO ARMADO DUPLO T (OT) OU CIRCULAR DE 9 A 12M	M²	1,00	R\$ 48.480	R\$ 595,41	R\$ 599,41	0,040%	99,25%
10.2	04030	SEINFRA	CADA EM ALVENARIA TIPO LO FURADO, ESP. = 10cm (60x60x60cm), FUNDO DE CONCRETO EXCETO ESCANIAÇÃO E TAMPA	UNO	2,00	R\$ 20.123	R\$ 205,89	R\$ 571,78	0,038%	99,29%
10.12	1528	ORSE	TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL PONTA E BOLSA P/ ESGOTO PREDIAL D = 150 MM	M	61,8	R\$ 71,73	R\$ 86,65	R\$ 548,10	0,036%	99,32%
9.16	101875	SINAPI	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA EM CHAPA DE 750 GALVANIZADO, DE EMPUTR, COM BARRAMENTO TRIPOLAR, PARA 12 CILINDROS DE 100 L, 1000W, 220V E 120V AF 10/2020	UNO	1,00	R\$ 399,10	R\$ 492,45	R\$ 492,45	0,033%	99,35%
12.6	00026	ORSE	RECOLHEITA DE LIXO - COLETA E CARGA MANUAIS DE ENTULHO	M²	24,20	R\$ 16,20	R\$ 20,16	R\$ 489,33	0,032%	99,39%
12.2	7833	ORSE	FORNECIMENTO E PLANTIO	UNO	50,0	R\$ 7,799	R\$ 9,643	R\$ 482,15	0,032%	99,42%
9.33	01705	ORSE	CADA DE ALVENARIA DE TIPO MACIÇO (0,10M) DIMENSÕES INTERNA 30X30X30 CM REVESTIDA INTERIAMENTE COM ARGAMASSA 1:3 E TAMPA DE CONCRETO - R 1	UNO	3,00	R\$ 12.109	R\$ 149,72	R\$ 449,16	0,030%	99,45%
10.3	CI-436	SEINFRA	GRELHA DE FERRO P/ CALHAS E CADUAS	Página 2 de 4	2,00	R\$ 167,69	R\$ 207,70	R\$ 415,40	0,028%	99,47%





PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**



OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARIBOLDI MEDIC, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORDE 03/2023 - SEMFRA 027 - SETOP 10/2022

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

BDI DIFERENCIAL: 15,53%

BDI: 15,64%

ENCARGOS SOCIAIS: HORISTA: 114,08% MEHSALESTA: 71,55%

CURVA ABC											
ITEM	CÓDIGO	FORTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO(C/DES) SEM BDI (R\$)	PREÇO COM BDI (R\$)	VALOR (R\$)	PERCENTUAL SIMPLES	PERCENTUAL ACUMULADO	
164	80409	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUAS DEMÃOES AF 06/2014	M²	22,05	R\$ 15,09	R\$ 16,66	R\$ 411,45	0,027%	93,50%	
9.2	91937	SINAPI	CABLA OCTOGONAL 3" X 3" PVC INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UNO	36,00	R\$ 11,05	R\$ 13,66	R\$ 555,16	0,024%	93,53%	
2.7	99914	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VITA URBANA PAVIMENTADA, UNIT. AF 30 KM (UNIDADE: MEUKMO) AF 07/2020	M³xKm	99,40	R\$ 2,60	R\$ 3,31	R\$ 329,01	0,022%	93,55%	
15.1	CR-014	CFR	MESA DE CONCRETO 6,00x6,00x5	UN	3,60	R\$ 152,50	R\$ 163,82	R\$ 597,64	0,022%	93,57%	
10.10	1525	ORSE	TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL PONTA E BOLA P/ ESGOTO FREDIAL D = 50 MM	M	10,86	R\$ 24,01	R\$ 26,69	R\$ 322,43	0,021%	93,59%	
9.36	89125	SINAPI	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXAÇÃO	UNO	97,20	R\$ 2,65	R\$ 3,28	R\$ 518,16	0,021%	93,61%	
2.1	CR-002	PRÓPRIA	TAXAS E EMOLUMENTOS	UNO	1,00	R\$ 254,59	R\$ 314,78	R\$ 314,78	0,021%	93,63%	
10.5	104168	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO AF 06/2022	UNO	2,00	R\$ 113,58	R\$ 140,18	R\$ 280,36	0,019%	93,65%	
3.5	95546	SINAPI	ARMADAÇÃO E BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM AF 06/2017	XG	15,70	R\$ 14,02	R\$ 17,33	R\$ 272,08	0,018%	93,67%	
17.4	95546	SINAPI	ARMADAÇÃO E BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM AF 06/2017	XG	15,30	R\$ 14,02	R\$ 17,33	R\$ 265,15	0,018%	93,69%	
4.4	92760	SINAPI	ARMADAÇÃO DE PLAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM AF 06/2022	XG	12,70	R\$ 14,27	R\$ 17,77	R\$ 248,45	0,016%	93,70%	
10.8	104170	SINAPI	LUIVA SIMPLES, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 150 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO AF 06/2022	UNO	3,00	R\$ 65,53	R\$ 80,77	R\$ 242,31	0,016%	93,72%	
9.37	89126	SINAPI	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS TIPO D, COM 3/4" E CURVA DE FIXAÇÃO	UNO	76,20	R\$ 2,47	R\$ 3,05	R\$ 237,90	0,016%	93,74%	
9.1	91939	SINAPI	CABLA RETANGULAR 4" X 2" ALTA (2,00 M D.O. PISO), PVC INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UNO	7,00	R\$ 2,690	R\$ 3,202	R\$ 224,14	0,015%	93,75%	
9.18	3820	ORSE	RELE DE TEMPO TIPO 7P/06 240V	UNO	3,00	R\$ 88,21	R\$ 109,06	R\$ 218,12	0,014%	93,76%	
11.8	102498	SINAPI	PINTURA DE MÍDIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIACAO), AF 05/2021	M	119,90	R\$ 1,42	R\$ 1,76	R\$ 211,02	0,014%	93,78%	
2.4	4175	ORSE	LOCAÇÃO DE PRACAS COM PIQUETES DE MADEIRA	M²	243,51	R\$ 0,68	R\$ 0,84	R\$ 208,75	0,014%	93,79%	
13.2	98527	SINAPI	REMOÇÃO DE RAÍZES REMANESCENTES DE TRONCO DE ÁRVORE COM DIÂMETRO MAIOR OU IGUAL A 0,40 M E MENOR QUE 0,60 M AF 06/2019	UN	1,00	R\$ 162,49	R\$ 201,15	R\$ 201,15	0,013%	93,81%	
9.8	91894	SINAPI	LUIVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UNO	16,00	R\$ 8,28	R\$ 10,24	R\$ 163,84	0,011%	93,82%	
10.7	89594	SINAPI	LUIVA SIMPLES, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO AF 06/2022	UNO	6,00	R\$ 2,673	R\$ 3,381	R\$ 199,05	0,011%	93,83%	
9.36	89130	SINAPI	ABRACADEIRA EM AÇO PARA AMARRAÇÃO DE ELETRODUTOS TIPO D, COM 1 1/4" E CURVA DE FIXAÇÃO	UNO	28,00	R\$ 4,30	R\$ 5,32	R\$ 148,28	0,010%	93,84%	
17.15	96557	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM EMULSÃO ASFALTICA, 2 DEMÃOES AF 04/2018	M²	28,8	R\$ 41,82	R\$ 51,71	R\$ 148,92	0,010%	93,85%	
2.6	00026	ORSE	COLETA E CARGA MANUAIS DE ENTULHO	M³	7,10	R\$ 16,30	R\$ 20,15	R\$ 143,07	0,010%	93,86%	
9.34	99753	ORSE	TAMPA EM CHAPAMETÁLICA DE 1/8", INCLUSIVE TRATAMENTO E PINTURA EM ESMALTE OU ÓLEO - REV. 01	M²	0,27	R\$ 41,964	R\$ 51,894	R\$ 140,09	0,009%	93,87%	
9.39	9973	ORSE	ELETRODUTO EM FERRO GALVANIZADO PESADO SEM COSTURA 3/4" X 3M	UNO	1,00	R\$ 111,33	R\$ 137,65	R\$ 137,65	0,009%	93,88%	
9.3	91895	SINAPI	LUIVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL DN 32 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UNO	11,00	R\$ 9,82	R\$ 12,14	R\$ 133,54	0,009%	93,89%	
13.1	98524	SINAPI	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO ENTERRADO COM ENXADRA AF 06/2018	M²	40,20	R\$ 2,66	R\$ 3,29	R\$ 131,60	0,009%	93,89%	
17.13	07473	ORSE	PLANTA - PERNAVEIRA (BOUGAINVILLEA SPECTABILIS), FORNECIMENTO E PLANTIO	UN	3,00	R\$ 34,94	R\$ 43,20	R\$ 129,60	0,009%	93,90%	
15.8	87893	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERIAS, COM COLHER DE FERRÃO, ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL AF 06/2014	M²	14,90	R\$ 6,55	R\$ 8,10	R\$ 120,69	0,008%	93,91%	
17.14	02094	ORSE	FORNECIMENTO E ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL PREPARADA	M³	0,72	R\$ 10,547	R\$ 13,040	R\$ 93,89	0,006%	93,92%	
9.17	101832	SINAPI	RELE FOTO ELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 08/2020	UNO	2,00	R\$ 37,89	R\$ 46,85	R\$ 93,70	0,006%	93,92%	
10.17	89578	SINAPI	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM CONDUTORES VERTICAIS DE ÁGUAS PLUVIAIS AF 06/2022	M	2,40	R\$ 30,72	R\$ 37,98	R\$ 91,15	0,006%	93,93%	
4.10	03476	ORSE	ESCORAMENTO EM MADEIRA P/ EDIFICAÇÕES C/ VIGAS E LAJES MACIAS, 03 USOS	M²	4,44	R\$ 165,8	R\$ 205,60	R\$ 91,02	0,006%	93,93%	
9.4	91896	SINAPI	LUIVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL DN 40 MM (1 1/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UNO	6,00	R\$ 12,00	R\$ 14,84	R\$ 89,04	0,006%	93,94%	
10.4	89521	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO AF 06/2022	UNO	2,00	R\$ 2,667	R\$ 3,336	R\$ 87,96	0,006%	93,95%	
9.34	91890	SINAPI	PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM TORO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UNO	7,00	R\$ 10,10	R\$ 12,43	R\$ 87,43	0,006%	93,95%	
9.31	6902	ORSE	PARAFUSO PONTA CABEÇA PANELA 4,2 X 32MM, AUTOATAPRECHANTE	UNO	136,00	R\$ 0,62	R\$ 0,64	R\$ 89,64	0,005%	93,96%	
9.16	11434	ORSE	DISJUNTOR MONOPOLAR 1 A, PADRÃO DIN (Linha BRANCA), CURVADE DESARCO C, CORRENTE DE INTERRUPÇÃO 6KA, REF. SIEMENS S 2L1047 OU SIMILAR	UNO	1,00	R\$ 63,79	R\$ 78,87	R\$ 78,87	0,005%	93,96%	
10.9	89545	SINAPI	LUIVA SIMPLES, PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO AF 06/2022	UNO	4,00	R\$ 1,553	R\$ 1,920	R\$ 76,80	0,005%	93,97%	
10.14	89744	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO FREDIAL DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO AF 08/2022	UNO	5,00	R\$ 2,554	R\$ 3,158	R\$ 63,16	0,004%	93,97%	
3.4	95544	SINAPI	ARMADAÇÃO E BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM AF 06/2017	XG	26,0	R\$ 16,79	R\$ 20,76	R\$ 53,99	0,004%	93,98%	
17.3	95544	SINAPI	ARMADAÇÃO E BLOCO, VIGA BALDRAME OU SAPATA UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 6,3 MM - MONTAGEM AF 06/2017	XG	25,5	R\$ 16,79	R\$ 20,76	R\$ 52,94	0,004%	93,98%	
17.17	100722	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) APLICADA A ROLO OU PINCELO SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DENLÃO) AF 01/2020	M²	1,64	R\$ 2,556	R\$ 3,189	R\$ 45,74	0,003%	93,98%	
10.6	89525	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO AF 06/2022	UNO	1,00	R\$ 2,460	R\$ 3,078	R\$ 42,78	0,003%	93,98%	
10.15	89778	SINAPI	LUIVA SIMPLES, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO FREDIAL DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO AF 08/2022	UNO	2,00	R\$ 1,538	R\$ 1,902	R\$ 38,04	0,003%	93,99%	
9.12	91953	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	UNO	1,00	R\$ 2,560	R\$ 3,165	R\$ 31,65	0,002%	93,99%	
9.14	93626	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 10/2020	UNO	2,00	R\$ 11,75	R\$ 14,53	R\$ 29,06	0,002%	93,99%	
9.38	12295	SINAPI	ESQUELETO DE SQUELETTE BASE E27, PARA LÂMPADAS	UNO	8,00	R\$ 2,69	R\$ 3,33	R\$ 26,64	0,002%	93,99%	
10.16	89714	SINAPI	TUBO PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO FREDIAL DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO AF 08/2022	M	0,60	R\$ 39,43	R\$ 41,83	R\$ 21,80	0,002%	93,99%	



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MEDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - O RDE 03/2023 - SEMFRA 007 - SETOP 10/2022

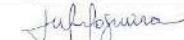
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

RDI DIFERENCIAL DO: 15,53%

RDI: 15,64%

ENCARGOS SOCIAIS: HORISTA: 114,08%; MEHSALESTA: 71,55%



CURVA ABC										
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO(C/DES) SEM RDI (R\$)	PREÇO COM RDI (R\$)	VALOR (R\$)	PERCENTUAL SIMPLES	PERCENTUAL ACUMULADO
9.10	91928	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO 4 MM² ANTI-CHAMA 660/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF 12/2016	M	2,60	R\$ 5,85	R\$ 7,23	R\$ 18,80	0,001%	100,00%
9.27	4876	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ÁREA 36	UNO	180,00	R\$ 0,10	R\$ 0,12	R\$ 16,60	0,001%	100,00%
9.29	00704	ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BUCHA DE NYLON 610 (REF. VL - 1,80 VALENMAN OU SIMILAR)	UNO	3,00	R\$ 3,85	R\$ 4,76	R\$ 14,28	0,001%	100,00%
9.13	9517	ORSE	PLACA 4"x2" COM FURO	UNO	3,00	R\$ 5,17	R\$ 6,39	R\$ 12,70	0,001%	100,00%
9.82	11098	SINAPI	PARAFUSO ROSCA SOBREBA ZINCADO CABEÇA CHATA FENDA SIMPLES 3,5 X 25 MM (1")	UNO	78,00	R\$ 0,09	R\$ 0,11	R\$ 8,58	0,001%	100,00%
9.26	11945	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ÁREA 34	UNO	78,00	R\$ 0,06	R\$ 0,07	R\$ 5,46	0,000%	100,00%
9.23	9924	ORSE	BUCHA COM ARRUELA EM LIGA ESPECIAL TAMAR F/ELETRÓDUTO 20MM D=1/4"	UNO	1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,24	R\$ 2,40	0,000%	100,00%
9.25	12538	ORSE	ARRUELA DE PRESSÃO 1/4"	UNO	4,00	R\$ 0,42	R\$ 0,52	R\$ 2,08	0,000%	100,00%
9.30	4356	SINAPI	PARAFUSO DE AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBREBA, CABEÇA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 45 MM	UNO	4,00	R\$ 0,29	R\$ 0,36	R\$ 1,44	0,000%	100,00%
9.28	4376	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ÁREA 36	UNO	5,00	R\$ 0,19	R\$ 0,23	R\$ 1,30	0,000%	100,00%
								R\$ 1.565.146,32		
										

## CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO





PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR



OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV GARRASTAZU MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR- MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023  
BDI DIFERENCIADO: 15,93%  
BDI: 23,64% / ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,08%, MENSALISTA: 71,35%

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO						
ITEM	SERVIÇO	TOTAL(%) R\$	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$ 97.476,80 6,48%	R\$ 24.369,20 25,00%	R\$ 24.369,20 25,00%	R\$ 24.369,20 25,00%	R\$ 24.369,20 25,00%
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 40.025,01 2,66%	R\$ 40.025,01 100,00%			
3	FUNDAÇÃO	R\$ 96.045,61 6,38%	R\$ 76.836,49 80,00%	R\$ 19.209,12 20,00%		
4	SUPERESTRUTURA	R\$ 68.956,42 4,58%		R\$ 68.956,42 100,00%		
5	COBERTURA	R\$ 14.977,27 1,00%		R\$ 4.493,18 30,00%	R\$ 10.484,09 70,00%	
6	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 26.327,88 1,75%		R\$ 13.163,94 50,00%	R\$ 13.163,94 50,00%	
7	REVESTIMENTOS	R\$ 11.283,79 0,75%			R\$ 11.283,79 100,00%	
8	DECK/PLATAFORMA/ PASSARELA EM MADEIRA	R\$ 545.404,80 36,24%	R\$ 54.540,48 10,00%	R\$ 272.702,40 50,00%	R\$ 218.161,92 40,00%	
9	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 78.439,91 5,21%			R\$ 62.751,93 80,00%	R\$ 15.687,98 20,00%
10	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	R\$ 9.113,50 0,61%	R\$ 2.734,05 30,00%	R\$ 6.379,45 70,00%		
11	PINTURA	R\$ 8.888,69 0,59%				R\$ 8.888,69 100,00%
12	URBANIZAÇÃO	R\$ 13.665,94 0,91%				R\$ 13.665,94 100,00%
13	DEMOLIÇÃO E LIMPEZA	R\$ 21.202,10 1,41%	R\$ 21.202,10 100,00%			
14	PAVIMENTAÇÃO	R\$ 130.042,76 8,64%		R\$ 91.079,93 70,00%	R\$ 39.012,83 30,00%	
15	URBANIZAÇÃO	R\$ 61.104,52 4,06%			R\$ 18.331,36 30,00%	R\$ 42.773,16 70,00%
16	PINTURA	R\$ 63.567,05 4,22%				R\$ 63.567,05 100,00%
17	DECK ELEVADO DE MADEIRA	R\$ 201.667,74 13,40%		R\$ 100.833,87 50,00%		
18	SERVIÇOS FINAIS	R\$ 16.956,53 1,13%			R\$ 16.956,53 100,00%	
	VALOR SIMPLES	R\$ 1.505.146,32 100,00%	R\$ 219.707,33 14,60%	R\$ 601.137,52 39,94%	R\$ 498.392,92 33,11%	R\$ 185.908,56 12,35%
	PERCENTUAL SIMPLES					
	VALOR ACUMULADO		R\$ 219.707,33 14,60%	R\$ 820.844,84 54,54%	R\$ 1.319.237,76 87,65%	R\$ 1.505.146,32 100,00%
	PERCENTUAL ACUMULADO					

Jussara Martins Gonçalves  
CAB: AB5553-4

## COTAÇÃO



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR- MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023



PREFEITURA  
SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR

COTAÇÕES

CT - 01	RAMPA DE ACESSO, PIER FLUTUANTE E VERDUGOS NAUTICOS		
ITEM	EMPRESAS	UND.	PREÇO UNIT
1.0	BATE VENTO E. A. LTDA	UN	R\$ 290.633,36
2.0	MPA ENGENHARIA LTDA	UN	R\$ 363.086,24
3.0	MF ENGENHARIA	UN	R\$ 385.212,15
			R\$ 346.310,58



À  
Deurb Consultoria Eireli  
CNPJ 30.143.812/0001-57  
Av Coronel Colares Moreira, Nº12, Quadra 121 Lote 11 A13 Loja 4  
Baixo Jardim Renascença  
CEP 65.075-441 São Luís MA

Assunto: Proposta pier flutuante BV

Prezados Srs.;

Segundo fomos solicitados apresentamos proposta de plataforma flutuante de projeto de apoio turístico para uma área localizada na Av Garrastazu Medice, no município de São José do Ribamar MA, conforme planos anexos. A proposta se compõe de uma rampa (item 1), um pier flutuante (item 2) e defensas verdugos opcionais (item3), conforme descrição abaixo.

1- Passarela (rampa). Em treliça de alumínio #6101 perfis tubo quadrado 2" por 3/16", com 12 metros de comprimento por 1,00 metro de largura e 1,0 m de altura, com rodízios modelo # RPO 614 TRANSALL na extremidade sobre o flutuante, a chapa de fixação 1/2" chumbada no cais com pino 1/2" para fixação, pintura em primer epóxi, acabamento em PU, piso de madeira ou composite antiderrapante, aparafusado com inox, com tratamento epóxi e pintura acabamento verniz PU proteção UV. (Detalhamento em anexo).

Valor R\$ 98.234,00 (preço unitário posto em São Luís - MA)

2. Pier Flutuante. Pier comprimento total de deck 13,0 m, largura de 2,75 m, com 35m2 de área, altura de 0,95 m, caldo de 0,20 m, peso 3100 kg, capacidade líquida de carga 8000 kg ou 70 pessoas. Construído sobre dois flutuadores de fibra de vidro com 12,0m de comprimento X 0,75, de boca X 0,80 pontal, sete anteparas em composite de 1,62 m em 1,62 metros, quatro compartimentos estanque, acabamento em gel coat paredes, parde de 5,5 mm de espessura. Ligações de flutuadores com sete vigas alumínio naval de 3,00 m por 160 mm X 55 mm X 3,6 mm espessura, aparafusados com parafusos inox 1/2", revestimento de piso em madeira sintética, alveolar antiderrapante, ou composite fibra de vidro com piso antiderrapante com proteção UV. Dispõe de seis cunhos ou cabeços de amarração inox 316 em cada lateral, resistência de 24 kn para ruptura por cabeça, medindo 315 mm e ferragens U em inox de 3/8" com pinos de 5/8" para fixação de polias cruzadas.

Valor R\$ 167.921,16 (preço unitário posto em São Luís)

3- Verdugos de borracha (opcional): Verdugos em D 100 X 100 mm X 1000 mm. Quantidade doze peças, seis em cada bordo, em intervalos de um em um metro, fixados em cantoneiras de alumínio abas iguais 2" X 2" por 1/8.

Valor R\$ 24.478,20

Bate Vento Embarcações Artesanais Ltda.  
Av. dos Portugueses 317N, Anexo Módulo 21 Marítimo, Itaquaquecetuba-SP-03305-900 Tel. 99991941960  
CNPJ: 35.389.653/0002-26 Ins. Est.: 12.112.357-0

*Jufefoguira*



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**



**Garanta do produto (conjunto 3 itens):** 12 meses, a especificados em contrato.

**Prazo de entrega:** 90 dias a partir da contratação (alguns fornecedores solicitam confirmação prévia).

**Forma de Pagamento:** 50% antecipado na contratação e 50% no boleto para 30 dias, a partir da emissão da NF.

**Validade da proposta:** 60 dias

**Valor total da proposta:** R\$ 290.633,36. (Preço posto em São Luís Ma)

Atenciosamente,

**Diretor**  
Bate Vento E. A. Ltda  
CNPJ 55.189.653/0002-26



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**



PROPOSTA / CONTRATO		Nº 22 / 23 - P
DATA:	14/03/2023	
CONTATO:	Marcos Tavares (98) 98888 - 8779	

CLIENTE: DEURB CONSULTORIA CIRELI  
END: Av. Celso Moreira N. 12 Quadra 121 Lote 11 A13 Loja 4 - Bairro Jardim Renaissance - São Luís - MA  
OBRA: Plataforma Flutuante - Projeto de Apoio Turístico  
SERVIÇO: Plataforma Flutuante - Rampa / Pier / Vertigues  
FONE: 98 98800 - 8208  
CNPJ / CPF: 30.143.912 / 0001 - 57

AR. S(s):  
INSC. E-ST.:

Conforme Vossa Solicitação, estamos apresentando nosso preço em melhores condições para fornecimento e instalação de Plataforma Flutuante, conforme projeto e especificações fornecidos, destinado as instalações de Projeto de Apoio Turístico para uma área localizada na Av. Getúlio Vargas Média, no município de São José de Ribamar - MA

Item	Descrição	Unid	Quant	Valor	Total
001	Rampa em treliça de alumínio 6061 perfilado quadrado 2" por 2", com 12 metros de comprimento por 3,00 metro de largura e 1,0 m de altura, com rodízio modelo P 200 R5 (20x50x50) no eixo central sobre a flutuante, e chape de fixação "N" chumbada no eixo com pino "N" para fixação, pintura em primer epóxi, acabamento em PU, piso de madeira ou o m p o l i t e a n t i d e r r a p e n t e, aparafusado com inox, com tratamento epóxi e pintura, acabamento com PU proteção UV. (Detalhamento em anexo).	und	1,00	116.434,80	116.434,80
002	Pier flutuante com comprimento total de 13,0 m, largura de 2,75 m, com 33,75m2 de área, altura de 0,05 m, eixo de 0,10 m, peso 3100 kg; regradado líquido de carga 8000 kg ou 10 pessoas. Construído sobre dois flutuadores de fibra de vidro com 12,0m de comprimento X 0,75 de boca X 0,80 pontal. Sete ancas em composto de 1,62 m em 1,62 metros, quatro compartimentos laterais, isolamento em gel coat perimetral, parede de 5,5 mm de espessura. Ligações de flutuadores com eixo rígido, alumínio naval de 3,00 m por 150 mm X 55 mm X 3,8 mm espessura, aparafusados com parafuso inox "N", revestimento de piso em madeira sintética, elevador antiderrapante, no dampante fibra de vidro com piso antiderrapante com proteção UV. Dispostos de seis curvas ou cabeços de amarração inox 316 em cada lateral, resistência de 24 kn para ruptura por corte, medindo 315 mm e furação 11 em inox de 1/8" com peso de 500" para fixação de pino cruzado.	m2	36,00	6.132,28	214.820,80
003	Vertigues confeccionados com ferro de alta resistência em Ø 100 X 100 mm X 2000 mm. Quantidade de seis peças, uma em cada bordo, em intervalos de um em um metro, fixados em cantoneiras de alumínio 40x40 2" X 2" por 5/8".	und	12,00	2.068,47	32.021,04
<b>TOTAL DE PREÇOS PARA SERVIÇOS E MATERIAIS E INSTALAÇÃO</b>				<b>R\$</b>	<b>363.276,64</b>

<b>RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE (Cliente)</b> Fornecer água e energia elétrica no local dos serviços; Fornecer depósito para guarda de materiais, ferramentas e equipamentos;
<b>RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA (MPA)</b> Fornecer Mão-de-obra qualificada, devidamente uniformizada, com cursos atualizados das NRs, EPI's e EPC's conforme a necessidade do serviço; Transportar os resíduos sólidos (entulhos) gerados pela contratada (2 caminhões); Fornecer transporte dos funcionários da MPA durante todo o período de execução dos serviços; Transportar ferramentas e equipamentos necessários ao local da obra e vice-versa.

**FORMA DE PAGTO:** Adiantamento de 50%  
Restante na entrega após vistoria do material pela contratada no nosso canteiro, antes do transporte ao local de instalação.  
**INÍCIO:** 5 dias após sinal de adiantamento 50% e Ordem de Serviço.  
**PRAZO DE EXECUÇÃO:** 120 (cento e vinte) dias  
**VALIDADE DA PROPOSTA:** 60 (sessenta) DIAS

MPA Engenharia Ltda.  
CNPJ: 30.143.912/0001-57

Concordo com as condições da proposta e forma de pagamento, e autorizo o início dos serviços.  
São Luís (MA), / / 2023





PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**



SÃO LUIS (MA), 17 DE MARÇO DE 2023.

À DEURB CONSULTORIA EIRELI

PROPOSTA: RAMPA DE ACESSO, PIER FLUTUANTE E VERDUGOS NÁUTICOS

Conforme contato que tivemos com V.Sa. estamos encaminhando nossa proposta de preços e condições.

Ref.: Fornecimento e instalação de uma Plataforma Flutuante, rampa de acesso e verdugos náuticos conforme projeto e especificações fornecidos. A obra será destinada ao projeto de apoio turístico localizada na Av. Garrastazu Médici, no município de São José do Ribamar-MA.

**PROPOSTA:**

♦ Rampa com 12 metros de comprimento por 1,00 metro de largura e 1,0 m de altura, em treliça de alumínio #6101 perfis tubo quadrado 2" por 3/16", com rodízios modelo # RPD 614 TRANSALL na extremidade sobre o flutuante, chapa de fixação 1/2" chumbada no cais com pino 3/4" para fixação, pintura em primer epóxi, acabamento em PU, guarda-corpo e corrimão em tubo ferro galvanizado com barras de 1/4" verticais e 1" barras horizontais, piso de madeira ou composite antiderrapante, parafuso em inox tratados com epóxi e pintura acabamento verniz PU proteção UV.

R\$120.434,20

♦ Pier flutuante (largura de 2,70 m, comprimento de 12,80 m, altura de 0,95 m, caldo de 0,20 m, peso 3100 kg) com capacidade de carga 8000 kg ou 70 pessoas. Construído sobre dois flutuadores de fibra de vidro com 12,0m de comprimento X 0,75, de boca X 0,80 pontal. Sete anteparas em materiais compósitos de 1,60 m em 1,60 metros, quatro compartimentos estanque, acabamento em gel coat

CNPJ 36.552.712/0001-43  
08 961168-864060 55643-0132  
contato@nri-engenharia.com



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**



**ENGENHARIA**  
PROJETOS • CONSTRUÇÃO • REFORMAS

paredes. Ligações de flutuadores com sete vigas alumínio naval de 3000 mm por 160 mm X 55 mm X 3,6 mm espessura, aparafusados com parafusos inox 1/2". Dispõe de seis cunhos ou cabeços de amarração inox 316 em cada lateral, resistência de 24 KN para ruptura por cabeça, de 315 mm e ferragens U em inox de 3/8" com pinos de 5/8. Piso em madeira sintética, alveolar antiderrapante.  
R\$230.565,80


- ◆ Verdugos náuticos confeccionados com borracha em alta resistência de Ø 100 X 100 mm X 1000 mm - 12 unidades de 2" X 2" por 1/8.  
R\$34.212,15

Totalizando um valor de: R\$ 385.212,15 (trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e doze reais e quinze centavos)

**Condições gerais:**

- ◆ Garantia do produto : 24 meses, sem defeitos de fabricação.
- ◆ Prazo de entrega: 120 dias a partir da emissão da ordem de compras/assinatura de contrato/adiantamento.
- ◆ Forma de Pagamento: adiantamento de 50% saldo na entrega após vistoria do material pelo contratado no nosso canteiro, antes do transporte ao local de instalação.
  - ◆ 15% no aceite da proposta para mobilização;
  - ◆ 50% no início da execução;
  - ◆ 35% na entrega.
- ◆ Validade da proposta: 60 dias

ATENCIOSAMENTE,

  
Leonardo Araújo Martins  
Diretor técnico e de obras.

CNPJ 06.652.710/0001-43  
08/98189-4355/001 80942-0122  
contato@nl-engenharia.com

PLANILHA BDI



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZÚ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR- MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,08%, MENSALISTA: 71,35%



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

**COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE BDI (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS)**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
1	Administração Central - AC	4,00%
2	Seguro - S	0,40%
3	Garantia - G	0,40%
4	Risco - R	0,97%
5	Despesas Financeiras - DF	0,59%
6	Lucro Bruto - L	6,16%
7	Tributos - I	8,65%
7.1	PIS	0,65%
7.2	COFINS	3,00%
7.3	ISSQN	5,00%
7.4	CPRB	

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{1 - I} - 1$$

<b>BDI (%)</b>	<b>23,64%</b>
----------------	---------------

  
Jussara Martins Nogueira - CAU: A85353-4

PLANILHA BDI DIFERENCIADO





PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA

ENDEREÇO: AV. GARRASTAZÚ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR- MA

REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022

DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023

BDI DIFERENCIADO: 15,93%

BDI: 23,64%



**BDI DIFERENCIADO PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E  
EQUIPAMENTOS**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	%
1	Administração Central - AC	4,05%
2	Seguro - S	0,26%
3	Garantia - G	0,22%
4	Risco - R	0,85%
5	Despesas Financeiras - DF	0,85%
6	Lucro Bruto - L	5,11%
7	Tributos - I	3,65%
7.1	PIS	0,65%
7.2	COFINS	3,00%
7.3	ISSQN	0,00%
7.4	CPRB	
BDI (%)		15,93%

  
Jussara Martins Nogueira - CAU: A85353-4

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA  
ENDEREÇO: AV. GARRASTAZU MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA  
REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022  
DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023  
BDI DIFERENCIADO: 15,93%  
BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,08% MENSALISTA: 71,35%



PREFEITURA  
**SÃO JOSÉ DE  
RIBAMAR**

PDF 23,64%

ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 11,06% MENSALISTA: 47,135%

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA  
VIGÊNCIA A PARTIR DE 12/2022 (PUBLICADO EM 02/2023)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20%	20%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	TOTAL	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,88%	Não incide	17,88%	Não incide
B2	Feriados	3,95%	Não incide	3,95%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,87%	0,66%	0,87%	0,66%
B4	13º Salário	10,96%	8,33%	10,96%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Falta Justificadas	0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,50%	Não incide	1,50%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	11,11%	8,45%	11,11%	8,45%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	TOTAL	47,22%	18,16%	47,22%	18,16%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,55%	3,46%	4,55%	3,46%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	3,15%	2,40%	3,15%	2,40%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,61%	1,99%	2,61%	1,99%
C5	Indenização Adicional	0,38%	0,29%	0,38%	0,29%
C	TOTAL	10,80%	8,22%	10,80%	8,22%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,41%	3,23%	17,85%	6,86%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e	0,38%	0,29%	0,41%	0,31%
	Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado				
D	TOTAL	8,79%	3,52%	18,26%	7,17%
TOTAL (A+B+C+D)		84,61%	47,70%	114,08%	71,35%

Infografia

*Julio Junior*

## ANEXO XII DO EDITAL

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

**Unidade Requisitante**

Secretaria Municipal de Obras, habitação, Serviços Públicos e Urbanismo.

**Alinhamento com o Planejamento Anual de Contratação**

A necessidade da contratação referente ao objeto do presente estudo está alinhada ao Planejamento anual da Secretaria, bem como ao PPA, à LDO e LOA.

**Equipe de Planejamento**

Roberto Murad Mouchrek – Secretário da SEMOSP/São José de Ribamar-MA

Marcos Sergio Souza Borges Junior – Secretário Adjunto da SEMOSP/São José de Ribamar-MA.

**Problema Resumido**

A falta de infraestrutura viária e urbanística adequada para moradores, turistas, pescadores e fabricantes artesanais de embarcações no bairro da campina, acaba gerando uma migração populacional para outros bairros e/ou Municípios, tal fator gera uma redução no interesse por frequentar, residir e comercializar na região. Ainda, tal migração populacional resulta em um bairro com menos circulação de pessoas e suscetível a ação de vândalos nas residências existentes. Tal problema evidencia a necessidade de aplicação de investimentos públicos.

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.

**DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A falta de infraestrutura viária e urbanística adequada, caracterizada pela presença de

vandalismo nas praças e irregularidades nas vias, tem impactado negativamente no cotidiano da população local, contribuindo para a migração populacional para outros bairros e municípios. Além disso, a deficiência na manutenção das vias e logradouros públicos pode acarretar em danos para quem circula na região.

A execução de serviços de melhoria viária e urbanística se mostra como uma solução pontual e eficaz para mitigar os problemas relacionados à necessidade do bairro, uma vez que visa corrigir os danos existentes nas vias e logradouros de forma rápida e econômica. Esta medida irá proporcionar melhores condições, reduzir o risco de acidentes e garantir a segurança e conforto dos usuários.

Além disso, a realização dos serviços na região contribuirá para a valorização imobiliária do bairro da Campina, estimulando o desenvolvimento econômico e social da localidade. A melhoria na infraestrutura viária e urbanística também irá favorecer a integração e a acessibilidade dos moradores, turistas e trabalhadores locais, facilitando o deslocamento até os pontos de interesse e promovendo a interação entre os diversos segmentos da comunidade.

Portanto, a escolha pela execução de melhorias viárias e urbanísticas como solução para a falta de infraestrutura viária e urbanística no bairro da Campina se mostra como uma alternativa viável e estratégica para atender às demandas da população e promover o desenvolvimento sustentável da região, garantindo assim a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da comunidade local.



#### REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da futura contratação devem garantir a melhoria da infraestrutura viária e urbanística da região da Campina, com o objetivo de solucionar os problemas de migração populacional e falta de segurança para os transeuntes.

Os requisitos mínimos de qualidade incluem:

- 1. Infraestrutura:** A solução encontrada deve garantir uma infraestrutura adequada para a região, desde a qualidade do pavimento até a sinalização viária.
- 2. Urbanismo:** A solução encontrada deve garantir uma infraestrutura urbanística adequada para a região, desde a qualidade dos logradouros públicos, até a instalação de materiais de qualidade.
- 4. Suporte técnico:** A empresa contratada deve oferecer suporte técnico quando necessário, a fim de solucionar eventuais problemas relacionados a execução dos serviços.



**5. Preços competitivos:** A solução contratada deve apresentar preços competitivos em relação ao mercado, proporcionando uma relação custo-benefício favorável para a administração pública, de modo a ser levado em consideração os preços orçados na Tabela SINAPI, ora anexa.

**6. Qualificação da equipe técnica:** Deve haver equipe comprovadamente técnica e qualificada, que seja experiente para garantir a eficiência e segurança esperadas, nas atividades realizadas.

**7. Cumprimento das normas de segurança e legislação trabalhista:** Deve haver o rígido cumprimento de todas as normas de segurança e legislação trabalhista vigentes, garantindo um ambiente de trabalho seguro e adequado, sem comprometimento à demanda solicitada.

Esses requisitos são essenciais para garantir que a contratação atenda plenamente à necessidade da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo e não permita a seleção de uma solução que não cumpra os objetivos propostos.



## **SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO**

Existem várias possíveis soluções para resolver o problema da região. Abaixo está uma lista das principais soluções, junto às suas vantagens e desvantagens:

### **1) Execução de Tapa Buracos na Região**

- **Vantagens:** facilidade de acesso a execução dos serviços; possibilidade de negociação de contratos de longo prazo; suporte rápido em caso de emergências ou paralisações.
- **Desvantagens:** possibilidade de dependência de um único fornecedor; risco de aumento de manifestações patológicas a longo prazo; não resolução do problema de águas servidas na região, aumento nas contas públicas com recurso municipal.

### **2) Aumento das rondas de Segurança Pública:**

- **Vantagens:** facilidade de acesso a execução dos serviços; possibilidade de negociação de contratos de longo prazo; suporte rápido em caso de emergências ou paralisações.
- **Desvantagens:** desbalanceamento das rondas em outros bairros do Município, aumento da demanda orçamentária para a Secretaria responsável, possibilidade da taxa de criminalidade em outros pontos do Município.

### **3) Contratação de empresa de engenharia para adequação viária e urbanística:**

- **Vantagens:** Expertise na execução dos serviços; possibilidade de negociação de contratos; suporte rápido em caso de emergências ou paralisações.
- **Desvantagens:** Possibilidade de aditivos no contrato.

Essas são apenas algumas possíveis soluções para o problema da falta de infraestrutura viária e urbanística na região. É importante considerar as especificidades da Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo, como orçamento disponível, outras demandas, questões ambientais, ao escolher a melhor solução para resolver esse problema.



## **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

A falta de infraestrutura viária e urbanística adequada para moradores, turistas, pescadores e fabricantes artesanais de embarcações no bairro da campina, acaba gerando uma migração populacional para outros bairros e/ou Municípios, tal fator gera uma redução no interesse por frequentar, residir e comercializar na região.

Dessa forma, a solução escolhida para sanar esse problema específico é a contratação de uma empresa que execute todos os serviços de engenharia viária e urbanística necessários para a resolução dos pontos indicados, considerando a previsibilidade de investimentos financeiros oriundos do Governo Federal. Essa alternativa se mostra tecnicamente e economicamente justificável, uma vez que apresenta diversas vantagens relevantes.

Do ponto de vista técnico, a contratação de uma empresa de engenharia com expertise na execução de projetos de infraestrutura viária e urbanística permiti a redução dos riscos de execução de uma obra, minimizando o risco de interrupção dos serviços públicos oferecidos pela administração municipal.

Outro aspecto relevante é a otimização das atividades de logística envolvidas na gestão. Ao contar com uma empresa, a Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo não precisará se preocupar com questões como estoque, transporte e armazenamento de insumos. A empresa contratada se encarregará de toda a logística, garantindo a disponibilidade de insumos nos momentos necessários.



Em termos econômicos, a contratação de uma empresa pode trazer redução de custos para a Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo. A possibilidade de realizar uma licitação para selecionar a empresa mais vantajosa, ainda permitirá buscar preços competitivos e condições de pagamento mais favoráveis. Além disso, ao ter acesso a um amplo mercado de fornecedores, existe a oportunidade de negociar melhores preços e obter descontos volumétricos, gerando economia significativa para os cofres públicos.

Diante dessas considerações técnicas e operacionais, fica evidente que a contratação de uma empresa com expertise é a solução mais adequada para a problemática enfrentada pela Secretaria Municipal de Obras, Habitação, Serviços Públicos e Urbanismo.

Todos esses aspectos contribuem para a melhoria dos serviços públicos prestados pela SEMOSP e para a eficiência em suas atividades, atendendo às necessidades da população de forma adequada.



## QUANTITATIVOS E VALORES

<p>OBJETO: ÁREA DE APOIO TURÍSTICO - CAMPINA          ENDEREÇO: AV. GARRASTAZÚ MÉDICE, SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA          REFERÊNCIA: SINAPI 12/2022 - ORSE 03/2023 - SEINFRA 027 - SETOP 10/2022          DATA DE ELABORAÇÃO: ABRIL/2023          BDI DIFERENCIADO: 15,93%          BDI: 23,64% ENCARGOS SOCIAIS HORISTA: 114,09%, MENSALISTA: 71,35%</p>			
<p>DeUrb   <b>PREFEITURA SÃO JOSÉ DE RIBAMAR</b></p>			
RESUMO DO ORÇAMENTO			
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	R\$	97.476,80 6,48%
2	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$	40.025,01 2,66%
	ÁREA APOIO TURÍSTICO - DECK - PLATAFORMA FLUTUANTE		
3	FUNDAÇÃO	R\$	96.045,61 6,38%
4	SUPERESTRUTURA	R\$	68.956,42 4,58%
5	COBERTURA	R\$	14.977,27 1,00%
6	PAVIMENTAÇÃO	R\$	26.327,88 1,75%
7	REVESTIMENTOS	R\$	11.283,79 0,75%
8	DECK/PLATAFORMA/ PASSARELA EM MADEIRA	R\$	545.404,80 36,24%
9	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$	78.439,91 5,21%
10	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	R\$	9.113,50 0,61%
11	PINTURA	R\$	8.888,69 0,59%
12	URBANIZAÇÃO	R\$	13.663,94 0,91%
	ÁREA PRAÇA		
13	DEMOLIÇÃO E LIMPEZA	R\$	21.202,10 1,41%
14	PAVIMENTAÇÃO	R\$	130.042,76 8,64%
15	URBANIZAÇÃO	R\$	61.104,52 4,06%
16	PINTURA	R\$	63.567,05 4,22%
17	DECK ELEVADO DE MADEIRA	R\$	201.667,74 13,40%
18	SERVIÇOS FINAIS	R\$	16.956,53 1,13%
VALOR DO ORÇAMENTO S/ BDI:		R\$	-
BDI:		R\$	1.503.146,32
VALOR DO ORÇAMENTO C/BDI:		R\$	1.503.146,32 100,00%
<p>Importa o presente orçamento em:          UM MILHÃO, QUINHENTOS E CINCO MIL, CENTO E QUARENTA E SEIS REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS</p>			

A respeito dos valores estimados, a pesquisa destes poderá levar em consideração os preços indicados nas bases orçamentária legais para a elaboração do processo licitatório.



## PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O parcelamento de objeto é a análise relativa à divisão do objeto licitado em itens ou lotes sempre que isso incorrer em potencial aumento da competitividade sem afetar negativamente os aspectos técnicos, com economia de escala preservada. Assim, o parcelamento será necessário quando houver viabilidade técnica ou quando não houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido. Contudo, levando-se em consideração este objeto, no fato de ser em único lote e uma única licitação e única adjudicação, para esta demanda opta-se pelo não parcelamento da contratação.



## RESULTADOS PRETENDIDOS

Como é evidente, pela demanda estabelecida espera-se que o resultado seja a melhoria da região no que tange os aspectos de infraestrutura viária e urbanística de modo que seja dada a devida continuidade às atividades da Prefeitura Municipal de São José de Ribamar-MA.

Além disso, a contratação de uma empresa especializada para a execução dos serviços pode gerar uma série de resultados positivos e otimizações operacionais. Ao buscar uma parceria sólida nesse setor, a administração municipal almeja alcançar diversos objetivos que impactam diretamente na eficiência, transparência e economia dos recursos públicos. Abaixo estão alguns dos resultados pretendidos a partir dessa contratação:

**Redução de Custos:** A contratação de uma empresa especializada pode permitir a obtenção de serviços a preços mais competitivos, contribuindo para a redução dos custos operacionais da Secretaria. Isso é crucial para otimizar a alocação de recursos financeiros, possibilitando investimentos em outras áreas prioritárias.

**Controle e Transparência:** A empresa contratada, geralmente, oferece sistemas de gestão e monitoramento dos serviços. Isso permite um controle mais eficaz, evitando desperdícios e possíveis fraudes. Além disso, a transparência nas transações promove uma gestão mais responsável dos recursos públicos.

**Eficiência Operacional:** Com uma gestão centralizada, é possível programar serviços mais eficientes, evitar desvios desnecessários e garantir a disponibilidade adequada de insumos para as atividades diárias. Isso contribui para a otimização da logística e o aumento da eficiência operacional.

**Sustentabilidade Ambiental:** A escolha de empresas mais sustentáveis e práticas ecologicamente responsáveis pode ser um foco importante na contratação. Isso não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também alinha a gestão com princípios de responsabilidade social e governança ambiental.

Em resumo, a contratação de uma empresa de engenharia para a execução dos serviços visa não apenas a otimização financeira, mas também aprimorar a gestão, promover a transparência e contribuir para práticas mais sustentáveis e eficientes no âmbito da administração pública.



## PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não se aplica, por se tratar de uma licitação específica para a execução de serviços de engenharia, devendo ser observado apenas o atendimento do projeto básico de engenharia.



## IMPACTOS AMBIENTAIS

A escolha de empresa com expertise nos serviços previstos visa uma execução mais sustentável, assim como práticas ecologicamente responsáveis. Isso não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também alinha a gestão municipal com princípios de responsabilidade social e governança ambiental.

A execução de serviços de engenharia nas proximidades de cursos de água embora seja uma prática necessária, pode acarretar diversos impactos ambientais. Esses impactos estão intrinsecamente ligados às características dos serviços a serem realizados e aos processos envolvidos. Alguns possíveis impactos incluem:

***Contaminação do Solo e Água:*** Possíveis vazamentos durante o transporte, armazenamento de insumos podem resultar na contaminação do solo e da água, prejudicando ecossistemas locais.

***Riscos de Derramamentos:*** O manuseio inadequado dos produtos adquiridos por meio da licitação pode aumentar o risco de derramamentos de óleo, causando danos ambientais e requerendo esforços significativos de remediação.

***Impactos na Qualidade do Ar:*** O uso de combustíveis tradicionais contribui para a emissão de poluentes atmosféricos, afetando a qualidade do ar e a saúde da população.

Para mitigar esses impactos, é fundamental que a licitação inclua critérios ambientais, incentivando a adoção de práticas mais sustentáveis. Isso pode envolver a preferência por fornecedores que adotem medidas de responsabilidade ambiental, oferecimento e implementação de políticas de gestão de resíduos. Ao considerar esses fatores na licitação, é possível contribuir para a redução do impacto ambiental.



## CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

São José de Ribamar- MA, 28 de fevereiro de 2024

---

Marcos Sergio Souza Borges Junior  
Secretário Adjunto – SEMOSP  
Matricula 995599